

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM DEZANOVE DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E VINTE E UM:

Aos dezanove dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, pelas 08 horas e 30 minutos, nos termos do artigo 3º da Lei 1-A/2020 de 19 de março, e posteriores alterações, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis - União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Helena Maria Dinis dos Santos**, secretariada por **Manuel José Tavares Soares** - Primeiro Secretário e por **Maria Isabel dos Santos Barbosa** - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1. **Primeiro Período de Intervenção do Público;** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.)
- 2. **Informações Gerais;**
- 3. **Período de Antes da Ordem do Dia;**
- 4. **Ordem do Dia;**
- 5. **Segundo Período de Intervenção do Público** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.)

Pontos da Ordem do Dia:

Ponto um: - Ata n.º 26, Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 23 de abril de 2021 - Aprovação;

Ponto dois: - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;

Ponto três: Certificação Legal das Contas do Município - Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras - (I/30939/2021) - Conhecimento e apreciação;

Ponto quatro: - Prestação de Contas ano de 2020 - (I/28784/2021) - Apreciação e Votação;

Ponto cinco: - Contrato de Subconcessão de Uso Privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães e Terreno Envolvente, entre

os Kms 28,500 e 28,707 do LD da Linha do Vouga - (I/24774/2021) - Ratificação de despacho, bem como a convalidação de todos os atos entretanto praticados; =====

===== **Ponto seis:** - Retificação da Escritura de compra e venda dos Estaleiros Municipais - (I/22250/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto sete:** - Atribuição de Apoio à Junta de Freguesia da Vila de Cucujães - (I/28310/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto oito:** - Minutas de Contratos Interadministrativos de Apoio Financeiro a celebrar com as freguesias de Carregosa; Fajões; Ossela e União de Freguesia de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca - (I/28694/2021) - Autorização; =====

===== **Ponto nove:** - Cedência do Direito de Superfície ao Município de Oliveira de Azeméis de prédio urbano sito na Rua Castro Calvo, Lugar de Vilarinho, Freguesia de Cesar - (I/28766/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** - Aquisição de serviços de Fornecimento de Refeições e Fornecimento de Fruta para os alunos do 1º ciclo e jardins-de-infância, do concelho de Oliveira de Azeméis (Proc. 38/21 - PI/2954/2021) - (I/29430/2021) - repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico - Autorização; =====

===== **Ponto onze:** - Pedido de classificação do caminho - apresentado por Mónica Isabel Guimarães Correia de Oliveira - (I/22406/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto doze:** - Proposta de colocação de Sinais de Trânsito em diversas ruas - Freguesia da Vila Cucujães - (I/30414/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto treze:** - Proposta de colocação de Sinalização vertical para o largo existente no entroncamento da Rua do Serrado com a Rua Dom Manuel II - Freguesia de Carregosa - (I/27856/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto catorze:** - Segunda Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis - Nomeação de elemento representante da Assembleia Municipal para acompanhamento - (I/31287/2021) - Ratificação. =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

=====**Do Partido Socialista (PS)**: Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Marisa Lopes de Sousa, José Manuel Marques Ribeiro, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Márcia Oliveira Gomes, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, José Ramos da Silva, Simão da Costa Godinho, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Manuel Leite Marques da Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira.=====

=====**Do Partido Social Democrata (PSD)**: Carlos Manuel Costa Gomes, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, Liliana Marisa Pinto da Silva, José da Silva Queirós, José Rodrigues dos Santos, Florbela Neves da Silva e Anabela Ramalho Sousa e Gama.=====

=====**Do Partido Popular (CDS/PP)**: Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Clara Mortágua Gomes. =====

=====**Independente**: Augusto Moreira da Silva. =====

=====*A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Marisa Lopes de Sousa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Bruno Miguel da Silva Costa, António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido António Luis da Fonseca e Grifo e Anabela Ramalho Sousa e Gama que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo - Manuel Rebelo da Costa, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

=====***Ausência de Membros:*** Tendo sido justificadas as faltas dos seguintes membros: José Filipe da Silva Carvalho.=====

=====*A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando:* =====

=====*Muito bom dia, a todos. Peço que todos se sentem nos lugares. Os lugares estão sinalizados, têm o sítio para o público. Os senhores vereadores vão-se distribuir aqui na fila da frente, eu peço desculpa, a mesa aqui no palco para sentar toda a gente tinha que ficar muito longa e ficavam todos encostadinhos uns aos outros. Mas esperemos que seja, enfim, a última vez*

que temos esta limitação, embora ela já não seja assim muito imposta. Mas penso que ficamos todos mais confortáveis. Vamos iniciar esta Sessão. Eu começo por cumprimentar o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, comunicação social aqui presente, o público aqui presente, os funcionários da Câmara que prestam apoio a esta Assembleia, todo o público que assiste a esta Sessão lá de suas casas. Vamos dar então início à Sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de junho de 2021. Antes de dar início à Ordem de Trabalhos, eu quero felicitar em especial o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, agradecer-lhe mais uma vez a simpatia de nos disponibilizar esta sala e dar-lhe a palavra para dar-nos as boas-vindas e, dou então a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail - Manuel Alberto**. =====

===== Senhora Presidente, antes de mais, obrigado pelas palavras também. É breve esta intervenção. Agradecer a presença, da Senhora Presidente, dos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados, colegas Presidentes de Junta, público, a comunicação social e os funcionários que estão a apoiar esta Assembleia, em particular à Susana (funcionária da Junta de Freguesia), quero destacar, que com algum sacrifício pessoal está aqui a dar o apoio necessário para que tudo corra bem. Bom, duas notas breves: A primeira: Esperemos que de facto esta seja uma das últimas Sessões em que nós estamos confinados desta forma e esperemos que, digamos, o tempo nos dê razão. E segunda: Tem a ver também com o facto - espero ser esta a última assembleia municipal neste espaço antes de uma remodelação que está prevista e que está, enfim, projetada, e que será em breve também lançada para que haja, não só neste espaço, mas em todo o edifício e também no espaço envolvente, uma intervenção que possa dar a dignidade que todos reconhecem que é necessária para este local. E por isso, enfim, não me vou adiantar mais. O tempo é pouco. Obrigado mais uma vez e espero que corra tudo bem. =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

===== Sem intervenções. =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Queria apenas dar uma nota informativa: Esta Assembleia concorreu ao Prémio de Boas Práticas das Assembleias Municipais. Um prémio instituído pela ANAM que já decorre na sua 3ª Edição. Nós nunca tínhamos concorrido, mas empenhámo-nos em fazer isso num momento

ou noutro e este ano organizámo-nos e concorremos. O documento está disponível na página da Assembleia Municipal, na página da Câmara, portanto pode ser consultado lá por quem quiser e tiver curiosidade em o ver. Esperemos ganhar o primeiro prémio. E é só essa nota porque, efetivamente, acho que era importante informar-vos sobre isso. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins, Jorge Pereira, Manuel Soares, José Santos, Fernando Pais, Helga Correia, Amaro Simões, José Queirós, Carlos Costa Gomes e Bruno Aragão. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

===== Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Oliveirenses. Oliveira de Azeméis orgulha-se de um passado rico no campo educacional e, se hoje estamos apetrechados de estabelecimentos de ensino em quantidade e qualidade desde o pré-escolar ao ensino superior, esse é um caminho que vimos percorrendo há quase dois séculos. Desde Bento Carqueja que promoveu o grande impulso do ensino profissional entre nós, até à conjugação de vontades que nos dotaram de uma escola superior de saúde e de um braço da Universidade de Aveiro indispensável à nossa expansão industrial, durante mais de um século o ensino privado e público marcou o desenvolvimento oliveirense. Ao longo do século XX, à primitiva vila de Oliveira de Azeméis acorreram gerações de diversos concelhos vizinhos para fazerem a sua formação na então Escola Industrial e Comercial - os que optavam pela via profissionalizante, ou no Colégio - aqueles que procuravam o ensino liceal para poderem prosseguir estudos. Desde Passos Manuel, os liceus em Portugal eram privilégio das sedes de distrito e foram durante décadas uma pretensão adiada de alguns municípios mais desenvolvidos. Já em 1965, o Dr. Artur Correia Barbosa, então Presidente da Câmara Municipal e simultaneamente Deputado da Nação, levava à Assembleia Nacional a pretensão de Oliveira de Azeméis ter um liceu. Lembro-me que, nessa altura, para prosseguir estudos depois do ensino primário, eu próprio com algumas outras crianças da minha idade, nos deslocámos ao Liceu de Aveiro para fazer o chamado exame de admissão aos liceus. Em 25 de outubro de 1971, era Presidente do Conselho Marcelo Caetano e Ministro da Educação José Veiga Simão, foi publicado o Decreto-lei nº 447/71 criando duas dezenas de liceus nacionais, entre os quais o de Oliveira de Azeméis. Referia o texto de

fundamentação do diploma - e passo a citar - “em diversas localidades funcionam secções liceais que já ministram ou vão ministrar o 3º ciclo liceal em 1971-1972, funcionando sem os respetivos quadros de pessoal docente, de secretaria e pessoal menor, por vezes a grande distância dos liceus de que dependem.” - Fim de citação. Era este o caso de Oliveira de Azeméis e era esta uma das principais razões para que se erguesse aqui uma escola de ensino liceal oficial. Nasceu assim há 50 anos, completa por isso agora o nosso liceu, mais tarde escola secundária, hoje a rejuvenescida Escola Básica e Secundária Ferreira de Castro, o seu cinquentenário. Decorre, portanto, ao logo deste ano, o cinquentenário deste estabelecimento de ensino com um conjunto de celebrações cujo início aconteceu em janeiro, prolongando-se até outubro próximo. Porque a efeméride é digna de registo na história local, ficam aqui ficam algumas breves notas que avivam memórias acerca das cinco décadas de vida da Escola. Os novos liceus criados no país instalaram-se, conforme a realidade de cada município, em edifícios de raiz ou em construções já existentes aproveitadas ou reconvertidas. Em Oliveira de Azeméis, após negociações, foram aproveitados os edifícios do antigo colégio particular liderado por Maria Adília Alegria, um conjunto de três ou quatro construções rodeadas a nascente e a poente pelo atravessamento da principal via rodoviária do país. Uma instalação física que havia de durar dezassete anos até à mudança para fora do núcleo central da cidade. Escassos três anos depois de criada, dá-se o 25 de abril de 1974 e a explosão da liberdade com algumas naturais convulsões da revolução a atingirem a Escola. O reitor Justino Vasconcelos que sucedera a João Júlio Bizarro Silva cessou funções, após o término das comissões de serviço e ainda houve lugar a uma comissão administrativa provisória onde também os alunos tiveram assento, como era usual do processo revolucionário em curso. A primeira Presidente do Conselho Diretivo eleita haveria de ser a Dr^a Isilda Graça, uma jovem professora de inglês cuja capacidade de liderança dos jovens com quem lidou na gestão se tornou célebre. Foi no tempo deste conselho diretivo presidido por Isilda Graça, no ano letivo de 1975/1976, e com o apoio de um grupo de professores entre os quais se contava o Arquiteto Gaspar Domingues, que teve início o processo de atribuição do nome do insigne escritor Ferreira de Castro ao Liceu, processo esse concluído em 1977, já na vigência de Albérico Ferreira da Costa. A partir de 1976/77, alternaram na direção da escola vários docentes, onde se destacaram José Artur Hespânia, a esposa Etelvina Hespânia e diversos outros docentes que se torna fastidioso aqui enumerar. No ano letivo de 1988/89 a já denominada Escola Secundária Ferreira de Castro transita para o novo edifício construído no então remoto lugar de Lações, perdendo os inconvenientes do bulício da Estrada Nacional N^o 1 no centro da cidade e ganhando algumas dificuldades, particularmente na coordenação dos transportes escolares. A nova construção, mais ampla, com mais blocos, mais espaço interior e exterior e ambiente mais tranquilo, garantia melhores condições para alunos, professores e funcionários. No entanto, na abertura e nos anos que se seguiram, estava ainda incompleta. Recordamos: O pavilhão desportivo, por exemplo, só seria construído mais tarde. Desde 1993 e durante 9 anos consecutivos, a direção da escola foi assumida pelo Dr. Manuel Alberto Pereira, professor de Biologia e Geologia ainda hoje a

lecionar na escola. Sucedeu-lhe em 2002 à frente do Conselho Executivo por mais 7 anos a Dr^a Ana Maria Rio. Em 2009, iniciava-se nova transformação de vulto nas instalações da escola. As obras de modernização das escolas secundárias levadas a efeito pela Parque Escolar conduziram à efetiva construção de um novo edifício que incorpora os antigos blocos separados e que se tornou muito mais amplo, com 70 salas de aula, incluindo laboratórios de ciências, salas de TIC, salas de educação visual, de artes e outros, não esquecendo a área social com um amplo auditório até aí inexistente. Simultaneamente foi alargada a abrangência do estabelecimento ao ensino básico com a incorporação do 2º ciclo, passando a constituir-se em agrupamento de escolas com o mesmo nome e a que pertencem também as escolas do 1º ciclo e do ensino pré-escolar de Santiago de Riba-Ul, de Ossela e da parte norte da cidade. Chegada ao meio século de existência, a Ferreira de Castro tem hoje por diretora a doutora Ilda Ferreira que é já um recorde de longevidade na liderança desta Escola. Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados: Como antigo aluno, antigo presidente da associação de pais e atual docente em hora de despedida, quero registar desta tribuna um singelo preito de homenagem a quantos ao longo destas cinco décadas contribuíram para que a Escola Ferreira de Castro fosse o farol de várias gerações de oliveirenses. Ao mesmo tempo e reiterando o pedido da professora Ilda Ferreira de 28 de abril último, que ainda não teve resposta, aproveito para desafiar esta Assembleia a associar-se ao cinquentenário da Escola, realizando a próxima Assembleia Municipal de setembro, certamente a última do mandato, no Auditório Ivone Ferreira, da Escola Ferreira de Castro. Registando-se a 25 de outubro de 2021 a passagem dos 50 anos sobre a criação do Liceu Nacional de Oliveira de Azeméis e encerrando-se aí as comemorações, estou certo que a Senhora Presidente não deixará passar esta oportunidade honrosa para ambos os lados. Muito obrigado.=

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

===== Muito bom dia, Senhora Presidente. Cumprimento na sua pessoa, os Senhores Secretários da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, os senhores Presidentes de Junta, em particular o professor Manuel Alberto que nos receciona aqui hoje, público aqui presente, oliveirenses, comunicação social, e todos aqueles que através da comunicação social nos estão a ouvir nas suas casas. Na Assembleia última de 24 de fevereiro o líder do grupo municipal do Partido Socialista, o Bruno Aragão, numa das suas intervenções faz a seguinte afirmação, - e passo a citar: “Lembrava, por exemplo, o que é a participação na Comissão Municipal de Proteção Civil alargada que, nas primeiras reuniões, não contaram com a presença do CDS, por algum motivo. É evidente que eu sei que se não participou é porque não teve essa possibilidade. É esta a postura que nós devemos ter uns com os outros. Tal como o PSD também não participou. Recebemos todos o mesmo convite. Agora, se nós sistematicamente desconfiamos uns dos outros, porque achamos que do ponto de vista político

isso tem alguma vantagem? Não.” - Fim de citação. Ora, o líder do grupo municipal do CDS recebeu um convite via email, com origem da presidência da Câmara Municipal, a 25 de novembro, formalizando o convite para participação na reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil alargada que se realizaria a 2 de dezembro de 2020. O CDS, não participou. Em 27 de janeiro, o mesmo email é reenviado lembrando o convite e participação nas reuniões que se realizariam em cada início de mês. E assim, o convite foi de novo formalizado para a reunião agendada para o dia 2 de fevereiro. O CDS marcou presença. Muito embora, entendamos que quem tem competência para convocar membros desta assembleia é a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e não o Senhor Presidente da Câmara. Mas, face à gravidade da situação pandémica que vivíamos, o CDS deixou de parte os formalismos porque o interesse superior são as pessoas. Estiveram presentes, também, o Partido Socialista e o PSD. Desde essa data o CDS não voltou a ser convidado a participar, tendo o mesmo conhecimento de que as reuniões continuam a realizarem-se e têm contado com a presença de pelo menos um partido. Cito ainda Nuno de Jesus, nessa mesma assembleia: “Temos também ainda o exemplo das reuniões alargadas da Proteção Civil nas quais participa, desde a primeira hora, o Partido Socialista. Sendo este também um exemplo claro do que é o movimento da comunidade e um verdadeiro espírito de trabalho em conjunto. Tenho dito.” - Fim de citação. Ora, o CDS/PP sempre deu o seu contributo pela positiva, também desde a primeira hora. E o Senhor Presidente, como pessoa de bem, não poderá desmentir. Sabe do que estou a falar. Senhor Presidente peço esclarecimentos sobre esta atitude: Se a mesma é intencional - o que não queremos acreditar, repito - o que não queremos acreditar - ou se de algum lapso se trata? Também por lapso a 23 de abril, às 17 horas e 08 minutos, dia de assembleia municipal agendada para as 17 horas, recebo email proveniente da comunicação do município a convidar para estar presente nas comemorações do 25 de Abril, com a seguinte anotação: “Pedimos desculpa, pois o email enviado a 13 de abril veio agora devolvido. Tentamos contacto telefónico, mas sem sucesso.” Estranho será dizer que um email, supostamente enviado a 13 de abril, só agora dia 23 é que foi devolvido. E ainda a tentativa de contacto telefónico quando, na verdade, não existe qualquer registo de chamadas perdidas do número da Câmara Municipal, nem número anónimo, nem qualquer outro. Também, e pela primeira vez, o CDS não foi convidado a estar presente nas comemorações do 37º Aniversário da nossa Cidade. E se citei atrás as palavras do Bruno Aragão, - volto a citar: “Recebemos todos o mesmo convite. Agora, se nós sistematicamente desconfiamos uns dos outros, porque achamos que do ponto de vista político isso tem alguma vantagem? Não.” Não poderíamos estar mais de acordo com esta afirmação de desconfiar de quem quer que seja e muito menos acharmos que se possa tirar vantagem do ponto de vista político. Aguardaremos serenamente as justificações que consideraremos válidas por parte do Senhor Presidente. Na assembleia de 29 de fevereiro de 2020, o Partido Socialista fez um autêntico **show-off** com a aprovação do Regulamento de Benefícios aos Bombeiros do nosso Concelho. Neste Regulamento ambicionava-se que o mesmo fosse um verdadeiro incentivo ao voluntariado praticado nos bombeiros. Incentivos estes que o

CDS desde a primeira hora deste mandato vinha a reclamar como uma necessidade urgente em reconhecer o esforço por parte de mulheres e homens que vestem a farda de bombeiros e que se disponibilizam do seu tempo em prol da sociedade, agentes de vital importância para o garante do socorro das nossas populações. Apoiamos. Aprovamos este Regulamento chamando, no entanto, à atenção do executivo, que as medidas de apoio eram muito pouco atrativas como incentivo do voluntariado aos nossos bombeiros, dizendo mesmo que eram uma mão cheia de quase nada. Perguntamos ainda, se o executivo fazia alguma ideia de quanto estava efetivamente a oferecer aos nossos Bombeiros? Não nos souberam responder. Agora, decorrido mais de um ano, voltamos a perguntar: Senhor Presidente, sabe dizer-nos quanto representam estes incentivos aos nossos Bombeiros? Também nessa assembleia do dia 29 de fevereiro de 2020, o executivo apresentou para aprovação o primeiro aditamento ao contrato com a Indáqua. O que veio a representar um investimento de 4,3 milhões de euros. Que como todos hoje sabemos são os contribuintes que afinal terão de pagar essa fatura. Foi-nos dito também, que, no prazo de um ano, as obras de saneamento e ligação de água nessas zonas estariam concluídas. Decorreu, entretanto, um ano e quatro meses e o que observamos é que as obras ainda decorrem criando constrangimentos sérios às populações, aos comerciantes, estes já tanto fustigados pela crise pandémica e agora com o decurso demasiadamente demorado das obras. Gostaria de saber, Senhor Presidente, quanto tempo mais será necessário para a conclusão das mesmas? Da repavimentação das estradas onde já foram efetuadas as obras de implementação do saneamento, como exemplo: Bustelo e a antiga Estrada Nacional Nº 1, as quais já se prolongam por vários meses sem que as devidas repavimentações estejam concluídas. E, por último, Senhor Presidente, - que não tinha preparado nesta intervenção, mas como passo lá diariamente, também gostaria que me respondesse - ou se pudesse apresentar a esta assembleia - o que é que se passa com a Rua da Espinheira, que é o segundo verão que continua naquele estado lastimável? (Rua da Espinheira, em frente ao estádio Carlos Osório.) Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Manuel Soares**, do PS. =====*

===== Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, cara Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados da Assembleia Municipal, a felicitação também ao Senhor Presidente da União de Freguesias (Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail), público aqui presente, comunicação social, senhores funcionários, muito bom dia. No contexto da atividade da Associação Nacional de Assembleias Municipais no dia 21 de maio decorreu no Auditório Municipal de Gaia a iniciativa ANAM em Dialogo 2. R - no Caminho das Regiões, evento no qual participaram os Secretários da Mesa desta Assembleia Municipal por delegação da Senhora Presidente devido à impossibilidade absoluta de estar presente. O objetivo da Sessão passava por

enquadrar a visão estratégica atual e a utilização dos fundos europeus numa região que frequentemente não tem sido bem tratada pelo poder central. António Cunha, recentemente eleito pelas Assembleias Municipais da Área Metropolitana do Porto, diagnosticou a importância da Região Norte no universo nacional e projetou as prioridades a ter em conta na aplicação das verbas com origem europeia, partindo da realidade que não é homogénea na região, alternando a ruralidade com as cinturas urbanas e no pressuposto de se conseguir um equilíbrio muitas vezes difícil no desenvolvimento regional do norte. Estamos inseridos numa região que representa 35% da população nacional, 40% das exportações, no seu todo, uma economia superavitária que sustenta o País. No entanto, o rendimento per capita é o mais baixo do todo nacional. Este paradoxo só pode ser destruído com lideranças coesas que privilegiem a conjuntura e o trabalho cooperativo com todos os municípios. Ainda no contexto da atividade da ANAM, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis apresentou uma candidatura ao Prémio Boas Práticas das Assembleias Municipais 2021. Há quase 4 anos iniciou-se um novo modelo de democracia local plena e participada, dar voz aos cidadãos e estimular a sua participação constitui o mote de ação desta Assembleia Municipal. Na perseguição da melhoria e da inovação deste areópago definiu-se um Regimento preparado para o século XXI, incentivando a participação do público com a implementação de dois períodos de intervenção, no início e no fim de cada Sessão Ordinária, concretizou-se a formalização dos Grupos Municipais e os seus líderes. A preocupação com as condições físicas, nomeadamente no que diz respeito às Assembleias descentralizadas foi evidente, devendo salientar-se o trabalho dos funcionários da Autarquia. A formatação da planta das Mesas da Assembleia Municipal e do Executivo Camarário, não constitui apenas pormenores, dá visibilidade à forma como está estruturado o edifício legislativo do Poder Local. No sentido de aproximar a Assembleia Municipal dos cidadãos foram dinamizadas sessões temáticas de participação pública, interrompidas pelas contingências que conhecemos. A elaboração de um relatório anual de atividade da Assembleia Municipal representa também um esforço no sentido de consolidar o conhecimento de um órgão fundamental na democracia local, frequentemente menosprezado e alvo de indiferença dos cidadãos. No entanto, há desideratos ainda a cumprir: A dotação de Sede própria; A implementação da Assembleia Municipal Jovem, que foi adiada devido à pandemia e que é um contributo fundamental para a formação de gerações mais jovens tão arredadas da atividade política, no fundo trata-se de vocação pedagógica inerente ao âmago da atividade da Assembleia Municipal. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Ossela. =====*

===== Muito bom dia, a todos. Quero cumprimentar todos na pessoa da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia doutora Helena Santos, Senhor Presidente da Câmara engenheiro Joaquim Jorge, também os meus colegas Presidentes de Junta, comunicação social,

funcionários da Autarquia, público em geral, e um cumprimento especial ao meu amigo e Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, Manuel Alberto, nosso anfitrião. O que me traz aqui hoje é uma questão ambiental da qual muito me preocupa, como também devia preocupar a todos nós. Há cerca de dois anos e meio foi anunciado por Vossa Excelência, como Presidente da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, a verba de 9,5 milhões de euros para reabilitação e manutenção do sistema de tratamento de águas residuais na ETAR de Ossela e do Salgueiro em S. Tiago de Riba-Ul e ainda a requalificação de 15 Km de emissários; Por isso queria colocar ao Senhor Presidente as seguintes questões: 1) - Gostaria de saber se o Senhor Presidente tem conhecimento de uma vala que está a ser feita junto ao emissário e que faz a descarga da ETAR de Ossela no Rio Caima? Porque não se escortinado no local qualquer indicação do que se está ali a fazer. Será que está relacionado com esse investimento? E o que vai mudar em relação à descarga das águas residuais no Rio Caima; 2) - Na ETAR, neste caso de Ossela, já houve alguma intervenção em relação à sua requalificação, que já nessa altura era urgente? Foram prometidas umas análises e coimas para quem não cumprisse com a Lei vigente. Sabe informar-nos se já foram feitas essas análises, quais os resultados, e se já alguém foi multado? Por último, acho que devíamos estar todos preocupados com o que se passa na falta de rigor nestas descargas que tudo indica não têm os requisitos obrigatórios e necessários para serem lançadas no leito do Rio Caima. Gostaríamos todos, e acho eu, de ver este assunto resolvido e não possivelmente adiado, Deus queira que esteja enganado, a bem do Ambiente. Obrigado a todos.=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== Muito bom dia. Queria cumprimentar Vossa Excelência, a Mesa, O Senhor Presidente da Câmara, os restantes Membros do Executivo, os meus colegas Membros da Assembleia Municipal, público aqui presente, comunicação social e as pessoas que nos estão a ouvir lá em casa. Senhor Presidente, a minha intervenção vai ser feita com base numa interpelação a Vossa excelência e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente à interpelação a Vossa Excelência, eu recorde que já solicitei alguns elementos, nomeadamente uma tabela de investimentos feitos nas freguesias devidamente discriminada e com uma distinção entre investimentos por via da delegação de poderes de competência, investimentos diretos, mormente através de concursos públicos e através de meios próprios da Câmara Municipal com a indicação das respetivas obras. Eu recorde-me que já fiz este pedido na Assembleia de Cesar no início de janeiro de 2020. Reiterei o pedido, não na última, mas na anterior Assembleia. E reterei através de email. Que Vossa excelência teve a amabilidade de responder no próprio dia que eu lhe enviei o email a dizer, que não tinha documentação pronta, que era uma questão dos

serviços e que me iria responder o quanto antes. Ora, nós já falamos aqui várias vezes. Já houve várias intervenções. E eu dos poucos elementos que tinha fui fazendo a intervenção possível. Mas, como Membro da Assembleia Municipal e como esta Câmara tem o dever legal e estatutário de fiscalizar e acompanhar a atividade da câmara, gostaria que, pelo menos até à próxima assembleia, eu já tivesse a documentação pronta, no sentido de fazer uma avaliação e, eventualmente, fazer uma apreciação mais crítica relativamente a essa questão que, tenho a certeza, é do interesse de todos nós fazer este exercício. Portanto, era um apelo que eu lhe deixava, Senhor Presidente. O nosso mandato vai acabar no final deste ano. E eu não deixar de ter uma reflexão crítica sobre essa matéria, uma vez que já suscitou várias discussões aqui neste ponto. Acredite que a minha apreciação será obviamente crítica e fiscalizadora e não será uma atuação destrutiva. E é nesse ponto que eu queria também depois fazer interpelação aqui à Senhora Presidente da Mesa. Eu costumo ler aquilo que a Senhora Doutora publica e retive aqui uma afirmação que me deixou particularmente feliz, Senhora Presidente, em que a Senhora faz uma avaliação da sua função neste mandato e diz o seguinte - (Se me permite que eu a cite, neste caso?): “ Em relação ao meu mandato, eu penso que foi positivo, vê-se. No que diz respeito à Assembleia Municipal houve muitas alterações positivas. Tem sido uma experiência extremamente positiva e enriquecedora, sobretudo porque se tem conseguido fazer uma política nova e diferente que é uma política construtiva e não de combate, e temos conseguido, apesar de algum fogo de vez em quando levantado, um ambiente cordial, construtivo e de camaradagem, o que é necessário em democracia. Foi sempre essa a minha intenção, por isso penso que consegui esse objetivo.” Eu acho que, todos nós, independentemente de algumas críticas que se possa fazer à sua intervenção, creio que, o balanço não será negativo. Creia sinceramente que, eu só posso fazer um balanço, na generalidade, positivo da sua atuação. Mas de facto esta análise feita pela Senhora Presidente só nos pode orgulhar porque, de facto, a Senhora Presidente tinha a ideia de que antes havia algum combate, em termos de oposição, e agora brinda-nos, a todos nós, a todos nós com uma atitude positiva e enriquecedora. Portanto, também era este aspeto que não posso deixar aqui de referir e de me congratular relativamente às suas palavras. Muito obrigado. =====

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**.=====*

===== Muito bom dia, a todos e a todas. Começo, em primeiro lugar, por cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentar também os Senhores Secretários, cumprimentar os colegas de Executivo que me acompanham nesta Assembleia Municipal, cumprimentar os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, de maneira particular o Senhor Presidente da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, cumprimentar todos os outros Presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes, cumprimentar o público, os funcionários da Câmara

Municipal e da União de Freguesias que asseguram os trabalhos desta Assembleia, a comunicação social presente e, naturalmente, todos os oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas. Dando resposta às questões que foram colocadas: Eu começaria pela intervenção do senhor deputado Albino Martins que faz, digamos, e eu começo por o felicitar, naturalmente, pelo percurso histórico que fez do ensino no nosso Concelho, desde o antigo liceu até à atual Escola Secundária Ferreira de Castro. Efetivamente comemoramos os 50 anos desta escola. Eu tive a oportunidade de participar na sessão de abertura do programa de comemorações. E naturalmente que, é para nós um orgulho o percurso que fizemos neste domínio no nosso concelho, não só ao longo destes 50 anos, mas também naturalmente nos muitos anos que antecederam este percurso. E sobretudo é um motivo de grande regozijo para nós porque efetivamente a Escola Secundária Ferreira de Castro é um estabelecimento que nos prestigia ao nível da educação, é um estabelecimento de referência com uma elevada qualidade pedagógica e é um estabelecimento que é superiormente dirigido pela senhora diretora de Agrupamento a doutora Ilda Ferreira. E portanto, dar os parabéns à Escola Secundária Ferreira de Castro. Mas dar os parabéns também, a toda a comunidade educativa do nosso concelho, a todos aqueles, como disse e bem o senhor professor Albino Martins, aliás, ele é um dos contribuintes, a todos aqueles que contribuíram para o processo formativo e educativo no nosso concelho ao longo de todos estes anos. Em relação à intervenção do senhor deputado Jorge Melo Pereira, dar aqui algumas explicações muito breves: Efetivamente as reuniões da Comissão da Proteção Civil alargada realizam-se todas as primeiras terças-feiras de cada mês. Nós não convidamos os membros da Assembleia Municipal, convidamos os membros dos Partidos com assento na Assembleia Municipal. Esse convite foi feito apenas uma vez. E, portanto, fica feito doravante. Não vamos naturalmente fazer o convite todos os meses a não ser que surjam alterações aquilo que está definido em termos, digamos, de data de realização. Efetivamente houve uma reconfirmação precisamente porque, dadas as ausências, houve a necessidade de voltar a reenviar o convite porque, naturalmente, queremos que todos estejam presentes e tenham a oportunidade de dar os seus contributos. E, portanto, obviamente que, os contributos não se resumem à participação nestas reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil alargada, os contributos podem ser dados das mais variadas formas. Mas, naturalmente que, tendo a Comissão Municipal de Proteção Civil a possibilidade de ter um conjunto de entidades e, os representantes também, dos partidos com assento na Assembleia Municipal, naturalmente que o debate sai muito mais enriquecido. E, portanto, dizer-lhe que, efetivamente, não é um partido, são dois partidos, o PSD e o Partido Socialista têm estado presentes em todas as sessões desta Comissão Municipal de Proteção Civil alargada. E, portanto, naturalmente, esperamos que o CDS possa passar a estar também. Porque, naturalmente, não irá ficar à espera que todos os meses lhe chegue um convite porque não é isso que se pretende. Dar também nota sobre a informação que prestou sobre o convite para as comemorações do 25 de Abril. Obviamente que não houve aqui nenhuma intencionalidade. É fácil de perceber. Eu não lhe vou poder responder porque é que um email enviado no dia 13 de abril só é devolvido no dia 23

de abril. Naturalmente terá a ver com questões técnicas do servidor. Não faço a menor ideia. Não é seguramente uma atitude deliberada porque nós queremos naturalmente que os partidos e as entidades convidadas estejam presentes na cerimónia de comemoração do 25 de Abril, porque é isso que a dignifica. E, portanto, não tenho nenhuma dúvida também que os serviços não tomaram aqui nenhuma atitude deliberada. Se, efetivamente, o CDS não foi convidado trata-se de um lapso pelo qual eu peço desculpa e nada mais do que isso. Em relação ao Regulamento de apoio aos nossos Bombeiros: Efetivamente este Regulamento resolve uma lacuna com muitos anos. Era uma velha reivindicação dos nossos Bombeiros. Pretende ser entre muitas outras coisas, como disse, um incentivo ao voluntariado. Mas, é evidente que, a interpretação que as medidas são pouco atrativas, é uma interpretação sua. Mas, mesmo assim são mediadas, são medidas que, naturalmente, podem ser melhoradas, podem evoluir. E é isso que se pretende. Portanto, estes regulamentos, não são regulamentos estáticos. E portanto, passam por processos de avaliação. E se, efetivamente, o resultado dessa avaliação nos fizer perceber que são necessárias melhorias, que é necessário introduzir alterações, pois fá-lo-emos sem qualquer problema. Aquilo que importa é que efetivamente o Regulamento cumpra a sua missão e seja efetivamente um instrumento de apoio objetivo aos nossos Bombeiros, que bem merecem. Quanto representam os incentivos? Eu depois far-lhe-ei chegar essa informação. Mas os incentivos representam naturalmente o interesse que os Bombeiros manifestarem em aceder a eles. Tem um conjunto de incentivos que são muito interessantes, na nossa opinião. E cabe aos Bombeiros, naturalmente, acederem a esses incentivos. E cabe também a todos os partidos apresentarem-nos mais contributos que ajudem a enriquecer e a melhorar este documento. Em relação ao aditamento ao contrato de concessão: E utilizou o aditamento ao contrato de concessão para depois falar na requalificação da rede viária que foi intervencionada em resultado da expansão da rede de saneamento. Dizer-lhe que, efetivamente está a ser feito um investimento de 4,3 milhões de euros que é pago pelos contribuintes. Neste momento está a ser pago pela Câmara Municipal. Mas também esqueceu-se de dizer que isto resulta de um processo comercial onde a taxa de investimento de retorno acionista foi reduzida de 11.46% para 9.89%. O que significou também uma redução de 4 milhões de euros naquilo que a Indáqua receberia. Mas mais importante do que isso é responder às questões que colocou em relação aos prazos. Efetivamente há uma diferença entre a aprovação na Assembleia Municipal e depois a adjudicação e o início da obra. As obras começaram setembro/outubro de 2020 e, portanto, o prazo de um ano conta a partir daí. Portanto, as obras estão dentro do prazo. Neste momento há muita dificuldade em asseguramos empreiteiros para trabalharem neste tipo de obras e, enfim, de uma maneira geral, em todas as obras públicas. Aquilo que nós esperamos é que, a intervenção que está a ser feita em S. Roque esteja concluída até final de julho. Está um pouco mais atrasada, porque efetivamente não está a correr aos ritmos que nós todos desejávamos, a intervenção em Cucujães, mas aquilo que nós esperamos é que muito rapidamente estas questões estejam resolvidas. Dizer-lhe também - aproveitar a oportunidade que me dá para lhe falar em mais um investimento na nossa rede de saneamento. Nós com esta

intervenção da Indáqua, neste investimento de 4,3 milhões de euros, teremos uma taxa de cobertura da ordem dos 54%. Com o investimento de 6 milhões de euros que vamos fazer para dotar as freguesias de Madail, Fajões e Pinheiro da Bemposta da rede de saneamento e também da rede de água, ficaremos com uma taxa de cobertura da ordem dos 62%, cobertura e tratamento. E dizer-lhe que, aquilo que é mais importante é que, em resultado deste investimento de 4,3 milhões: Cucujães que tinha uma taxa de cobertura de 51.8% passará para 84.5%, terá 11 quilómetros de rede a ser feita; Nogueira do Cravo que tem uma taxa de cobertura de 24% passará para 93.5%, com 12.5 quilómetros de rede a ser construída; Oliveira de Azeméis que tem 84.6% de taxa de cobertura ficará com 93.4%, 11.5 quilómetros de rede; Macieira de Sarnes tem 72.9% passará para 90.3%, com 3 quilómetros de rede; S. Roque que tem 49.2% ficará com 92.3%. Portanto, está a ver aqui 5 importantes freguesias do nosso concelho que ficarão com este problema praticamente resolvido. Com o investimento de 6 milhões de euros que vamos protagonizar, com cerca de 2,9 milhões de euros de fundos comunitários e os 3.1 milhões de euros do orçamento municipal: a Freguesia de Fajões passará de 10.8% para 69.1%; a freguesia do Pinheiro da Bemposta passará de 2.2% para 72.9%; e Madail passará de 0% para 85.4%. Isto é que é absolutamente relevante sublinhar. Em relação ao estado das estradas: É evidente que este tipo de intervenções cria constrangimentos enormes à população, aos moradores, aos comerciantes, aos utilizadores das vias. E cria constrangimentos naturais. E cria constrangimentos porque provocam pó, porque provocam transtornos. E criam constrangimentos porque provocam lamas. Mas são constrangimentos que são naturalmente necessários. Mas que é nossa obrigação procurar, durante o processo de execução da obra, atenuar. E é isso que nós tentamos fazer. E é isso que nós prevemos nos cadernos de encargos. Agora, quando estamos a falar destes casos em concreto que referiu, por exemplo: da Rua do Centro Vidreiro, em Bustelo ou da E.N.1. A E.N.1 é uma obra da Câmara Municipal, sublinhar isso. A Estrada Nacional 1 teve troços que não beneficiaram de saneamento, já tinham saneamento e, portanto, foram imediatamente asfaltados. Os troços que levaram rede de saneamento precisam de tempo de compactação. Esse tempo de compactação é tremendamente importante e é tanto mais importante quanto mais profundas forem as valas que nós tivermos que realizar para instalar a rede de saneamento e permitir que por gravidade o saneamento funcione. E, portanto, é isso que está a acontecer. Estamos a dar o tempo de compactação que é necessário. Porquê? Porque se não dermos esse tempo de compactação os empreiteiros não assumem a garantia das obras. E portanto, estamos a dar o tempo de compactação que é necessário para que depois não tenhamos problemas após o asfaltamento. E, portanto, aquilo que nós esperamos, em relação a estas duas ruas em concreto, - percebendo claramente o transtorno que as ruas, enfim, estando alguns meses neste estado causam a todos -, aquilo que nós esperamos é que o mais rapidamente possível estas estradas possam vir a ser intervencionadas. E julgamos que isso vai acontecer ainda durante o mês de julho. No caso concreto da Rua do Centro Vidreiro, em Bustelo, nós vamos aproveitar para dotar aquela rua de passeios. E naturalmente que, ao dotarmos aquela rua de passeios, dotamos aquela rua de

segurança para automobilistas e peões. E, portanto, aproveitamos essa oportunidade para termos definitivamente aquela rua É uma rua intensa. É uma rua intensa da freguesia de S. Roque e, portanto, vamos aproveitar para criar também essas infraestruturas nessa rua. Em relação à Rua da Espinheira, portanto, Rua Ilídio Freitas: A Rua Ilídio Freitas é a rua que desce do Hospital para a Espinheira ou para as traseiras do campo de futebol da União Desportiva Oliveirense, essa rua está efetivamente há muito tempo naquele estado porque aquela rua teve a seguinte particularidade: Nós, durante alguns meses, negociamos o alargamento dessa via. Como sabem, existia um pouco abaixo do Hospital um forte constrangimento. Esse constrangimento está resolvido. Mas, entretanto, surgiu a oportunidade de nós alargarmos uma outra via estreita que passa pelas traseiras do Hospital permitindo, não só, a circulação através da via, mas sobretudo resolver o problema do saneamento a um conjunto de moradias que existem precisamente nas traseiras do Hospital. E foi esse processo que protelou o asfaltamento da Rua Ilídio Freitas. Que vai acontecer agora muito brevemente, julgo que nas próximas semanas teremos a Rua Ilídio Freitas pavimentada. Mas foi esse processo. E agora estamos a trabalhar num outro processo que é, feita a rede nessas duas ruas (Rua Ilídio Freitas e na Travessa da Espinheira) é preciso fazer a entrega das águas residuais recolhidas num ponto de entrega. E existem várias soluções. São soluções tremendamente complexas. Uma delas era fazer o atravessamento do IC2. Aquilo que nós muito provavelmente vamos ter que fazer é rasgar a rua - Não sei se é Padre Alípio de Melo, se é Sampaio Maia - não faço ideia de como é que se chama essa rua - É a rua que vai desde a Rua Ilídio Freitas até à escola de Condução, se quiserem, ou até à Almeida Garrett. E vamos provavelmente ter de fazer aí a entrega do saneamento. Portanto, vamos ter que rasgar toda essa rua para podermos entregar todo esse saneamento que vem da Ilídio Freitas e da Travessa da Espinheira. É por esse motivo que a Rua Ilídio Freitas demorou tanto tempo. Em relação à intervenção do senhor deputado Manuel José: Naturalmente que não tenho nenhum comentário a fazer a não ser, naturalmente, parabenizar - e terei oportunidade de o fazer no final desta Assembleia, em relação à forma como decorreu a magistratura - digamos assim - desta Assembleia Municipal. E dizer-lhe que, enfim, de uma forma muito grata, de uma forma muito reconhecida que eu vi reforçado o prestígio deste órgão junto da população oliveirense. E os oliveirenses gostam que as suas instituições funcionem. Em relação à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ossela, Senhor José Santos: A Associação de Municípios de Terras de Santa Maria é a entidade responsável pelo tratamento em alta das águas residuais e, portanto, digamos, é a entidade responsável pela gestão e manutenção das nossas ETAR's e dos nossos emissários. Nós, efetivamente, temos no nosso sistema de tratamento em alta que é um sistema completamente obsoleto, um sistema preparado para cerca de 25 mil alojamentos e para tratar um caudal entre 2 a 3 milhões de metros cúbicos por ano, é um sistema com muitas dezenas de anos que não teve durante essas dezenas de anos um processo de requalificação ou processo de manutenção profundas e muito menos processos de atualização. Efetivamente nós temos aqui um problema de obsolescência muito complicado. Temos um problema também de efluentes

industriais. Nós temos efluentes, sobretudo as gorduras e os óleos, que prejudicam o tratamento biológico destas ETAR's. Temos inúmeras descargas indevidas. Tem sido feito um trabalho enorme, neste domínio da fiscalização. Mas aquilo que é verdadeiramente importante é que se faça uma caracterização rigorosa destes efluentes industriais, para que a solução que está a ser desenhada por um professor universitário que foi contratado pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e que é um dos melhores especialistas do país nestas matérias, para que tenhamos efetivamente uma solução que permita, depois de caracterizarmos estas águas residuais industriais, para não termos os problemas que temos com as sucessivas interrupções de funcionamento que nós temos nas nossas ETAR's. É evidente que estamos a falar de investimentos consideráveis. Eles têm sido sempre revistos em alta. Estamos a falar de investimentos que poderão andar entre os 15 e os 18 milhões de euros, para requalificarmos, para atualizarmos as nossas duas ETAR's. E, portanto, temos aqui um problema de atualização dos nossos emissários e também das nossas ETAR's. Temos um problema de caracterização dos efluentes industriais. E temos também um problema depois ao nível da fiscalização. Onde, naturalmente, as entidades responsáveis pelo tratamento em baixa que são ou os municípios ou as concessionárias, a SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente) e a GNR (Guarda Nacional Republicana) têm que fazer aqui um trabalho muito intenso de coordenação para que exista reforço da fiscalização, exista punição para quem prevarica. Nós temos também um problema, ao nível dos mecanismos de implementação do tarifário. Porque, como sabem, nós temos entradas de águas residuais que não correspondem ou que não são pagas, digamos assim, porque temos sistemas de captação de água próprios que depois são enviados para o sistema de recolha de águas residuais sem que as entidades que produzem essas águas residuais as paguem. E, portanto, este é também um problema que nós temos que procurar resolver no sentido de, mudarmos, instalarmos para já o sistema de aplicação dos tarifários e termos a possibilidade de instalarmos caudalímetros às saídas das unidades industriais ou de algumas unidades industriais, onde possamos efetivamente tarifar as águas residuais que são efetivamente produzidas. Aquilo que eu vos posso dizer, em relação a este domínio, é que a licença para as descargas no meio hídrico obriga ao cumprimento de um conjunto de parâmetros que são quinzenalmente fiscalizados e depois são naturalmente enviados para APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e para as entidades competentes. E esse trabalho é um trabalho que nós temos vindo a fazer. Agora, como todos sabem, nós temos no nosso sistema de emissários muitas infiltrações. Temos infiltrações enormes de águas pluviais, portanto, temos águas pluviais a entrar no nosso sistema de águas residuais. E é precisamente quando chove muito, quando temos grande pluviosidade, que nós temos as descargas indevidas. E as descargas indevidas através das águas pluviais entram na nossa rede de águas residuais. E, portanto, este é um problema que nós temos efetivamente que resolver. Essa vala que o senhor presidente da Junta refere junto ao tubo de descarga da ETAR de Ossela. É uma vala que já estava prevista no desenho da intervenção que, foi feita, foi pensada há vários anos. Portanto, foi lançado um concurso para uma intervenção que previa duas componentes de resposta: uma delas no

domínio da gestão e exploração das ETAR's; e uma intervenção ao nível da requalificação dos emissários e das ETAR's. Esse processo é um processo que não correu bem. Nós estamos, inclusive, neste momento, a negociar a revogação, estamos a negociar um acordo transacional que permita a revogação da adjudicação do concurso, porque efetivamente existe incumprimento por parte do consórcio vencedor. E, portanto, as obras que estavam previstas, não estão a acontecer. E não estão a acontecer ao ritmo que nós desejávamos. E, portanto, uma das obras era precisamente esta. Esta obra que o senhor presidente da Junta de Freguesia refere. Uma obra que estava licenciada pela APA. Portanto, há título de licença. Fazia parte deste pacote de intervenções que foi, digamos, adjudicado. E, na prática, o que essa vala pretende é - como existem muitos tensoativos no efluente - como temos um tubo de descarga sem qualquer tipo de proteção e alto, aquilo que acontece é que gera uma espuma e essa espuma que se gera cria um efeito visual muito negativo. Portanto, aquilo que estava previsto, já há muito anos, era que fosse feito um tubo de queda e, portanto, a descarga fosse feita de forma submersa para evitar precisamente esse efeito. E, portanto, esta solução vai ao encontro dessa necessidade de não provocarmos agitação no efluente e a formação das espumas que, naturalmente o efluente quando contacta com água, com o meio recetor gera essas espumas e gera aquele efeito visual negativo que muitas vezes é mal interpretado. Em relação às análises: Essas análises têm sido feitas. Algumas empresas têm sido fiscalizadas. E, portanto, cabe às entidades competentes aplicar as respetivas coimas. Mas, neste momento, nós estamos num processo, que é esse processo que realmente nos interessa, de caracterização dos efluentes. É absolutamente fundamental para nós percebermos que tipo de efluentes industriais é que são entregues nas nossas ETAR's, porque só assim é que nós conseguimos preparar tecnicamente a solução de atualização das nossas ETAR's que permitam dar resposta e evitar estes problemas que todos nós conhecemos. Em relação à intervenção do senhor deputado Fernando Pais, sobre a tabela de investimentos nas Freguesias. Eu, no final desta Assembleia, vou-lhe entregar uma tabela que já tem, digamos, uma parte desse trabalho feito, uma parte substancial desse trabalho, para que possa analisar. Mas sobretudo, possa verificar que os receios, - Se é que eu possa chamar assim? - sobre uma eventual distribuição dos investimentos da Autarquia nas freguesias, são completamente infundados. E portanto, claramente se percebe que há freguesias que recebem mais investimento porque faz sentido que o recebam, porque têm necessidades para serem resolvidas. E há outras freguesias que recebem menos investimento porque têm, digamos, um conjunto de problemas já resolvidos. Mas fica com uma ideia que existem critérios que são facilmente entendíveis e que nos permitem perceber que as freguesias são tratadas com toda a justiça, com toda a preocupação, com toda a responsabilidade e, sobretudo, são tratadas no sentido de que os investimos que nós façamos, em conjunto, em articulação com as Juntas de Freguesia produzam os efeitos desejados que é, naturalmente, desenvolver os territórios e melhorar as condições de vida da população. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====

===== Senhor Presidente, muito obrigado, pelas suas explicações. Registei com muita atenção. E, como eu disse na minha intervenção, considerando que é uma pessoa de bem, faço fé naquilo que o senhor aqui afirmou. No entanto, relativamente à reunião, não da Comissão Política mas da Comissão Municipal de Proteção Civil, portanto, o Senhor Presidente - e aqui peço uma vez mais o seu esclarecimento, - disse que o convite foi efetivamente realizado uma só vez e, portanto, que a partir daí estaríamos sempre convidados para participar nessa reunião. Desculpe a minha ignorância, Senhor Presidente, nestas questões das plataformas digitais, mas eu sempre tinha na ideia de que para participar na reunião tinha que ter um link, tinha que ter um ID, tinha que ter um acesso. E, portanto, esse link, esse acesso, esse ID nunca me chega. Portanto, não sei se é um problema meu, da minha ignorância. Portanto, peço aqui esclarecimento ao Senhor Presidente, nesse sentido. Relativamente à questão dos incentivos aos Bombeiros, Senhor Presidente, eu penso que também não respondeu a essa intervenção que eu fiz, a essa solicitação. Porque, o que eu pedi que me respondesse foi: decorrido um ano desses incentivos, quanto é que isso representou como apoio aos Bombeiros? E portanto, se eu compreendo que há um ano atrás o Senhor Presidente não me pudesse facultar esse número porque ainda estávamos no início do processo; Portanto, decorrido um ano, portanto, já tem tempo suficiente para nos dizer efetivamente se houve adesão por parte dos Bombeiros, se houve interesse por parte dos Bombeiros em aderir ou não a esses benefícios que se julgam, e no entendimento do Senhor Presidente, não no meu entendimento - como já referi, o julgam que são de facto incentivos muito atrativos. O que não é a minha opinião. Por isso, aí também não me respondeu. Assim como não respondeu, Senhor Presidente, à questão do porquê pela primeira vez o CDS não ter sido convidado também para participar nas comemorações do 37º Aniversário da elevação a cidade de Oliveira de Azeméis. Respondeu, sim, à questão do 25 de Abril, não a esta questão. Portanto, não sei se não foram todos convidados ou se foi só particularmente o CDS. Daí que, eu também pedia esse esclarecimento. Relativamente à questão da rede de saneamento, às obras, e à dificuldade em arranjar empreiteiros para a conclusão das obras. Também não é nada surpreendente que isso esteja a acontecer. Aliás, o volume de obras que o Senhor Presidente se propôs a fazer já na aprovação do Orçamento, já aí tínhamos alertado que se calhar iria sentir esta dificuldade. Portanto, isto não é novidade nenhuma para nós. É o reflexo de deixar um conjunto de obras todas para o mesmo timing, para serem executadas no mesmo período. Relativamente - e aqui um pedido que eu lhe deixava Senhor Presidente - Referiu que na Estrada Nacional 1 está agora a decorrer o tempo de compactação. O que eu compreendo e acredito perfeitamente nisso. O que eu lhe pedia Senhor Presidente - e eu sei que também lá passa todos os dias - é que tentasse, pelo menos, suavizar aqueles buracos que lá estão. Porque estamos no tempo de compactação e se calhar, daqui a algum tempo vamos ter que passar ao tempo das

compensações dos danos que são causados aos veículos das pessoas que ali transitam. E, portanto, deixo aqui esse desafio. Esse pedido, aliás. Não é um desafio é um pedido que certamente irá ser atendido. Muito obrigado.=====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Senhor deputado, de forma muito breve, o link de participação é o mesmo desde a primeira reunião. E não há nenhuma entidade que participe na reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil alargada que tenha tido dificuldades. Portanto, todas as entidades que foram convidadas, desde o primeiro dia, têm participado. E, portanto, o link é exatamente o mesmo e tem que o utilizar para poder aceder. Mas, caso tivesse alguma dificuldade, devia ter colocado essa dúvida. E nós prontamente teríamos resolvido. E ter-lhe-íamos disponibilizado o link. Portanto é apenas e só disso que se trata. Em relação aos incentivos dos Bombeiros: Eu mais uma vez fui claro, em relação aquilo que disse: a quantificação: - quando nós isentamos os Bombeiros de estacionamento, nós temos alguma dificuldade em quantificar a eficácia dessa medida. Porque os Bombeiros estão isentos, não pagam. E, portanto, todas as vezes que estacionarem, não pagam. Quando nós estamos a falar de fornecer as refeições nos Jardins de Infância aos Bombeiros; Essa oferta foi feita agora de forma generalizada no quadro pandémico, portanto temos alguma dificuldade também em percebê-la. E quando estamos a falar de dar prioridade aos Bombeiros nas bolsas, por exemplo, de acesso ao ensino superior, Pois, nós vamos ter agora a possibilidade de termos, aliás, já decorreu para o ano letivo 2020/2021, vai decorrer de forma mais expressiva para o ano letivo 2021/2022 onde vamos atribuir 10 bolsas a estudantes carenciados para poderem aceder ao ensino superior ou continuarem no ensino superior, a que vamos juntar também mais 10 bolsas que foram gentilmente oferecidas por empresas do nosso concelho. E portanto, nessa perspetiva, dizer-lhe que, essa quantificação é uma quantificação que em alguns casos é difícil de fazer. No caso concreto do IMI, será eventualmente mais fácil se os Bombeiros forem proprietários de imóvel e, portanto, se inscreverem para poder beneficiar do incentivo. Mas procurarei recolher essa informação e fazê-la chegar. Sinceramente, peço desculpa, não tinha percebido que tinha colocado também a mesma questão, em relação à questão da comemoração do aniversário de elevação a cidade, não tinha percebido isso, não percebi isso da sua intervenção. Digo-lhe exatamente o mesmo que disse em relação às comemorações do 25 de Abril, se até aqui o CDS e todos os partidos foram convidados; se num dado ano não foi convidado é porque aconteceu seguramente um lapso pelo qual eu peço desculpa. Portanto, não caberá na cabeça de ninguém, ninguém estará à espera que, deliberadamente, se faça algo que impeça a participação dos partidos ou das entidades, esse tempo já passou, esse tempo já lá foi, e é um tempo que nós não queremos que volte mais. Em relação à rede de saneamento, senhor deputado, eu fui claro, está dentro do prazo. Portanto, as obras iniciaram-se em setembro/outubro de 2020,

tem um prazo de duração de um ano, portanto, estão dentro do prazo. Em relação às observações que fez sobre a criação de condições de segurança na Estrada Nacional Nº 1. Inteiramente de acordo. Acho que sim. Acho que devíamos procurar, enquanto não há pavimentação definitiva devemos procurar criar condições para que as pessoas não danifiquem as suas viaturas ou não tenhamos acidentes a serem provocados pelo mau estado da via. E, portanto, dar-lhe-ei, naturalmente a devida atenção. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

===== Muito rapidamente. Só para ficar aqui registado em ata. Eu aceito perfeitamente os lapsos que possam estar a acontecer. O que são estranhamente lamentáveis. Mas são dois lapsos muito seguidos em comemorações muito importantes como o 25 de Abril e o 16 de Maio. E, portanto, o CDS não pode deixar passar em branco que esses lapsos se passem em branco aqui assim publicamente. Assim como, também, eu ainda não consigo digerir muito bem essa desculpa que o Senhor Presidente deu da questão do link da reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil. Eu até estou à procura do email. Eu por acaso não fiz o print dele. Efetivamente, eu tenho um convite para participar na reunião, com um link para a reunião de 2 de fevereiro. E, a partir daí, não tenho mais qualquer outra informação a confirmar que estaria convidado para participar noutras reuniões. E, portanto, se eu não fiz outra abordagem é porque entendi também ou porque pensei, daí que estou a pedir esse esclarecimento, de que já não haveria necessidade de estarem presentes os partidos nessa Comissão Municipal de Proteção Civil. Pelo seu entendimento, não é? Entendi que o Senhor Presidente já não teria tido esse entendimento de convidar novamente os partidos para estarem presentes. E, portanto, também agora faço aqui o reverso da medalha. Também, se calhar, assim como reenviaram o convite o convite para a segunda reunião, também poderiam questionar o CDS porque é que não estaria presente. Também alguma coisa anómala se estaria a passar. Agora, aquilo que eu também percebi e já entendi, e que me chegou precisamente ao conhecimento, é que estão, de certa forma, a usar o facto de o CDS não estar a participar nessas reuniões como um facto de desalegância por parte do CDS, o que não corresponde à verdade. E, portanto, gostaria que isso ficasse aqui bem registado. Porque o CDS sempre esteve presente na linha da frente, Sabe muito bem Senhor Presidente que, sempre nos antecipamos, mesmo no anonimato, e tentamos ajudá-lo sempre no anonimato, aquando do início desta crise. E não fizemos propaganda disso. E, portanto, também acho que não é correto estarem agora com estes lapsos atrás de lapsos, para deixar aqui qualquer outra ideia no ar de que o CDS está a ser desalegante, (para ser este o termo mais elegante nesta situação). Muito obrigado. ===

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== *Eu julgo que não vale a pena estarmos aqui a alimentar mais esta discussão estéril. O senhor deputado quando iniciou a sua intervenção diz que foi convidado para uma reunião mensal. - São as suas palavras. E, portanto, se é uma reunião mensal que acontece em todas as primeiras terças-feiras de cada mês, significa que durará enquanto não lhe for dada informação contrária. Aliás, o senhor teve a oportunidade de participar numa reunião - Não sei se foi a única - e percebeu claramente que, sou eu quem preside às reuniões e que me despedi das pessoas - até à próxima reunião - e, portanto, toda a gente percebeu. E toda a gente percebeu que toda a gente tem participado nessas reuniões com a exceção precisamente do CDS. E, portanto, o lapso, neste caso será seguramente do CDS, não será de todas as outras entidades que têm religiosamente participado. Mas eu vou-lhe enviar a cópia dos emails que foram enviados para o CDS para convidar. É evidente que fizemos um convite inicial. Face à ausência de uma ou outra entidade e de um ou outro partido nessa reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil alargada, nós fizemos o reforço da comunicação. Mas a partir daí, a partir do momento em que os partidos e as entidades participam na primeira reunião nós, naturalmente, dispensamo-nos de fazer esse trabalho. Nós estamos a falar com gente adulta. E não precisamos de andar em todas as reuniões a lembrar que temos reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil alargada porque, obviamente, toda a gente sabe que elas durarão até nós darmos notificação em contrário. O senhor deputado fala dos contributos que foram dados no domínio desta pandemia. Dá entender que esse trabalho foi um trabalho profícuo, um trabalho profundo, um trabalho regular. Recebemos, efetivamente, uma ou outra comunicação por parte do CDS como recebemos de todos os partidos e recebemos também da própria sociedade civil, mas esses contributos já terminaram há muitos meses. E, portanto, desde então, não temos recebido nenhum contributo, neste domínio. Mas aquilo que é importante sublinhar neste aspeto e, enfim, terminando com estas dúvidas que estão aqui a ser suscitadas. É que, por um lado, temos todo o prazer em que o CDS e todos os outros partidos participem nas datas significativas do nosso Concelho. E naturalmente quando convidamos uma entidade para participar num dado órgão é porque temos todo o prazer e todo o interesse em que essa entidade esteja presente. Portanto, é apenas e só disso que se trata, não quero com isto fazer nenhum caso porque, efetivamente, não existe nenhum caso. Se se trata de um lapso: Eu já, duas ou três vezes, nesta Assembleia, pedi desculpa. Renovo, esse pedido de desculpa. Se não se trata de um lapso: Cada um assume as suas responsabilidades e ficamos por aqui. Muito obrigado.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD.* =====

===== *Muito bom dia, a todos. Cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa os Senhores Secretários da Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa a restante equipa de Vereação, Senhoras e Senhores deputados*

municipais, os serviços da Assembleia Municipal e da União de Freguesias aqui presentes e que estão a dar apoio a esta Assembleia, senhores jornalistas aqui presentes e a todos aqueles que nos acompanham neste Auditório e através dos meios de comunicação social. Senhor Presidente, no passado dia 31 de maio, o Grupo Parlamentar do PSD assinalou o dia Mundial da Criança em simultâneo em todo o país. E, eu, em representação do Grupo Parlamentar, visitei duas instituições do concelho de Oliveira de Azeméis, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis e o Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho, que desenvolvem um papel fundamental no apoio às crianças e jovens no concelho de Oliveira de Azeméis. Na visita efetuada à CPCJ de Oliveira de Azeméis verifiquei o bom trabalho que a equipa desempenha no concelho, com os recursos que possui. Para além da falta de técnicos, as instalações pecam por não terem as condições físicas necessárias para um acompanhamento, com a privacidade necessária, dos utentes e para este tipo de atendimento. Aliás, alerta feito já pelos deputados municipais do Grupo do PSD, na última Assembleia Municipal, pela senhora deputada municipal Ana Neves. Senhor Presidente, posto isto, as condições do edifício, uma vez já alertado, são do conhecimento da câmara e também são da responsabilidade da câmara. Estou certa de que o município, depois de ter conhecimento desta situação, está atento e estará para breve a correção destas lacunas. Lacunas que, Senhor Presidente, é importante dizê-las: É o equipamento de ar condicionado: E que o Senhor Presidente sabe que não está a funcionar; Campanha ausente: O edifício serve os serviços da CPCJ mas também serve os serviços de apoio social da câmara e não existe campanha no edifício, a porta tem que estar fechada, quando alguém bate às janelas do edifício tem que um funcionário da CPCJ ir abrir a porta e ver se o atendimento é para a CPCJ de Oliveira de Azeméis ou se é para os serviços da Câmara Municipal. O espaço para audição das crianças: Não existe esse espaço específico que a lei o determina. Áreas adequadas para as pessoas que lá trabalham: O atendimento de secretaria é feito num corredor onde se passa para as salas de audiência. A porta de vidro de acesso a esta entidade está com um pano, que as próprias funcionárias colocaram para haver uma privacidade entre os utentes. E não estamos a afalar de quaisquer utentes que recorrem a essa instituição. Estamos a falar de áreas que necessitam de um recato próprio para este tipo de atendimento e que não têm. Porque, eu quando visitei as instalações ao estar numa sala estava a ouvir tudo aquilo (não estava a haver atendimentos, mas tudo aquilo que na secretaria se falava). E é necessário Senhor Presidente que haja aqui alguma preocupação do município. E não quero acreditar que o município de Oliveira de Azeméis, depois de tantas vezes ser alertado para esta situação, não tenha a sensibilidade de colocar estes meios à disposição da CPCJ de Oliveira de Azeméis para que esta instituição faça o seu trabalho tão bem como aquele que está a fazer e se possível melhor. Para já, adequado ao tipo de atendimento que faz e prestando um bom atendimento com a privacidade necessária para as famílias e para todas as pessoas que necessitam de recorrer a esta instituição. Senhor Presidente, pedíamos-lhe que olhasse para esta situação com a máxima atenção. Se não for por

quem lá trabalha, seja pelas pessoas, pelas famílias e pelas crianças que têm que recorrer a este serviço. Muito obrigada.=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Amaro Simões**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

===== *Bom dia. Senhora Presidente da Assembleia, senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas deputados municipais, público, jornalistas, sintam-se todos cumprimentados. Eu peço a vossa atenção para uma pequenina intervenção, uma reflexão intimista, mas que não resisti a partilhar com vocês. Por muitos anos que tenha de vida autárquica, não me conformo com o ambiente que, irracionalmente, se cria à volta das eleições autárquicas. O que mais me custa ouvir (e já vi escrito, há dias) são expressões como: A Freguesia de São Roque está parada; ou, os primeiros mandatos foram bons, mas estes últimos estivemos parados. Este sentimento de indignação acompanha-me desde, há 28 anos, quando, no rescaldo das eleições, a primeira manifestação que tive foi: São Roque, mais 4 anos parado. Estavam liminarmente a apoucar-me a mim, mas eu entendi que estavam sumariamente a sentenciar-se a eles e a quem tinha acabado de perder umas eleições que contava ganhar. Mas, se nunca convivi bem com este apoucamento no tempo em que éramos amarrados, impedidos de fazer obra, para que a frase pudesse vir a fazer algum sentido, custa-me muito mais ouvi-la, agora. Agora, que mais de 50% das ruas da freguesia estão a fervilhar com obras de saneamento e água? Agora, que estas ruas estão a ser restauradas ou vão beneficiar de nova pavimentação? Agora, que a Freguesia passa de uma rede de saneamento tratado de menos de 15% para bem perto dos 100%? Por favor! É verdade. No princípio deste mandato, sentia-me desconfortável ao constatar que a maior parte das freguesias tinha, ainda, mais carências do que São Roque, particularmente nos seus equipamentos, nas suas acessibilidades e arruamentos. Por elementar justiça, solidariedade e bom senso, contive-me nas reivindicações das prioridades estabelecidas com a Câmara Municipal. O novo Executivo acabara de chegar e precisava de tempo para pôr a Casa em ordem. A partir de mais ou menos meio do mandato, com a casa arrumada e contas certas, que saudamos, nenhum Presidente de Junta admitirá ouvir dizer que a sua “terra está parada”. Já tinha a perceção que confirmei nos fins-de-semana do confinamento em que não podíamos sair do concelho: há obras em todas as freguesias, particularmente no melhoramento bem visível de estradas e ruas. Sem subserviência ou seguidismo, enalteço a estratégia, a capacidade, a competência, a dedicação a 100% do Presidente e Vereadores para, literalmente, construir pontes, refazer estradas, reparar caminhos, articular diálogos e firmar compromissos com todos os e as Presidentes de Junta de Freguesia, que genuinamente e sem sectarismo propõem o melhor para as suas terras. Eles e elas são merecedores de toda a nossa atenção. Não faltará o tempo em que não haverá candidatos disponíveis a Presidentes de Junta de Freguesia. Pelo menos os mais recomendáveis. Eles e elas não estão na vida pública com o simples espírito de simples*

funcionários (tal dinheirito, tal trabalhito), ou mercenários (subornáveis, comissionistas e mercantis), os Presidentes de Junta de Freguesia são autênticos missionários. Eles e elas, de mãos limpas e coração cheio, apaixonam-se pelas causas das suas autarquias e dão a vida em função do seu povo. Como apaixonados, às vezes, somos excessivos e pensamos que as nossas causas são sempre as mais importantes e as mais prioritárias. Aprendemos a relativizar as prioridades e ser solidários para o crescimento harmonioso e em rede em todas as freguesias do município. Relativamente ao saneamento, aqui já falado, foi preciso ter muita coragem e arrojo, para, em vésperas de eleições, transtornar a vida às pessoas com os inconvenientes das ruas intransitáveis, ora lama, ora pó, situação agravada pela COVID e pela manifesta falta de trabalhadores para tanta obra. Foi / é um grande risco. Podem ser acusados de tudo, menos de serem eleitoralistas. Algumas ruas, há bem pouco tempo pavimentadas porque não se previa saneamento nos tempos próximos, vão ficar com sequelas. Esperamos que a maior parte, no entanto, possa ser requalificada e beneficiada na totalidade. À boleia e no complemento destas obras de saneamento, a Junta de Freguesia de S. Roque propôs a conclusão da pavimentação em toda a extensão da Freguesia do percurso dos transportes públicos. Foi-nos apresentada pelo presidente uma proposta de participação um pouco excessiva. Mas não podíamos recusar. Dou de barato que São Roque possa ter sido a freguesia com menor investimento do mandato, mesmo assim, só no saneamento e água, a Freguesia está a beneficiar e a ser dotada de mais de um milhão de euros. Se algumas já conseguiram e outras conseguirão ainda mais; Ainda bem, só podemos ficar satisfeitos com o volume de investimento no município, sem pôr em risco o orçamento e as contas certas. Fora a conclusão da rede de saneamento de que já tínhamos perdido a esperança, mas que está em vias de concretização, aproveito para fazer o ponto da situação das cinco causas prioritárias que apresentámos no início do mandato e que já vinham, sem sucesso, de mandatos anteriores: Ponte dos Moinhos, entre São Roque e São João da Madeira - concluída. Iluminação da Estrada do Cercal (Acesso pelo lado de São Roque ao Polo Universitário) - concluída. Cobertura do Polidesportivo - Empreitada a iniciar, de acordo com o empreiteiro, para a próxima semana. Reabilitação da antiga sede do Sindicato dos Operários Vidreiros - Projeto em execução. - Gostava de saber o ponto de situação. Zona Industrial - mantenho as expectativas elevadas para a sua concretização o mais breve possível. Entretanto os industriais mais resilientes e capacitados para investirem pedem colaboração para poderem expandir as suas empresas, mesmo em espaços não adequados. Tenho a certeza de que a Câmara vai encontrar soluções de compromisso para os poder ajudar, reforçando a capacidade de emprego na freguesia e o tecido económico do município. Eu tinha aqui agora (não vou resistir) um documento que me acompanhou desde o princípio do mandato - a que eu chamei - Código do Autarca ou os Dez Mandamentos do Autarca - dedicado particularmente aos Presidentes de Junta: - 1. Ama a sua terra e defende com firmeza as justas causas do seu povo. - 2. Promove com determinação e competência o bem-estar da população. - 3. Serve a todos com dedicação, prestando particular atenção aos mais carenciados. - 4. Dá o melhor de si mesmo, sem esperar reconhecimento e conforto. - 5. Não se deixa abater

pela intriga, calúnia ou maledicência. - 6. Só faz promessas que possa cumprir. - 7. Mantém postura serena, acolhedora e disponível. - 8. Respeita as ideias dos outros e é tolerante com os adversários políticos. - 9. Não cede à corrupção nem ao abuso do poder. - 10. Permanece sempre fiel aos seus princípios e à sua consciência. Obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Queirós**, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====*

===== Bom dia, Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, colegas Presidentes de Junta aqui presentes, público, comunicação social. Eu, não estava previsto intervir nesta Assembleia. De qualquer modo, dado aquilo que foi discutido e tem sido discutido aqui esta manhã, eu não podia deixar de intervir. Eu fico muito satisfeito que já muitas freguesias tenham aumentado o saneamento e a rede de saneamento. E, para mim, enquanto oliveirense, é com grande satisfação. E sei também, já tenho falado e vindo aqui a esta Assembleia falar algumas vezes sobre a falta de saneamento em Loureiro. Mas, atendendo a tudo que foi dito, julgo que, poderá eventualmente haver alguma novidade, relativamente ao saneamento em Loureiro. Com sabem, Loureiro não tem rede de saneamento. Não tem. E é um problema. Já temos falado disso. Não vou estar a insistir. É um problema muito grave, neste momento, sobretudo no centro de Loureiro. O que eu vinha aqui perguntar, Senhor Presidente, era: Se, neste momento, tem alguma indicação de algum projeto, se há algo mais que nós possamos dizer aos loureirenses? Se está previsto? Se há projeto? Se pode, de facto, dizer a esta assembleia e aos loureirenses se há alguns elementos e em que pé é que isso está? Era basicamente isso, que eu queria perguntar. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Carlos Costa Gomes**, do PSD. =====*

===== Cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia, os Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta de Freguesia, público aqui presente, comunicação social, e aos estimados colaboradores da Assembleia e da Freguesia, um especial cumprimento para o Presidente da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail. E começava esta minha intervenção, Senhora Presidente, de que estamos, de facto, e vê-se, na reta final de um mandato que já leva quase 4 anos e a pouco mais de 3 meses de terminar. Certo é que este mandato fica marcado por muitas coisas, especialmente um mandato marcado por uma pandemia que assolou não só o país, mas também o mundo e cada um de nós em particular. Note-se, por exemplo, estarmos aqui todos de máscara. E, portanto, teve uma intervenção direta em cada um de nós. Verdade também que provocou a morte a muitas pessoas. E daqui a nossa

solidariedade para com as famílias oliveirenses, mas também a nível geral, que perderam entes queridos. Isso fica aqui também a nossa solidariedade. Também uma palavra de solidariedade para aqueles que experienciaram no corpo, mas também no espírito o vírus Covid-19 e que para muitos, muito difícil, conseguiram vencer esta doença. E também para as famílias que acompanharam estas pessoas e que, eventualmente, também padecem do sofrimento e da angústia de ver os seus familiares nesta situação. E, portanto, de facto o que marca este ano ou este mandato, ou estes últimos anos, é de facto esta pandemia que assolou a sociedade em geral. Mas também a nossa palavra de estímulo, não é? Se há três meses atrás não podíamos estar juntos numa Assembleia; Hoje, mesmo com máscaras, podemos estar, com as devidas regras de segurança mas também com a responsabilidade que a todos nos é pedida. E é neste sentido que eu também deixo aqui a palavra a todos os oliveirenses: continuem nesta senda da promoção da saúde e da evolução favorável no combate à pandemia, portanto, com responsabilidade e não deixem de praticar as atividades indispensáveis como é o trabalho, mas também não deixem de praticar atividades lúdicas que, ao fim e ao cabo, acabam por ajudar nesta convivência social. E de facto o PSD, Senhor Presidente, tem participado, dentro da sua disponibilidade, e até atendendo à hora que é marcada muitas vezes e porque falamos aqui já nas reuniões da Comissão de Autoridade de Proteção Civil, - de facto, o PSD tem participado. É verdade que não participou em todas, mas, porque os horários, às vezes, não coincidem. Mas, na sua maioria esteve e deu o seu contributo que achou no momento ser dado. Mas este mandato não é só marcado pela questão da pandemia. Este mandato tem, obviamente, outras questões. E se falamos neste mandato é porque sentimos que estamos a chegar ao final deste mandato, senão não estaríamos a falar. Em Portugal, por exemplo, segundo os últimos dados, o investimento internacional, coloca Portugal no décimo país dos países europeus com mais investimento estrangeiro. Isto, Senhor Presidente, para lhe dizer que, nós em Oliveira de Azeméis certamente não estamos no décimo lugar do país com mais investimento. E hoje já aqui foi falado de investimento. É certo que, quando estamos em início de mandato, fazemos muitas promessas e a promessa obriga-nos. Fazer uma promessa obriga-nos quer moralmente, quer de facto e quer de direito. E, portanto, fazemos essas promessas mas, muitas vezes, das promessas à concretização, a distância é muito grande. E o que vemos, Senhor Presidente, enfim, o Senhor Presidente com certeza que vai concordar comigo. É que, queiramos ou não, os grandes investimentos, as grandes obras estão a ser feitas em final de mandato. E, portanto, isso é uma realidade. Independentemente se houve concursos desertos, independentemente se houve renovação de projetos, independentemente se não havia empreiteiros, a verdade é que as obras estão a ser feitas agora. E por falar em obras... E o Senhor Presidente anunciou agora um conjunto de obras. Ainda bem. E todos nós ficamos felizes por isso. Ninguém pode ficar, nesta sala, infeliz por saber que o município vai investir os milhões que falou em milhões de euros agora no futuro próximo. Por falar de obras, falo e lembro aqui a questão da obra, nomeadamente no Mercado: no mercado que vai iniciar ... ou se não iniciou? Uma evidência que mostra esta obra em final de mandato. E foram, segundo o Senhor Presidente, pelo

menos veio na comunicação social, foram estudadas várias possibilidades quanto à localidade da alternativa para o novo mercado. E foram estudadas: o subterrâneo do Parque do Gemini; a Praça Abílio Campos; o edifício antigo Carpan; a antiga fábrica de calçado Fémina, no Parque de La-Salette; na zona desportiva; no terreno do parque escolar da Soares Basto. Mas todos estes espaços não foram escolhidos, mas também não foram justificados porque não foram feitas estas escolhas. O que nós ouvimos, Senhor Presidente, dos comerciantes e da população é que, dizem: «... a Praça Abílio Campos - no parque de estacionamento - seria o sítio ideal.» - E estou a citar, não sou eu que estou a dizer. Estou a citar. Poderia trazer aqui um PowerPoint, até com as pessoas. Mas penso que ao abrigo da proteção de dados e para não ferir essa questão, acho que não o devemos fazer, até porque a questão da proteção de dados hoje é muito falada a nível nacional. Outra situação, Senhor Presidente - e perdoe-me: «...ainda não sei concretamente onde é que fica o lugar provisório. Até porque as entidades superiores não se dirigiram a nenhum dos comerciantes.» E podia continuar aqui a falar. Outro - o terceiro - e podia apontar aqui meia dúzia deles - «... É péssimo, nunca devíamos ter de mudar para lá. Porque todos os clientes dizem que não se vão deslocar para o Intermarché.» Outros ainda, Senhor Presidente: «... o aceso ao Intermarché é um pouco complicado e não vai haver muita adesão porque não há transporte.» Outros consideram também: «...eu acho que não devia ser no parque subterrâneo do Intermarché porque está muito longe. As pessoas que vão a pé até dizem que até lá não vão, pois não têm possibilidades.» Outros dizem também: «...deviam ter pedido opinião às pessoas. Não pediram nada a ninguém. No fundo, não está ninguém de acordo com esta decisão.» Sétimo, e para não me alongar mais: «Isto está muito mal organizado. Não fomos informadas de quando iremos ter de mudar para lá. E muitos dos nossos colegas vão desistir. Isto não é uma boa ideia. O local provisório é um sítio escondido e o povo não vai aderir ao mercado.» Contrariamente a esta citação que eu fiz, sobre a opinião dos oliveirenses que, ao fim e ao cabo, também conta, o PS local vem dizer que: o local é muito bem escolhido e assertivo. Cumpre os requisitos: centralidade; mobilidade; e boa gestão. Centralidade? Não sei. Mobilidade? Só se for a mudança do espaço para outro espaço porque a mobilidade de pessoas idosas talvez se torne muito mais difícil. Mas o PS, Senhor Presidente, parece que contrasta com a posição do Senhor Presidente. Porque, antes e no início do mandato, senhor Presidente, aquilo que o Senhor Presidente disse, e cito: «Queremos aplicar modalidades de gestão inteligente, privilegiando a auscultação e o envolvimento de todos para melhor decidir.» Porque é que não foram envolvidas as pessoas? Algumas questões: Porque é que os comerciantes não foram ouvidos, sendo essa a vontade do Presidente? Quais os investimentos realizados para mudar e colocar os comerciantes naquele local? Qual é custo diário ou mensal do aluguer daquele espaço? E quais são as contrapartidas que eventualmente o Intermarché terá ou não terá com o local do mercado? Ficam estas questões Senhor Presidente, para a resposta. Finalmente Senhor Presidente, também uma palavra às Boas Práticas da Assembleia Municipal. Uma nota, sobre esta candidatura ao Prémio de Boas Práticas. E penso que é importante. Louvo, a iniciativa, o empenho dos serviços afetos à Assembleia

Municipal, a Senhora Presidente em apresentar esta candidatura à ANAM. E também dizer-lhe que congratulo-me em saber que é Vice-presidente do Conselho Fiscal da mesma associação. E fica aqui a nossa nota. De facto é um prémio que deve ser um fator de motivador para o bom desempenho da Assembleia Municipal. E é esse sentido que deve prevalecer para que todos nós, na Assembleia Municipal, façamos nessa Assembleia uma política não de combate mas uma política construtiva, como aliás foi sempre o papel do PSD, enquanto líder da oposição nesta Assembleia o fizemos. Aliás, recorro que, em muitas situações ou algumas situações, e aqui a democracia participativa, a intervenção livre e consciente, em algumas vezes, nesta Assembleia, votamos em sentido contrário aquilo que votaram os nossos vereadores. Isso é política. Não alinhamos sempre pela mesma ideia. E, portanto isto é que é uma política construtiva, não de combate. Coisa que ainda não vi este mandato o PS fazer. Aliás, nós tivemos aqui algumas intervenções a pedir a retirada do ponto por consideramos que havia matéria não só jurídica, mas administrativa que estava ferida e poderia causar essa sensibilidade jurídica e administrativa. E o PS nunca aceitou retirar o ponto da votação. E foi votado. Estamos aqui a dizer que, nesta Assembleia, de facto temos de ter esta participação construtiva e é esta a nossa missão. Porque é isso que os oliveirenses esperam de nós. Mas uma nota que gostaria de deixar e salientar, que revela, - na minha perspectiva - e perdoem-me esta minha nota, de alguma falta de sensibilidade democrática quando aqui nos querem fazer quase um apagamento total daquilo que o passado também fez. E dizemos logo no início da introdução, independentemente do formato do documento, da estrutura, enfim, o importante é a substância: «Em outubro de 2017, iniciou-se um novo modelo de democracia local, plena e participada na Assembleia. “Dar voz aos cidadãos e estimular a sua participação.”» Será que isto já não acontecia no passado? (Eu não perguntei ao senhor Bruno Aragão. Mas o senhor Bruno Aragão pode responder depois.) Aliás, Senhora Presidente, até lhe digo já, que uma boa prática de gestão da Assembleia, não é sempre dar a palavra final ao líder da bancada. Isso é que é uma boa prática da Assembleia. Está sempre a dar-lhe a última palavra. Percebo que é a bancada com mais representação, entendemos isso. Mas, então, uma boa gestão - fica aqui uma nota: não dar sempre a última palavra. Senhora Presidente, sem estarmos aqui a alongar esta conversa, creio que o documento tem a sua validade e é importante elevar a forma como a Assembleia funciona. Penso que há aqui um toque que, enfim, eu não queria chamar político/partidário. Penso que a participação das bancadas teria sido importante, no sentido de dar aqui, uma vez que a Senhora Presidente apresenta o documento, os líderes de bancada eventualmente poderiam ter tido uma palavra, estruturava, dava mais peso, é certo que o documento foi enviado, mas podia dar mais peso e poderia ter sido uma coisa mais global. De qualquer forma, fica aqui, Senhora Presidente, as nossas felicitações e este reparo. E, também uma última palavra, relativamente às Assembleias Juvenis. Nós sabemos que hoje os jovens lidam muito bem com a parte informática e com o trabalho à distância. Tiveram aulas à distância. Eu fartei-me de dar aulas à distância. Até já estou cansado de dar aulas à distância, como qualquer professor. Mas., seria uma ótima oportunidade para termos feito uma

assembleia, enfim, juvenil, mesmo à distância, com a participação dos jovens. Fica aqui, sem manchar em nada o trabalho que fez, estas considerações que penso que são pertinentes e o nosso também agradecimento por esta Assembleia ter decorrido da forma como tem decorrido. E espero que assim continue pelo menos até ao final do mandato, que já não está a muito tempo de terminar. Obrigado. =====

===== Ausentou-se o senhor deputado **Carlos Manuel Costa Gomes**, do PSD. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== *Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento-a e em si cumprimento todos os presentes e as pessoas que estão a assistir. Esta é de facto uma assembleia extraordinária. E quem vai tendo memória e vai acompanhando, não pode hoje sentir um prazer especial em ouvir tantas das coisas, porque nós já tivemos que fazer também o balanço em muitos dos mandatos anteriores. E isto é mesmo o momento de balanço, tenhamos alegria nisso. Permitam-me cumprimentar o professor Manuel Alberto, Presidente da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata Seixa e Madail. É com gosto que aqui estamos e naturalmente é com gosto redobrado que sabemos que, também, este edifício vai ser requalificado. Mais um dos edifícios no centro da cidade que é requalificado. Permitam-me também uma exceção, e que subscrevo integralmente a intervenção do professor Albino, como vê - também há em política fogo amigo, e desafió-lo para que a proposta de fazermos a próxima assembleia municipal, não seja em setembro, seja em outubro com o novo mandato e com a tomada de posse, porque o edifício que historicamente utilizamos está em obras, também está em obras finalmente e, portanto, pode ser com uma outra dignidade que utilizamos o auditório da Escola Ferreira de Castro, no início do próximo mandato. E permitam-me só que, não possa deixar de referir, porque fui citado e agradeço ter sido citado, pelo senhor deputado Jorge Melo, que disse o que eu referi na assembleia municipal de abril, se não estou em erro, não referiu, mas eu penso que foi a assembleia de abril, aquela que fizemos mista, - só que não disse tudo. E eu lembro-me perfeitamente de ter dito: “se desconfiamos uns dos outros, por vantagem política não o devemos fazer.” - Lembro-me perfeitamente de ter dito isso. O problema foi que o senhor deputado, não disse tudo, trincou. E trincou o exemplo porque interessava. Porque é que disse isso? Eu disse isso, quando os senhores, e o senhor foi um deles, resolveu, implacavelmente, atacar o Município de Oliveira de Azeméis e a Autarquia de Oliveira de Azeméis quando os casos da Covid foram neste Concelho dos piores do país. Eu disse que isso não se devia fazer. E dei como exemplo a situação que nós estávamos nos melhores municípios e então devíamos dizer à Câmara Municipal: Que, sim senhor, foi a Câmara que nos colocou nos melhores. Foi exatamente nesse momento. Portanto, citou, mas não percebeu. E por isso é importante repetir: Tal como uma coisa não fazia*

sentido a outra também não faz mesmo hoje que continuemos com esses casos. Foi exatamente nesse momento. E sobre a Proteção Civil, permita-me Senhor Presidente, recebemos o email como toda a gente. Mais uma vez, é melhor desconfiar das instituições e estar sempre a gerar algum ruído do que acreditar que há de facto gente séria nestas coisas. O Partido Socialista recebeu o email, como todos os partidos. E o email era claro, o email de 25 de novembro, e estava dirigido nestes termos: Exige-nos senhores representantes dos partidos políticos com representação na Assembleia Municipal. Convocava-nos para a Comissão Civil alargada. Que, aliás, eu esperava que o senhor pudesse ter dito: Senhor Presidente, pelo menos agora temos reuniões da Proteção Civil e podemos todos participar. Que é um grande progresso, em relação ao que existia. Nem uma palavra. E nesse email era claro, que as reuniões seriam mensais, que estariam várias entidades. E, portanto, a próxima é no dia 6 de julho, às 12, terça-feira. Eu pelo menos já tenho agendada, tenho sempre agendada. Acho que é uma boa prática. E a política construtiva é isto mesmo. É nós sermos capazes de fazer este confronto sem que disso resulte um ruído especial. E por isso devemos sempre fazer o balanço. Devemos ser nós, em primeiro lugar, a fazer o balanço daquilo a que nos comprometemos. E isso é também uma novidade. Não tenho qualquer dúvida. E o maior desafio que posso fazer é propor-vos a leitura da ata de 30 de abril de 2017, onde fizemos também o mesmo balanço, nós e os outros. Leiam integralmente essa ata e vejam depois a ata do que está a acontecer nesta Assembleia. E por isso Senhora Presidente, porque é indiferente falar no princípio ou no fim, importa é sobretudo o conteúdo, no ponto das contas, que é um ponto importante, posso falar em primeiro lugar. Não tenho qualquer problema. É absolutamente indiferente. E porque a atividade política é de facto um balanço entre os compromissos que se assumem e o seu cumprimento. Fazer esse balanço é mais do que um dever público. É um imperativo ético que nos impomos e que, em primeiro lugar, à dimensão da nossa seriedade, nos confronta individualmente. E nesse confronto encontramos a dignidade que sempre devemos perseguir. É por isso nossa obrigação, nesta que é a última Assembleia Municipal antes de um novo e democrático período eleitoral, fazer a avaliação do trabalho que iniciámos em 2017. Sempre dissemos que o faríamos. Essa capacidade de olhar de frente os eleitores, de assumirmos o nosso legado, qualquer que ele seja, é o único caminho para reforçar o exercício de cargos políticos, tão fragilizado na perceção e avaliação públicas e, entre nós, pelo que aconteceu e pelo que se sabe, ainda mais. Mas mantemos intacta a opção que há quatro anos fizemos, contra o que muitas vezes é expectável, e sem desvio: continuamos a discutir ideias e propostas, nunca a discutir pessoas. Recordo pois, citando, o que afirmámos na Assembleia Municipal de tomada de posse - cito: «O Partido Socialista representado nesta Assembleia é o mesmo que nos últimos anos aqui discutiu as redes de água e saneamento ou a falta delas, é o mesmo que discutiu o seu impacto ambiental, é o mesmo que discutiu o Plano de Saneamento Financeiro e, até à exaustão, uma dívida enorme que nos condicionou e condicionará ainda nos próximos anos. É o mesmo que defendeu uma política diferente para os impostos municipais. É o mesmo que discutiu a rede viária e as vias estruturantes. É o mesmo que lamentou a falta de investimento no edificado público, de

que a sala [o Caracas] é um dos seus melhores exemplos. É o mesmo que discutiu zonas industriais, a sua importância e o investimento que nelas deveríamos fazer.» Fim de citação. Há uma primeira grande avaliação que podemos fazer - (E esta assembleia Municipal é um exemplo extraordinário): a realidade que então discutíamos quase sozinhos é hoje amplamente assumida. Não há hoje receio de assumir os problemas e os enormes desafios deste concelho, mesmo por aqueles que o negaram e calaram. E mais uma vez proponho que possam ler a ata da assembleia Municipal, de balanço de mandato, de 2017. Discutimos ou não as redes de água e saneamento? Discutimos, pois. E a concessão que hoje todos sabemos ruínosa. E a dimensão da infraestrutura que falta, mas, também o investimento em curso que, com as candidaturas agora aprovadas, esforço de muito trabalho político, que permitirão passar de 27% de rede de saneamento tratada para 62% em 2022. Duas vezes mais do que nos últimos 40 anos. Sem esconder como tudo isto custa às pessoas e como são limitadas as opções no quadro desta concessão. Mas sem evitar também fazer obras em período de campanha eleitoral, tendo consciência clara dos transtornos que isso causa às pessoas. Porque sempre dissemos: primeiro as pessoas. Discutimos ou não as questões ambientais e o impacto da falta de redes? Discutimos, pois. Ainda que alguns só nestes anos o tenham percebido, esperando rios despoluídos num concelho que tinha, em 2017, 27% de saneamento tratado. Discutimos ou não o Plano de Saneamento Financeiro? Discutimos, pois. O Plano que cumprimos com rigor, que liquidámos neste mandato mais de 30% do enorme empréstimo de 2008. Mais de uma década de impacto sério em todo o concelho. Discutimos ou não os impostos municipais? Discutimos, pois, assumindo o nosso compromisso e iniciando a maior baixa de impostos. Deixando claro que nenhuma dívida, nenhum plano de saneamento financeiro, nenhuma crise económica ou outra, nos faria arrepiar caminho. Discutimos ou não a rede viária e as vias estruturantes? Discutimos, pois, iniciando uma requalificação sem precedentes, mas totalmente conscientes do muito que ainda há para recuperar. Discutimos ou não o investimento no edificado público? Discutimos pois. Se discutimos. Iniciamos a recuperação de todos, todos, os imóveis públicos no centro da cidade: do Caracas, ao fórum, do mercado às antigas finanças, da antiga escola de artes e ofícios ao antigo centro de saúde. Sem nunca fugir às discussões difíceis do Centro de Interpretação do Vidro ou da Estalagem de São Miguel, processos que ainda não conseguimos resolver, mas para os quais não embarcamos em populismos ou em facilitismos. Discutimos ou não as zonas industriais? Discutimos pois. As tais que eram em 2017 de excelência. A necessidade de requalificação de todas elas, a necessidade de resolver os enormes problemas do centro de negócios, o tal, dos que hoje nos acusam de eleitoralismo, foi inaugurado em período eleitoral com um gerador e com as condições que todos sabemos. Discutimos tudo isto, tal como hoje recordamos os grandes compromissos que, com os oliveirenses, assumimos. É tempo também desse balanço: O compromisso do vale educação. Cumprimos e reforçamos. O compromisso do Apoio em Medicamentos para os Idosos. Cumprimos e reforçamos. O compromisso do Apoio ao Empreendedorismo. Cumprimos e reforçamos com outros estímulos, como sejam as bolsas para estudantes, mas também a enorme vontade de

construir a fábrica do futuro, um grande campus em que nos empenharemos. O Compromisso da redução do IMI para a taxa mínima. Cumprimos. Sem hesitações de conjuntura. Devolvendo mais de 1,6 milhões de euros em 2020 e 2021 e, não menos importante, uma devolução que continuará nos anos seguintes. O compromisso de reforçar em 15% as transferências para as juntas de freguesia, cumprimos, mas conscientes de que 15%, sendo ainda muito pouco, mostra a base de que partimos. Um compromisso que está longe de esgotar, como hoje já tivemos oportunidade de referir, o grande investimento e a atenção que as freguesias, sem exceção, hoje merecem. O compromisso do Parque Urbano que, ainda que gostássemos que estivesse já em utilização, é uma realidade irreversível e cada vez mais próxima. O Compromisso da Praça da Cidade, que ainda não cumprimos. Assim, com total frontalidade e toda a transparência. Ainda não cumprimos, mas dele não desistimos e não deixamos de trabalhar para a sua concretização. Muitos problemas se resolveram: Os estaleiros municipais, que deixaram de ser assunto. Os terrenos do Grand Plaza, que foram resolvidos, os terrenos da Oliprojecta, ou as condenações nos terrenos da Área de Acolhimento Ul-Loureiro. Só para citar alguns exemplos. Ou as muitas realidades que se concretizaram: O posto da GNR de Cucujães, a requalificação já concluída da Escola Ferreira da Silva, as várias escolas e jardins-de-infância já intervencionados, o bairro de Lações já requalificado (e como o merecem aquelas pessoas), sem falsas promessas como a de 2010. Ou ainda muitos das realidades em execução: Da requalificação da Escola de Fajões, que alguns colocaram em causa até à exaustão. Da retirada do amianto nas escolas. Da requalificação do Posto da GNR de Cesar. Da requalificação da Nacional N° 1 ou da rua do mosteiro. Do Programa para a valorização de Ferreira de Castro e do seu centro interpretativo. Mas também do muito que ainda não fizemos e que temos por fazer: Da estalagem de São Miguel ao Centro da Interpretação do Vidro, como já referido, mas sem medo de o repetir. Das escolas que ainda nos faltam, dos muitos quilómetros de rede viária onde ainda não chegamos. Dos 50 milhões de rede de água e saneamento que ainda temos pela frente, bem decorrido já o início do Século XXI. Quanto andamos e quanto temos ainda para andar. Em que ponto estava este concelho, em 2017? No ponto de ser o único município da Área Metropolitana que tinha zero por cento (0%) de execução em fundos comunitários PEDU, para o ponto de ser hoje um dos concelhos do país com mais fundos captados, como recentemente anunciado. Há mesmo muito para andar e, termino, por isso, recordando o que dissemos na tomada de posse - E mais uma vez confrontando nós com nós próprios: “Um trabalho que vai requer tempo e muita criatividade, um trabalho que não resolverá em quatro anos o que não resolveu em quarenta”. Esta é a seriedade que quisemos trazer e trouxemos. Como sempre dissemos: temos tudo para ser um dos melhores concelhos do país. E, vamos mesmo ser. Obrigado.=====

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

=====
Começo por dar resposta à intervenção da senhora deputada Helga Correia, dizendo -lhe que: o ponto de partida era um apartamento alugado, num 4º andar, - suponho eu -, um apartamento com muitas dezenas de anos, com entrada única, e com condições que, enfim, não eram as melhores. E por isso, foram ao longo dos anos, também, alvo de constantes reclamações por parte de quem as utilizava. E, portanto, aquilo que se fez foi requalificar um edifício, ao lado da nossa Igreja Matriz. Um edifício que, agredia a nossa zona histórica, prejudicava a leitura que nós queremos para a qualidade do espaço urbano. E procuramos com esse edifício, com o projeto que foi feito, criar um conjunto de condições que assegurassem, precisamente o atendimento das crianças, o atendimento das pessoas que se dirigem àqueles serviços, que assegurassem entradas autónomas, que assegurassem condições para que a CPCJ e os serviços da ação Social da Câmara coabitassem naquele espaço com todas as condições. Aquilo que foi definido, efetivamente não foi aquilo que aconteceu. Os serviços acabaram por ocupar o espaço de uma forma que articularam entre si e, acabaram por adulterar, digamos assim, aquilo que estava inicialmente planeado. Não vem daí nenhum mal ao mundo. Já reunimos. Já conversamos sobre isso. Já tive oportunidade de falar com a senhora vereadora sobre isso. Estamos a encontrar soluções para que rapidamente todas estas dificuldades que enunciou sejam rapidamente resolvidas. Existe condições para que as entradas sejam autónomas. Elas foram criadas, foram construídas. A campainha é um pequeno problema que, eventualmente, não será necessário. Porque vamos dotar a receção de uma pessoa, eventualmente de um dos serviços, que poderá ali trabalhar e portanto poderá receber ali as pessoas. Porque é isso que nós pretendemos. Nada nos vale ter uma campainha se depois não temos também quem receba as pessoas e que as possa orientar. E depois a questão dos ares condicionados. Julgo que já se deslocaram esta semana aos serviços e, portanto, quer no antigo Centro de Saúde quer neste edifício, os ares condicionados muito rapidamente serão resolvidos. E, portanto, essas questões todas que enunciou são questões que correspondem a problemas que temos ainda por resolver mas que seguramente serão resolvidos. A nós o que nos interessa sublinhar, e a senhora deputada também o fez, é a relevância e a importância do trabalho que é prestado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que nós sentimos que não está a ser prejudicado por estas fragilidades que aqui enunciou e que, naturalmente, nós vamos procurar muito rapidamente resolver. Em relação à intervenção do Senhor Presidente de Junta de S. Roque, a quem saúdo. Naturalmente, uma intervenção muito emotiva, muito emocionada, como é seu timbre. Uma intervenção que, ao fim e ao cabo, fala do papel das Juntas de Freguesia, dos Autarcas de Freguesia. Que reconheço que é um papel tremendamente difícil porque são tantos os problemas para resolver e tão poucos os recursos disponíveis para o fazer. E são pessoas que tantas vezes são incompreendidas porque objetivamente as pessoas esperam delas a capacidade de resolução que não é possível ter. Sejamos rigorosos. Não é possível ter, porque efetivamente não existem meios nem estruturas que permitam resolver. E, portanto, aproveitar a sua intervenção para sublinhar a importância do papel dos nossos Presidentes de Junta de Freguesia, dos seus executivos, sobretudo no

acompanhamento de proximidade dos problemas. Têm uma leitura muito rigorosa das necessidades da Freguesia. São a porta de entrada da grande maioria das reclamações que são dirigidas ao executivo e não são dirigidas a si mas que, normalmente, as pessoas têm muita dificuldade em separar. E, portanto, eu quero aqui sublinhar a importância desse papel e agradecer empenhadamente toda a colaboração que as nossas Juntas de Freguesia nos deram ao longo de todo este mandato, que foi uma colaboração, para além de vital, absolutamente inexcedível, absolutamente impagável. Em relação ao saneamento. Não temos dúvidas da sua importância. Eu já tive a oportunidade de dizer isto repetidas vezes: não existe nenhuma lógica eleitoralista, na nossa ação. Aliás, nem é muito fácil, se querem que vos diga, mesmo que exista quem queira adotar esse tipo de prática na gestão pública, poder fazer esse nível de planeamento. Não é esse nível de planeamento que nos interessa. O nível de planeamento que nos interessa é, o mais rapidamente que nos for possível, colocarmos as respostas ao serviço da população e ao serviço do desenvolvimento do concelho. Em relação ao Sindicato dos Vidreiros do Norte, esse edifício, é um edifício que foi adquirido pela Câmara Municipal. É um edifício que tem associada uma história importante, a história do vidro no nosso concelho. E, portanto, este Sindicato dos Vidreiros do Norte é um edifício que nós queremos preservar. Mas queremos preservá-lo, mantendo-o ligado à história do vidro no nosso concelho. Como sabem, nós iniciamos um processo de afirmação desta marca identitária do nosso concelho, a nossa tradição vidreira, a evolução da arte vidreira desde a Quinta do Covo até à indústria atual, até aos dias de hoje. Estamos a tratar da classificação dessa arte vidreira, dessa evolução como Património Imaterial da Humanidade da Unesco. É um caminho que estamos a fazer. E é um caminho que se entronca com todos estes espaços de visita: o Centro Interpretativo do Vidro é um deles, o nosso Berço Vidreiro. Mas naturalmente o Sindicato Vidreiro do Norte que está neste momento numa fase de projeto. Já foi adjudicado. Está a ser desenvolvido. Aliás, muito recentemente, pedi ao Senhor Presidente da Junta para nos ajudar com a limpeza daquele espaço porque a própria equipa do projeto precisa de se deslocar com alguma regularidade e, portanto, havia ali alguma vegetação que estava a impedir a livre circulação das pessoas. Mas aquilo que nós vamos ter é, sobretudo um espaço que servirá de espaço museológico onde teremos oportunidade de, através da reposição fotográfica, podermos contar a história do Centro Vidreiro mas também podermos contar a história dos seus colaboradores, dos seus recursos humanos e de todos aqueles que contribuíram para transformar o Centro Vidreiro numa grande empresa, numa empresa de referência de toda esta região e uma empresa que estará seguramente, e umbilicalmente, ligada à história industrial do nosso concelho. E queremos ao mesmo tempo que nesse espaço tenhamos a possibilidade também de cultivar o gosto pela fotografia, de termos ali formação nesse domínio, termos ali workshops a serem realizados. E termos um espaço de visita, não só para os locais mas para quem nos visita e quiser conhecer a história do vidro no nosso concelho. Em relação à Zona Industrial Costa Má /S. Roque: naturalmente que, falhamos. Peço desculpa por não termos conseguido avançar com essa resposta. Objetivamente, não foi possível. E não foi possível porque

nós definimos, apesar de termos sucessivamente inscrito no Plano Plurianual de Investimentos uma verba que é absolutamente residual para aquilo que são as necessidades de investimento para podermos, pelo menos, avançarmos com uma fase desta Zona Industrial, nós definimos como prioridades a requalificação das Zonas Industriais existentes. Parece-nos que é muito difícil explicar aos nossos empresários, ao nosso tecido económico, que se avance para novas zonas industriais enquanto não criarmos condições de dignidade nas zonas industriais existentes. E portanto, a Área de Acolhimento Empresarial de Ul / Loureiro, por razões óbvias, mereceu a nossa atenção. A Zona Industrial de Oliveira de Azeméis / Santiago de Riba-Ul tem, neste momento, adjudicada, digamos assim, a empreitada para ser intervencionada. E, portanto, acontecerá no próximo mês de julho. E aquilo que nós estamos a fazer é a ultimar um grande projeto para a Zona Industrial do Nordeste, portanto, para a Zona Industrial de Cesar / Carregosa / Fajões e, também, para a Zona Industrial de Nogueira do Cravo / Pindelo, onde estimamos investir 1,3 milhões, 1,4 milhões de euros na requalificação destas duas Zonas Industriais. Faltará ainda algum percurso num ou noutro apontamento de zonas industriais mais pequenas. Mas digamos que, as nossas zonas industriais mais importantes ficarão com outras condições. Com condições que, em vez daquilo que acontece hoje e que nos envergonham, sejam questões que naturalmente orgulhem os nossos empresários e os nossos trabalhadores, em primeiro lugar, mas que seja um cartão-de-visita que nós precisamos de apresentar a todos aqueles que nos visitam e a todos aqueles que procuram os produtos que diariamente produzimos no nosso concelho. Em relação à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia, José Queirós, a quem também saúdo - dizer-lhe que: em relação ao saneamento de Loureiro, nós tivemos agora duas candidaturas aprovadas que nos permitiram candidatar dois subsistemas e que nos permitiram responder às questões que eram exigidas na candidatura e, portanto, por isso foram escolhidas as Freguesias do Pinheiro da Bemposta, a Freguesia de Fajões e a Freguesia de Madail. Portanto, as especificidades do Aviso obrigaram a que nós articulássemos estes subsistemas. É evidente que, aquilo que nós estamos a fazer, e isso percebe-se pelo trabalho que estamos a fazer junto da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional (CCDR) e também do envolvimento que nós estamos a ter com a Tutela; Eu lembro uma visita muito recente da Senhora Ministra da Coesão doutora Ana Abrunhosa, que, disse de forma muito clara, estaria ao lado do Município na resolução desta nossa fragilidade, na resolução deste nosso grave problema. E, portanto, aquilo que nós estamos a trabalhar, e no caso concreto, e sendo objetivo na resposta à questão que colocou, é criar uma solução que, pelo menos, permita, em Loureiro, resolver o problema da Área de Acolhimento empresarial de Ul / Loureiro e o problema da parte mais central da Freguesia. Porque é aí que se concentra a maior densidade populacional. Portanto, estamos a trabalhar nessa resposta. O problema da Freguesia de Loureiro, como sabem, é a sua extensão, é a sua dispersão territorial. E isso significa que, o custo por alojamento para dotarmos a Freguesia de Loureiro de saneamento, é um dos mais caros que temos no concelho. Estamos a falar de 4.984,00€ por alojamento, portanto, perto de 5.000,00€ por alojamento. E, portanto, é

um custo expressivo. Aquilo que nós temos como dados, como necessidade para resolvermos os problemas ou, pelo menos, para atenuarmos substancialmente os problemas da rede de água e de saneamento no nosso concelho, são 37 milhões de euros para o saneamento, são 13 milhões de euros para a rede de água. Estaremos a falar globalmente de 50 milhões de euros, para cumprirmos as metas do PENSAAR. O que é que acontece? A Freguesia de Loureiro leva 15% desse valor. Porque são necessários 5 milhões de euros para o saneamento e um pouco mais de 2 milhões de euros para a rede de água. E, portanto, percebe-se aqui a complexidade da resolução do problema na Freguesia de Loureiro e por isso é que nós optamos por uma 2ª via. E a 2ª via foi: olhar para a concentração de fogos (habitações) que temos na área mais central e, portanto, desenharmos ali um raio que nos permita resolver uma parte importante do núcleo central da freguesia e resolver também o problema do saneamento na Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro. Porque, conforme já vos disse, esta Área de Acolhimento é absolutamente estratégica para o futuro industrial do nosso concelho. E, portanto, a mensagem que lhe posso pedir para transmitir aos loureirenses é que, não descansaremos enquanto não tivermos resolvido o problema do saneamento e da água na Freguesia de Loureiro. Mas, efetivamente, estamos a partir do ponto zero, do grau zero. E, portanto, é um trabalho enorme que tem que ser feito. Mas, naturalmente, estamos a procurar através do Orçamento Municipal mas também através da influência, que tentamos ter, junto da Tutela que no próximo Quadro Comunitário de Apoio tenhamos verbas disponíveis, no ciclo urbano da água, que nos permitam também resolver o problema também na sua freguesia. Dar também resposta à intervenção do senhor deputado Carlos Costa Gomes: Não vou aqui alongar-me mais sobre a Comissão Municipal de Proteção Civil alargada. O horário é sempre às 12 horas, todas as primeiras terças-feiras do mês. E portanto, o horário só é alterado, se houver alguma particularidade que impeça a sua realização mas, caso seja alterado, é devidamente e atempadamente comunicado a todos os presentes. (O senhor deputado Carlos Costa Gomes, não está presente; Julgo que foi à vacinação. Esperemos que tudo corra bem.) Eu respondo na mesma às questões que foram colocadas: Ele abordou a questão da pandemia. É um assunto que todos nós conhecemos profundamente. A pandemia não acabou. A pandemia continua. A realidade hoje é uma realidade completamente diferente, felizmente, da realidade que tínhamos há uns meses atrás. Mas obviamente que ainda vamos sentir durante muito tempo o problema de saúde por um lado, mas também depois o problema dos reflexos que a pandemia vai provocar na nossa vida futura. E, portanto, vamos ter aqui muita gente que vai precisar de ser ajudada, vamos ter aqui necessidade de apoiar a nossa economia, vamos ter aqui a necessidade de ter um conjunto de respostas que permitam recuperar alguma normalidade. O senhor deputado Carlos Costa Gomes referiu e deu, aqui, realmente, a indicação de que Portugal é o décimo destino mais atrativo para investimento estrangeiro. E disse que, Oliveira de Azeméis não se colocava como esse décimo destino mais atrativo. Mas eu gostaria de vos dizer onde é que se coloca o Município de Oliveira de Azeméis. E socorro-me de um instrumento, que julgo, que não suscita dúvidas a nenhum de nós, que é o Anuário dos Municípios

Portugueses. Um Anuário de 2019 que coloca o Município de Oliveira de Azeméis, em termos de municípios de média dimensão, no décimo sétimo município do País, em termos de ranking global, em termos do conjunto de todos os rankings. E é o primeiro Município em termos de Área Metropolitana do Porto. E é o primeiro Município do Distrito de Aveiro. Mas é também, entre todos os municípios portugueses, aqui, não me estou a referir apenas aos municípios de média dimensão, estou-me a referir a todos os municípios do país, o décimo oitavo município com o maior grau de execução de saldo efetivo. É também o décimo sexto município do país com melhores resultados operacionais. É também o trigésimo primeiro município do país, de todos os municípios, com maior equilíbrio orçamental. E é também o trigésimo sétimo município do país com a maior redução do passivo municipal. E, portanto, estes são alguns indicadores que nos ajudam também a perceber onde é que nós nos posicionávamos. E se percebermos que, em 2016, nós estávamos na posição sessenta e sete, na sexagésima sétima posição. E, em 2019, subimos cinquenta lugares e estamos na décima sétima posição, nós percebemos claramente o percurso que estamos a fazer, também neste domínio. Mais uma vez foram aqui referidos aspetos de natureza eleitoralista, que as grandes obras estão a acontecer no final do mandato. É normal que as grandes obras aconteçam no final do mandato, porque são as obras exigem planeamento ao nível dos recursos financeiros que são necessários adotar. Eu lembro que, apesar de estarmos a falar, por exemplo, destas três grandes obras: Fórum Municipal, Cineteatro Caracas e do Mercado Municipal e Central Intermodal de Transportes, que tem uma verba de 9 milhões de euros de fundos comunitários, elas custarão mais de 13 milhões de euros. E, portanto, teremos aqui um esforço municipal de quase 50% de recursos financeiros que terão de sair do Orçamento Municipal. E, portanto, estas coisas querem sempre planeamento, assim como estes projetos. E lembro que, não existia nenhum projeto concretizado, para nenhuma destas obras. Para além de termos que alocar recursos de muitas centenas de milhares de euros para esses projetos, naturalmente que, são projetos complexos, são projetos morosos, projetos que obrigam a ouvir um conjunto de entidades. E, portanto, é absolutamente natural que estejamos agora a avançar com algumas destas obras. Aquelas que foram possíveis de avançar, porque já estavam um pouco mais adiantadas, como aconteceu com o Cineteatro Caracas, avançaram antes. O Fórum Municipal e o Mercado Municipal, só agora é que estamos a reunir condições. E naturalmente, também, eu não utilizo, não recorro normalmente a desculpas. Mas o que é um facto é que, o ano de 2020 foi um ano tremendamente complexo. Foi um ano tremendamente complexo para os serviços camarários. Foi um ano tremendamente complexo para as empresas, para os construtores, para as equipas de projeto. E, portanto, obviamente que tudo isso contribuiu para que as coisas, que nós gostaríamos que tivessem acontecido antes, acontecessem um pouco mais tarde. Em relação ao Mercado Municipal: Foi particularmente citado este aspeto. Deixem-me que vos diga, que este é um bom exemplo de um processo complexo. Nós, durante muito tempo, estivemos numa fase negocial a resolver o problema do Café Arcádia. Porque, sem a resolução do problema do Café Arcádia, não era possível termos obras de requalificação do Mercado

Municipal. Não foi um processo nada fácil. E não foi nada fácil passarmos de um valor que era pedido inicialmente para um valor várias vezes inferior ao valor que foi, digamos, pago a título de indenização à pessoa que tinha o espaço arrendado à Câmara Municipal. Em relação ao Mercado Municipal, tem sido dito muita coisa, mesmo. Na sua grande maioria inverdades. Tem havido, também, naturalmente, algum aproveitamento político. Mas, julgo que, aquilo que importa é que nós tenhamos todos a responsabilidade e a preocupação de informar com rigor e correção aquilo que aconteceu em todo este processo. O senhor deputado Carlos Costa Gomes falou aqui de um conjunto de coisas que lhe foram veiculadas pelos comerciantes: Que não sabem onde é que fica as instalações do mercado provisório. Que é péssimo. O acesso é complicado porque não há transportes. Não pediram opinião a ninguém. Não estão de acordo. Não foram informados de quando iam ser mudados para lá. Enfim, um conjunto de questões, das quais não duvidamos, obviamente. Referiu também que, nós defendemos um modelo de gestão inteligente onde ouvimos as pessoas e queremos que elas participem do processo de decisão. Não abandonamos isso, continuamos a defender esse modelo. Questionou também sobre quais os investimentos e quais os encargos que nós teríamos que suportar com a entidade que nos disponibilizou o espaço, ou seja, qual era o aluguer mensal do espaço e quais as condições as contrapartidas que tínhamos que assegurar. Eu só queria dar aqui nota do seguinte: Para tranquilizar todas as pessoas, os senhores deputados por um lado, os comerciantes e os consumidores, mas também todos os oliveirenses de uma maneira geral. O espaço vai ter excelentes condições, para funcionar durante os estimados dois anos que são necessários para a requalificação do atual Mercado. Vamos ter um shuttle (meio de transporte) permanente a levar as pessoas desde o centro da cidade até ao mercado provisório, tendo locais de paragem no percurso de ida e volta. A sua localização resultou de quê? [Eu depois vou pedir aqui ao senhor vereador - se me permite - de explicar aos senhores deputados o que é que aconteceu neste processo.] Em relação à localização ela não pode ser criticada porque, reparem: é precisamente para aquela zona que está previsto no nosso Plano Diretor Municipal, numa unidade operativa de planeamento e gestão, a instalação do Centro Coordenador de Transportes e do Mercado Municipal. E, portanto, a zona não pode ser considerada como zona desapropriada e periférica, porque foi para ali que no passado se projetou, a 200 metros dali, o futuro Mercado Municipal. Em relação às condições que nós temos que observar: Todos percebem facilmente que temos que ter condições de conforto, condições de segurança, condições para termos cargas e descargas e, termos condições para as acessibilidades, o espaço não pode ser um espaço qualquer. Portanto, foram invocados um conjunto de espaços. O senhor deputado Carlos Costa Gomes falou de um deles, que é particularmente importante. Porquê? Porque foi nesse espaço, onde funcionou, aquando da última requalificação do Mercado Municipal, onde funcionou provisoriamente o mercado, que é a Praça Abílio Campos. Não era possível nós disponibilizarmos este espaço para o mercado provisório porque está em fase de licenciamento na Câmara Municipal um grande projeto imobiliário que, não é possível coabitar com o mercado provisório a funcionar na Praça

Abílio Campos. E, portanto, seria completamente irresponsável instalar o Mercado naquele espaço quando sabemos que vamos ter ali uma grande obra que vai ter um movimento diário de trânsito pesado, vai ter instalação de guias, vai ter instalação de estaleiros, vai gerar ruído, vai gerar pó e, portanto, a Praça Abílio Campos foi liminarmente eliminada, dada esta particularidade. Para além de que, não estou a citar esses exemplos, porque isso não interessa nem sequer foi equacionado, enfim, porque também ficará fortemente limitado com a construção, eliminaríamos uma das principais bolsas de estacionamento a preços, digamos assim, comportáveis que temos no centro da nossa cidade. Aquilo que vai acontecer é, basicamente: Estamos a falar do piso subterrâneo do Intermarché. É um espaço enormíssimo que não é utilizado pela grande superfície, mas que, claro, no futuro vão procurar reabilitar, vão procurar recuperar. Portanto, na prática estes são os locais que foram avaliados. Isto para vos explicar porque é que nós não chegamos aos comerciantes do mercado. Não nos dirigimos aos comerciantes do mercado sem fazer o trabalho de casa. Primeiro temos que avaliar um conjunto de locais e depois confrontar os comerciantes do mercado com esses locais. E vocês vão perceber - este percurso já começou a ser feito há muito tempo - vão perceber as dificuldades que nós tivemos. Fizemos aqui um quadrozinho de vantagens e desvantagens. Fizemos esse quadro e fomos alimentando esse quadro ao longo do tempo. [Esta parte da intervenção foi acompanhada com a projeção de slides] Aqui está o tal grande empreendimento urbanístico em fase de licenciamento. Inviabiliza esta localização. Porquê? Porque vamos ter guias, camiões, estaleiros, vamos ter barulho, vamos ter lixo, vamos ter pó. Vamos ter um conjunto de aspetos, de agressões que tornam incompatível a convivência com o mercado. Em relação ao Carpan. Nós visitamos o Carpan com duas preocupações: A primeira delas foi a de procurar instalar lá provisoriamente o mercado e depois, acabado esse período, eventualmente, transformar aquele equipamento em mais um pavilhão desportivo para disponibilizar à comunidade. Curiosamente, uma semana depois de termos visitado o espaço, o espaço foi vendido. E portanto, ficou imediatamente indisponível para o podermos utilizar. A fábrica Fémina: Falamos com o banco que é proprietário deste equipamento. O banco, gentilmente, disponibilizou-nos as chaves. Visitamos o local. E percebemos que existe no edifício um problema estrutural muito complexo, muito grave, que impediria que o Mercado funcionasse neste local. Aliás, está ali identificado. Há ali um conjunto de riscos estruturais e um muro de suporte que ameaça ruir. O Parque Subterrâneo da Praça da Cidade: Pedimos a um arquiteto que desenhasse uma solução para o nosso Parque no Gemini. Sabem que temos lá um conjunto de avençadas, portanto teriam de sair. Mas rapidamente percebemos que seria muito difícil, muito complexo, conseguirmos naquele espaço, que não tem saídas de ar, que não tem luz natural, criamos condições para termos o Mercado ali a funcionar. Equacionamos também o parque exterior da Zona Desportiva da Escola Soares Basto, praticamente a paredes meias agora com o nosso Centro de Vacinação. Mas percebemos, com os contactos que fizemos com a Parque Escolar, que muito dificilmente teríamos sucesso em termos de autorização e que o prazo para obtermos essa autorização era completamente incompatível com a necessidade que nós tínhamos

de criar esta resposta. Também limitaria a prática desportiva dos alunos da Escola Soares Basto. Eu lembro-me bem das questões que foram colocadas em relação à utilização do pavilhão. E, portanto, se nós retirássemos também esta resposta certamente que as reclamações seriam ainda mais densas. Também percebemos caso precisemos ou caso precisássemos, e essa foi sempre uma nossa preocupação, de aumentar a capacidade do nosso Centro de Vacinação teríamos que, eventualmente, recorrer deste espaço exterior. Tentamos também o parque exterior do Rainha. Não tinha dimensão suficiente. Mas também, não nos pareceu razoável, mesmo que tivesse dimensão, estarmos a negociar o aluguer de um espaço a uma entidade com quem estávamos em contencioso em relação ao parque de estacionamento que atualmente é utilizado pela Câmara Municipal e à Casa Bento Carqueja. Para além disso, eliminaria todos os lugares de estacionamento do Centro Comercial causando um conjunto de transtornos às empresas que lá se encontram, mas também a todos os utentes dos vários serviços que lá se encontram disponibilizados. Depois há características comuns como reclamações dos moradores em relação ao barulho, ao lixo, ao estacionamento, etc.... E também há aqui uma questão que se prende com as dificuldades das cargas e descargas, que é um problema que se coloca na grande maioria dos espaços que nós estudamos. A Garagem Justino: Foi também outro espaço que foi indicado, sobejamente indicado. Só pode indicar este espaço quem não o conhece. Quem nunca entrou lá dentro e quem não conhece o seu estado atual. Facilmente se percebe que, para criar o mínimo de condições neste espaço, teríamos que investir muitas centenas de milhares de euros de dinheiro que não seria aproveitável no futuro. Porquê? Porque o projeto, que vai ser entregue este mês, prevê uma requalificação integral do espaço e prevê a criação de telhados. Porque estamos a falar de uma expansão também dos pisos. E, portanto, esses telhados que seriam instalados hoje não seriam aproveitáveis. Ou uma boa parte deles não seriam aproveitáveis. Para além de que, criar condições de segurança naquele espaço, hoje é completamente impossível. É muito difícil, as dificuldades ao nível das cargas e descargas são imensas. As dificuldades ao nível do estacionamento são imensas. E temos em frente também o Cineteatro Caracas em obra que, digamos, não é uma boa vizinhança para o Mercado Municipal. E, portanto, há aqui um conjunto de particularidades que levaram a que nós tenhamos que chegar até aqui. E, portanto, este é o aspeto da entrada subterrânea do parque. Deste lado funcionará o parque de estacionamento que servirá os consumidores, mas também os comerciantes. Teremos aqui à saída, portanto fora do espaço de venda, a zona dos sanitários, portanto, o contentor com os vários sanitários (para pessoas com mobilidade reduzida, para pessoas do sexo masculino e sexo feminino). Teremos aqui as diferentes bancas que serão utilizadas, quer para as zonas de peixe, quer para as zonas de carne, para as padarias, para os queijos, para os locais de terrado. Esta, por exemplo, é uma zona de peixaria - suponho eu. Exatamente, zona de peixaria, está ali escrito em cima. Esta é a disposição. Portanto, uma boa parte da área ficará ainda disponível. O espaço tem luz natural. O espaço tem ventilação natural. Isto são as estruturas que serão disponibilizadas. Existe um conjunto de estruturas quer para o terrado, quer para as peixarias, quer para os talhos, etc....

Teremos o stand do gelo. Teremos o stand para o staff. Isto é um trabalho que está a ser feito e já foi apresentado aos comerciantes. Portanto, todo este trabalho já foi apresentado aos representantes que foram selecionados pelos comerciantes. Temos aqui o shuttle que funcionará no processo de ida e no processo de volta. Mas estes horários depois poderão ser afinados, poderão ser reforçados. Aquilo que nos interessa deixar aqui como mensagem final, em relação ao Mercado, é que: temos aqui um shuttle permanente; um shuttle que sai de meia em meia hora: Sai às 8:00 horas, regressa às 8:15 horas, volta às 8:30 horas, regressa às 8:45 horas. Portanto, poderemos reforçá-lo com um uma ou mais viaturas. Portanto, teremos asseguradas as condições para que seja fácil a deslocação das pessoas desde o centro, onde hoje existe o atual Mercado, até este Mercado provisório. Quais os investimentos? A estimativa que nós tínhamos para a Praça Abílio Campos, para tudo o que era necessário, para as várias tendas que eram necessárias, era uma estimativa para os dois anos que rondaria um milhão de euros. Estamos a falar de um investimento de um milhão de euros, para o aluguer dessas estruturas, durante dois anos. Isto contando que o prazo não derrapa e não temos que prorrogar esse aluguer. Aquilo que está a acontecer é, vamos lançar um concurso para o aluguer destes stands, é um misto de aluguer e de compra de algumas infraestruturas, um procedimento que andarà à volta dos duzentos mil euros - suponho eu. Em relação às contrapartidas dadas ao Intermarché: Não existe nenhuma contrapartida dada ao Intermarché. Portanto, o espaço será disponibilizado graciosamente. A Insígnia, e eu aproveito aqui para agradecer em nome de toda a comunidade oliveirense à Insígnia, tem sido absolutamente inexcelável. Os franchisados, os gestores do Intermarché têm sido absolutamente extraordinários. Julgo que se têm até excedido, naquilo que é a disponibilidade para colaborar. E, portanto, aquilo que nós esperamos é que o Mercado provisório ajude a induzir pessoas nesta Insígnia e que, naturalmente, a Insígnia ajude também a induzir pessoas no Mercado Municipal. Aquilo que eu tenho para vos dizer, porque também já ouvi esse tipo de observações: é porque é que não foram escolhidas outras superfícies? Não foram escolhidas outras superfícies porque não têm parque de estacionamento disponíveis. São parques de estacionamentos que precisam para os seus clientes. Esta Insígnia tinha este parque de estacionamento subterrâneo que não utiliza há vários anos e, portanto, foi apenas e só por essa particularidade que nós optamos por esta Insígnia. E, portanto, basicamente era isto que eu tinha para vos dizer, em relação à intervenção do senhor deputado Carlos Costa Gomes. E, se não me está a escapar nada, em relação á intervenção do senhor deputado Bruno Aragão, não tivemos aqui nenhuma questão particular que nos tenha sido colocada, foi mais uma avaliação que foi feita em relação ao mandato. E, portanto, julgo que respondi a todas as questões que me foram colocadas. Mas se alguma coisa tenha ficado por responder; Peço-vos, por favor, que me informem. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal - Dr.ª Helena Santos**, anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: O PS utilizou 27 minutos e 35 segundos; O PSD utilizou*

37 minutos e 59 segundos, o CDS/PP utilizou 17 minutos e 49 segundos e o Independente não usou da palavra. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Queria informar que: no **Ponto onze**: - **Pedido de desclassificação do caminho 315 - apresentado por Mónica Isabel Guimarães Correia de Oliveira - (I/22406/2021) - Aprovação**; - não nos foi apresentado, como é habitual, apercebemo-nos que falta o relatório do Grupo que foi criado para dar parecer sobre esta matéria. Eu peço desculpa de não me ter apercebido. Portanto, ele foi incluído na Ordem de Trabalhos, mas a Mesa apercebeu-se disso. E eu pedia autorização para retirar este ponto. E pergunto, se alguém se opõe a que se faça a retirada do ponto? Se ninguém se opõe? Então, vamos retirar este ponto e ele virá depois numa próxima assembleia, com a anotação de que este ponto irá ser enviado à Comissão para que se pronuncie para que, depois, numa próxima assembleia, possamos pronunciarmo-nos com as devidas informações e votar o ponto. =====

===== **Ponto um**: - **Ata n.º 26, Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 23 de abril de 2021 - Aprovação**; =====

===== Presente para aprovação a ata n.º 26 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 23 de abril de 2021 =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 26 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 23 de abril de 2021, foi **aprovada por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo.** =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi proposto que se efetuasse a análise discussão em conjunto dos pontos dois, três e quatro, a qual foi aceite por unanimidade. =

===== **Ponto dois:** - *Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a referida informação.* =====

===== **Ponto três:** - *Certificação Legal das Contas do Município - Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras - (I/30939/2021) - Conhecimento e apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o referido relatório.* =====

===== **Ponto quatro:** - *Prestação de Contas ano de 2020 - (I/28784/2021) - Apreciação / Votação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “O n.º 2 do artigo 132.º da LOE 2021 (Lei 75-B/2020, de 31 dezembro) determina o seguinte: “Na administração local, a prestação de contas relativa ao exercício de 2020 pode ser efetuada até 31 de maio de 2021, considerando os atrasos na implementação do novo sistema contabilístico.” Por sua vez, o artigo 2.º, Decreto-Lei n.º 6-D/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-15 estabeleceu o seguinte: “A permissão prevista no n.º 1 do artigo 4.º é aplicável até 30 de junho de 2021”.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== **Ponto dois:** *É a apreciação da informação da atividade e situação financeira do município até 08 de junho. Portanto, estamos a falar de uma avaliação intercalar, para dar cumprimento aquilo que está previsto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 25, da Lei 75/2013. E,*

portanto, como é habitual nestas circunstâncias, qualquer dúvida que tenham em relação a esta informação intercalar pois, naturalmente, estarei aqui para dar resposta. Em relação à Certificação Legal de Contas: É para conhecimento e para apreciação dos senhores deputados. Na prática, é dar conhecimento e apreciação do relatório sobre a auditoria que é feita pelo revisor oficial de contas às demonstrações financeiras do Município. E, portanto, dar-vos aqui nota de duas reservas que são colocadas pelo revisor oficial de contas e também dar-vos nota aqui de algumas questões que são levantadas no relatório, alguns números que são referidos. O nosso revisor oficial de contas coloca e bem, sempre reservas, em relação às provisões que nós temos para fazer face a condenações de processos judiciais. No passado, não havia nenhuma provisão para condenações. Nós resolvemos introduzir no orçamento um milhão de euros, por ano, para fazermos face a condenações judiciais. Em boa hora o fizemos. Porque é efetivamente isso que nós, em média, temos gasto para responder a condenações que temos sem possibilidade de recurso, digamos assim. E, portanto, ele diz que este valor é determinado...: Não percebe muito bem como. E tem razões para isso. Porque nós também não temos nenhuma metodologia para o determinar. Olhamos para quilo que era o valor médio das condenações que tínhamos no passado, procuramos perceber, em relação a alguns processos, o que é que poderia vir a acontecer e, portanto, definimos este valor. E este valor tem sido um valor que tem sido suficiente. E, portanto, ele faz nota de que nós não conseguimos explicar devidamente o porquê disto, porque também não sabemos quais são os resultados das condenações. Sabemos o valor das ações mas não conseguimos depois perceber o resultado final. Coloca também várias reservas, em relação à titularidade dos prédios da autarquia. Também tem aqui toda a razão. Temos uma prática errada de não registar os prédios da autarquia. Estamos a recuperar esse processo. E estamos a procurar que o património imobilizado da autarquia seja facilmente quantificável. Aquilo que é mais importante é a conclusão do ROC, do nosso Revisor Oficial de Contas, onde diz que a informação contida no relatório de gestão é coerente e que não foram identificadas anomalias ou incorreções materiais. E isso é muito importante. O que este relatório nos diz: é que evidenciamos um património líquido municipal de 204.346.439,00€ e um resultado líquido do exercício de 10.199.809,00€. O relatório também diz que a execução orçamental da despesa e da receita foi de 66.1%, cerca de 37.5 milhões de euros e de 99.9%, no caso da receita, ou seja, cerca de 56.7 milhões de euros. Os dados mais relevantes da análise financeira comparativa entre 2019 e 2020 refere-se à liquidez geral que passa de 272.72% para 547.38%. E autonomia financeira da autarquia que passa de 82.99% para 95.46%. Em termos de execução orçamental, diz este relatório: que a despesa corrente teve uma execução de 79%, 24.7 milhões de euros. As despesas de capital tiveram 12.7 milhões de euros, cerca de 50%. A receita corrente teve uma execução de 104%, 38.4 milhões de euros. A receita de capital teve uma execução de 73.63%, 4.99 milhões de euros. Outras receitas, uma execução de 100.79%, 13.2 milhões de euros. Isto, claro, leva a que os números, que eu acabei de referir no início, de 37.5 milhões de euros para a execução da despesa e de 56.7 milhões de euros para a execução da receita. Eu gostaria de sublinhar aqui um

aspecto que é importante, que é: o aspecto de que, a execução da receita total excede a execução da despesa total. Isto significa que nós conseguimos honrar os nossos compromissos. E apesar de termos apenas 4.99 milhões de euros de receitas de capital, temos de despesas de capital quase o triplo do valor, ou seja, 12.7 milhões de euros. Quer isto dizer: que estamos a transformar receitas correntes não em despesa correntes, mas em despesas de capital. E isto é muito significativo. Em relação à Prestação de Contas do Município: Nós estamos a fazer a última prestação de contas deste mandato. Estamos a fazer aquilo que é a nossa obrigação, que é prestar contas aos senhores deputados municipais, mas, naturalmente, prestar contas aos oliveirenses. Nós dissemos, que queríamos, desde a primeira hora, trazer para a Câmara Municipal uma gestão que fosse rigorosa e transparente, uma gestão que honrasse Oliveira de Azeméis e que honrasse os oliveirenses. Uma gestão que colocasse em primeiro lugar as pessoas, porque as pessoas são o centro da nossa ação. Mas uma gestão que permitisse, ao mesmo tempo, gerar recursos financeiros que nos permitissem fazer os investimentos estruturantes que o nosso concelho precisa para o seu desenvolvimento e que gerasse os recursos financeiros que nos permitissem também promover a qualidade de vida dos oliveirenses. E, portanto, esta gestão rigorosa permitiu transformar a Câmara Municipal numa entidade que honra a tempo e horas os seus compromissos, seja com as Juntas de Freguesia, seja com os fornecedores, seja com os nossos parceiros. E neste domínio é claramente um exemplo que nos orgulha a todos. Neste mandato, conseguimos reduzir substancialmente a dívida municipal, ao mesmo tempo que enriquecemos o património municipal e ao mesmo tempo que promovemos os investimentos que são necessários para o desenvolvimento do nosso território. Importa aqui também sublinhar que, este processo é feito com o maior abaixamento de impostos que alguma vez se realizou no nosso concelho. Como sabem, o ano de 2020 foi marcado por uma terrível pandemia. E o de 2021 também está a ser marcado. E, isso obrigou-nos a concentrar totalmente a nossa atenção, a concentrar totalmente a gestão municipal nas pessoas. A nossa preocupação foi salvar vidas. A nossa preocupação foi proteger as pessoas. E, portanto, esta pandemia concentrou muita da nossa atenção, muita da nossa energia, muita da nossa preocupação naquilo que era realmente importante. E aquilo que é realmente importante era e continua ser as pessoas. E, portanto, este é claramente, aliás, como aqui já foi dito, o momento onde nós temos oportunidade de demonstrar o percurso que vimos seguindo, o muito que já foi feito. Mas também de, humildemente, pedir desculpa por aquilo que nós não tivemos capacidade para fazer. E humildemente reconhecer o longo caminho que ainda temos para percorrer, ou seja, o muito que ainda há por fazer. E, portanto, eu procedo à apresentação dos principais indicadores da performance económica e financeira das contas de 2020 do Município de Oliveira de Azeméis: E, dizer-vos que, o exercício de 2020 apresenta um resultado positivo, conforme já disse, 10.199.808,77€. A dívida municipal foi reduzida em 4.4 milhões de euros de 2019 para 2020; tendo passado de 11.5 milhões de euros em 2019 para 7 milhões de euros em 2020. A dívida de médio e longo prazo passou de 5.1 milhões de euros para 1.9 milhões de euros. O prazo médio de pagamentos a fornecedores que era de 102 dias, em 2019, passou para 62 dias, em 2020. Dar-vos

uma nota, uma explicação: de que este prazo médio de pagamento é muito influenciado pelo imobilizado que adquirimos, pelo património imobilizado que adquirimos, mas também por um processo judicial, processo da Oliprojeta. E, portanto, as condições de pagamento que nós negociamos, para pagar esse processo judicial e também para pagar o património imobilizado que adquirimos, condicionam o nosso prazo médio de pagamento. Se expurgarmos o nosso prazo médio de pagamento de 62 dias destas componentes, estaremos a falar de um prazo médio de pagamento de 23 dias. E estaremos a falar de também, segundo as opiniões do nosso ROC, de um prazo médio de pagamento que andaré muito perto dos 15 dias. Ou seja, estamos a trabalhar. E é esse o nosso objetivo, para termos a condição de pronto pagamento a funcionar na Câmara Municipal. Todos percebem que isto é uma utopia. Isso, na realidade, não existe. Porquê? Porque temos fornecedores, seja de energia elétrica, seja de outro tipo de serviços que nos emitem faturas a 30 ou a 60 dias. Mas o que é um facto é que temos condições para procurar trabalhar para que o processo de pagamento seja praticamente automático. Dizer-vos que, tivemos uma redução anual do endividamento líquido municipal em 8.2 milhões de euros. E, portanto, o endividamento líquido municipal diminuiu de menos 19.9 milhões de euros para menos 28.1 milhões de euros, em 2020. O volume de investimento anual quantificou-se em 7.478.603,00€. Tendo aumentado cerca de 19.6%, em relação ao ano de 2019, ou seja, investimos mais 1.225 milhões. Se considerarmos as transferências de capital que fazemos para as juntas de freguesia para investimento, bem como para outras entidades, o volume de investimento no Município no ano de 2020 andou muito perto dos 8.06 milhões de euros. Em termos da análise patrimonial, deste relatório de contas, aquilo que nós podemos observar é que, os indicadores de liquidez, endividamento e autonomia financeira melhoraram substancialmente de 2019 para 2020. Do lado dos gastos - aquilo que nós designávamos por despesas - Os gastos do exercício foram no total de 32.75 milhões de euros. E registaram um aumento anual de 1.3%, cerca de 418 mil euros. Resultando, estes gastos, em grande parte dos aumentos das rubricas de transferências e subsídios concedidos, onde temos aqui um reforço de mais de 729 mil euros. Os gastos com pessoal - cresceram 4.1%. Estaremos a falar aqui, números redondos, de 551 mil euros. Outros gastos - valor de 225 mil euros. E os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas - de mais 175.446,00€. As principais diminuições, em termos de gastos, face ao ano de 2019: Verificaram-se nas rubricas de fornecimentos e serviços externos: estamos aqui a falar de menos 1.168.614,00€; e nos gastos com juros e outros encargos: temos uma diminuição de 151.669,00€. As rubricas mais significativas nos gastos, como sabem, são as rubricas com o pessoal, representam cerca de 43% dos nossos gastos; os fornecimentos e serviços externos 21.7%; e os gastos de depreciação e de amortização de 16.6%. Dar aqui um esclarecimento, em relação aos gastos com pessoal onde temos este aumento de 4.1% e este aumento, em termos de verba, de 551 mil euros: Dizer-vos que, apesar de termos um incremento de mais 22 colaboradores, não é por esta via que se verifica este aumento. Este aumento resulta, sobretudo, da evolução que tivemos nas remunerações, na retribuição mínima mensal, portanto, no salário mínimo, e também no

descongelamento das carreiras. Foram estes dois aspetos que foram mais relevantes e que determinaram a maior fatia deste aumento na massa salarial do município. Do lado dos rendimentos – o que no passado designávamos por receitas - estes atingiram o valor de 42.955.911,00€. E as rubricas mais representativas são as transferências e subsídios correntes obtidos, que representam cerca de 46%; as receitas de impostos, contribuições e taxas 33%; e os outros rendimentos 12.1%. No exercício de 2020, os rendimentos registaram um aumento de 3.2%, ou seja, a autarquia arrecadou mais 1.319.472,00€. Dar-vos aqui nota que, as rubricas mais relevantes foram, em termos de arrecadação de impostos, os impostos, contribuições e taxas - representam 14 milhões de euros da nossa arrecadação de receita. Mas tiveram uma variação negativa, ou seja, arrecadamos menos 203 mil euros do que arrecadamos em 2019, ou seja, caíram 1.4%. As prestações de serviços e concessões, representam 2.4 milhões de euros, tiveram uma variação de menos 92 mil euros, caíram também 3.7% em relação ao ano de 2019. As transferências e subsídios correntes obtidos representaram 19.8 milhões de euros. Aqui sim, tiveram uma variação positiva de mais 88.790,00€, ou seja, aumentaram 0.5%. Os outros rendimentos - representam cerca de 5.2 milhões de euros, tiveram uma variação de 389 mil euros. E, portanto, cresceram 8.1%. E estamos a falar das transferências de capital do Orçamento de Estado que estão relacionadas com os fundos comunitários; Estamos a falar das rendas das concessões da EDP, etc.... Em termos de análise orçamental, do ponto de vista orçamental, e fazendo uma análise à receita e à despesa: Em 2020, a receita bruta cobrada registou a tal taxa de execução orçamental de 99%, enquanto a despesa registou uma taxa de execução orçamental de 66.1%. A execução orçamental do PPI cifrou-se nos 42%, representando 8.461.859,00€. Na componente da receita total - 43.5 milhões de euros: As transferências correntes e de capital, impostos diretos, vendas de bens e serviços correntes totalizam 41 milhões de euros, ou seja, a maior parte da receita provém destas componentes, estas componentes representam cerca de 95% da nossa receita e registaram no seu conjunto um aumento de quase 10%, ou seja, 3.7 milhões de euros. As vendas de bens e serviços decorrentes do município, que representam aquilo que é a atividade mais diretamente ligada à gestão municipal, caíram 3.8%; cerca de 154.000,00€. Os impostos diretos totalizaram 12.996.378,00€ e registaram uma diminuição anual de 523.561,00€, ou seja, esta diminuição dos impostos resultaram basicamente numa quebra das receitas do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, caíram 334.475,00€. O IMT, Imposto sobre as transmissões onerosas de Imóveis, caiu 119.569,00€. A Derrama, em relação ao ano de 2019, caiu 83.737,00€. E o único imposto, digamos assim, que cresceu de 2019 para 2020 foi o IUC - Imposto Único de Circulação que cresceu 14.219,00€, face ao ano de 2019. Nas despesas: que tem o tal valor de 37.5 milhões de euros, as rubricas que apresentam maior peso são: Como já disse, despesas com o pessoal; As aquisições de bens de capital que representam 22.6%, do total de despesas; E as aquisições de bens e serviços que representam 20.9%; Os passivos financeiros 9.6%; As transferências correntes 7.2%. Portanto, a despesa total do Município registou um aumento de 2.6 milhões de euros. E é muito importante referir isto: Quando nós olhamos para o aumento da

despesa, nós normalmente tendemos a diabolizar a despesa. Mas o que é um facto é que este aumento de 2.6 milhões de euros na despesa resulta de um aumento de 3.2 milhões de euros nas despesas de capital e na diminuição de 617 mil euros nas despesas correntes. Ou seja, há aqui claramente um reforço daquilo que são as despesas de investimento e uma diminuição daquilo que são as despesas de funcionamento. Para o aumento das despesas de capital contribuiu de forma significativa o aumento da aquisição de bens de capital. Aqueles bens que nós adquirimos precisamente para investimento que cresceram 83%, em relação ao exercício de 2019, ou seja, temos aqui um crescimento de 3.8 milhões de euros. A execução orçamental da componente do investimento do Plano Plurianual de Investimentos evidenciam um aumento anual de 83%, portanto, estes 3.8 milhões de euros. Totalizando os tais 8.46 milhões de euros em 2020 contra os 4.6 milhões de euros que conseguimos executar no PPI de 2019. E, portanto, termino dizendo que: num ano totalmente condicionado pela pandemia, onde, como já disse, a nossa maior preocupação foi a saúde dos oliveirenses, tivemos, mesmo assim, importantes investimentos estruturais que são fundamentais para melhorar a nossa condição de vida, a nossa condição de vida coletiva e promover o desenvolvimento do nosso território. E, portanto, estes são os números que traduzem a gestão municipal que vem sendo seguida desde o início do mandato. Mas naturalmente que este ciclo se encerrará quando estivermos, no próximo ano, a analisar o relatório de contas do exercício de 2021. Porque este ano será, enfim, em grande parte ainda da responsabilidade deste executivo. Muito obrigado.=====

*===== Ausentaram-se da sala os seguintes membros da Assembleia: **Raquel Marília Tavares Faria (PS), Helga Alexandra Freire Correia (PSD), António Ilídio Martins Godinho (PSD), Liliana Marisa Pinto da Silva (PSD) e Anabela Ramalho Sousa e Gama - União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo.** =====*

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão, Fernando Pais, Jorge Pereira e Albino Martins. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão, do PS.** =====*

===== 2020 Foi um ano marcante. A pandemia por SARS-Cov-2 trouxe-nos uma experiência coletiva que dificilmente esqueceremos. Apelou ao melhor de nós e ao mais forte sentido de comunidade. Na adversidade desse ano crescemos e reforçamos a convicção da nossa fragilidade. Não fizemos certamente tudo bem, mas tudo o que fizemos foi na convicção de ser o melhor. Não acertamos em todas as medidas, mas superamos muitas das dificuldades. Não perdemos tempo a procurar culpados para ganhar politicamente, nem andamos a tentar capitalizar com a obrigação que era a nossa de, num momento destes, apoiar, apoiar, apoiar. Nesse apoio reconhecemos

aquilo em que sempre acreditamos, como socialistas: num Sistema Nacional de Saúde público e com grande capacidade de resposta; numa Escola Pública que se esforçou para não deixar ninguém para trás; num sistema de segurança social capaz de apoiar verdadeiramente. Nunca tanto se falou e se pediu ao Estado Social. O Estado, o Estado Social, foi, em muitas das suas imperfeições e dificuldades, o porto seguro desta crise que ainda vivemos. Qualquer previsão que se pudesse ter feito, em sede orçamental, em 2019, teria para se mostrar desajustada. Na aprovação do orçamento cujas contas agora discutimos, deixamos claro e cito: «Estamos hoje definitivamente num quadro novo, que mantém compromissos financeiros e que reforça uma alteração estrutural ao orçamento municipal, como sempre dissemos que seria possível. 2020 foi o ano em que arrumámos o Plano de Saneamento Financeiro, assinado em 2008, depois do descalabro dos anos anteriores. Foi, como sempre afirmamos que seria, um longo e penoso caminho que gerou tantos dos problemas que hoje todos discutimos. 2020 foi um dos anos de maior amortização desse plano, o que significa que este mandato, como os três anteriores, foi marcado por esta realidade. Foi um dos anos de maior amortização de dívida e permitiu fechar definitivamente este ciclo. Mais de 30% do empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro foi pago neste mandato. 2020 foi o ano de maior investimento municipal dos últimos anos, mostrando que o rigor, mesmo pagando dívida, pode gerar disponibilidades financeiras. 2020 foi o ano em que o investimento municipal, com recursos próprios, foi também o maior dos últimos anos, mostrando que o rigor é central para podermos investir nas pessoas. 2020 foi o ano em que a autarquia iniciou um processo de redução de impostos municipais e, com isso, abdicou de receita a favor das pessoas e das empresas. Um compromisso - como já referi - que não deixamos nunca de assumir. Mas 2020 foi o ano em que a pandemia arrasou tudo, até a capacidade de investimento dos municípios, impelindo-os, e bem, a encontrarem novas formas de apoiar famílias, as empresas, as instituições e as coletividades. [Peço por isso, Senhora Presidente, a sua autorização para poder acompanhar a minha intervenção com suporte visual.] Em 2020, como sempre dissemos que seria possível, tivemos uma gestão de rigor: pagamos mais dívida, diminuámos impostos e investimos mais. Mas vejamos, tal como foi nosso compromisso, - e como assumi perante esta assembleia -, o comparativo com os anos anteriores, mantendo exatamente a mesma bitola qualquer que seja a cadeira e o lado que nos sentamos. Não fomos nós nunca que fugimos aos números nem às heranças. Neste primeiro gráfico vemos o comparativo do investimento municipal. Um mandato; E um mandato do Partido Socialista. A verde está o ano de maior investimento municipal destes dois mandatos. Mas vejamos como sempre vimos e como sempre discutimos o que é o investimento por pessoa, um valor que trouxemos noutros mandatos e que aqui repetimos: último mandato; este mandato]. 2020 como o ano de maior investimento per capita em Oliveira de Azeméis. E como sempre dissemos: a subir sempre à medida que vamos estruturando a capacidade do Município. 2020 foi também o ano do maior investimento do plano plurianual dos últimos anos, mesmo com as dificuldades de execução que a pandemia trouxe. Mas vejamos também: [No Plano Plurianual de Investimentos e, mais uma vez, mantendo os mesmos

gráficos de todas as assembleias: último mandato; este mandato. O pior ano de sempre, o nosso primeiro ano em 2018 manifestando a queda substancial que vínhamos confirmando. E a partir daqui iniciando uma subida completamente estruturada. Vejamos também, do ponto de vista per capita: Um valor que tantas vezes referimos, mesmo comparando com os outros concelhos do Distrito. E, mais uma vez, 2020 como o ano em que, apesar de tudo, conseguimos a maior devolução em investimento por pessoa.] 2020 foi o ano em que definitivamente se mostra que o rigor na gestão é uma arma poderosa para investir. E investir é sempre nas pessoas. Vejamos também: [O Plano Plurianual de Investimentos sem participação comunitária. Portanto, a capacidade que nós temos de, com recursos do Município, investir nas pessoas. 2020 como o ano de maior investimento. Vejamos também, per capita: 2020 como o ano de maior investimento, mais do dobro de alguns dos anos anteriores; mais uma vez 2018, o nosso primeiro ano, bastante mais baixo.] Superando o investimento dos anos anteriores e do mandato anterior, permita-me Senhor Presidente, que mantenhamos a mesma posição. É ainda pouco. Mesmo sendo mais do que nos anos que nos vendiam a excelência, mantemos intacto aquilo que dissemos: É de facto ainda pouco. Fazendo a comparação por municípios da região de Aveiro ou da Área Metropolitana do Porto, e do Distrito de Aveiro se quisermos: E é ainda pouco porque sabemos ser possível e necessário continuar a reforçar os níveis de investimento. Para os que, no passado e anos a fio, se sentiram satisfeitos com níveis de investimento menores, acredito que este, pela primeira vez, poderá ser o relatório de contas que tem uma votação diferente. Nós, como sempre dissemos, e cito o início deste mandato: não entramos nunca em posições laudatórias. Temos mesmo que continuar a crescer. Permita-me por isso, e encerrando 2020 uma década, a década que integra todo o período de pagamento do Plano de Saneamento Financeiro - 2011-2020 - fazer também essa comparação. Não podemos deixar de fazer essa avaliação, porque fomos tantas vezes acusados de exagerar. Agora, sem análises ou prospeções, vejamos o que aconteceu. Referindo o que dissemos na Assembleia Municipal de 5 de Setembro de 2008, que aprovou o empréstimo e o plano de saneamento financeiro que nos arrastou durante anos, cito: Meus Senhores, todas as obras emblemáticas, perdem-se em juros. Estamos fortemente endividados. E estamos endividados nós e estão endividados todos os nossos jovens que vão passar os próximos doze anos a crescer num concelho sem capacidade financeira para investir no seu futuro e na resolução das suas necessidades básicas. Fim de citação. Falou, em nome do Partido Socialista, o Engenheiro Joaquim Jorge. Mas vejamos então o que aconteceu: [O investimento municipal desde 2010 (pus o ano anterior poderia ter posto o ano de 2009 que seria no mesmo nível); todo o período do Plano de Saneamento Financeiro até 2020. Foram os ano em que pagamos penosamente e pesadamente uma dívida. Mais uma vez mantendo o mesmo racional: a verde o ano de maior investimento. E que ano é este? 2013. Vejamos então o que aconteceu em 2013 - e não são palavras minhas: Ata da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2014, que aprova as contas de 2013, - cito: E, portanto, agora nós temos de perceber - e eu também o disse - nós tivemos um aumento de investimento em 2013. 2013 foi um ano especial. É verdade, já o disse.

Assumi. E as minhas primeiras palavras foram essas: Ano eleitoral. Ano onde tivemos uma alocação de verbas muito grande, naquilo que eu volto a repetir: investimento estratégico do Município, que (...). - Palavras de Hermínio Loureiro, Presidente da Câmara neste ano. Sobre discursos de eleitoralismo, meus amigos, estamos absolutamente conversados. Ou entramos a sério naquilo que interessa ou mais uma vez geramos poeira. Mas continuemos, então, esta análise: E vejamos o Plano Plurianual de Investimentos mais uma vez no mesmo período: Estes anos, todos os anos do Plano de Saneamento Financeiro. Ano após ano a pagar um valor elevadíssimo de dívida. 2020 foi o ano de maior investimento da última década. Se estes níveis de investimento, mesmo tendo pago a dívida, fossem os dos anos anteriores, somado esse valor da dívida, imaginem a capacidade que este Município teria tido, quando muitos dos problemas que hoje discutimos eram já os problemas em 2008, 2009 e 2010. Vejamos também esse valor per capita: É 2020 o ano em que o investimento do Plano Plurianual per capita é também o mais elevado da última década.] E há, no fim disto tudo, uma enorme diferença. 19 Milhões de saldo de gerência, no ano da maior execução de PPI da última década. Que significa isto? Que tudo o que aí vem e que está em curso, são compromissos reais para as quais o município tem também capacidade real. Sem endividamentos absurdos ou desequilíbrios que nos condenem, mais uma vez, por décadas. Dificilmente alguns o perceberão, porque a excelência que defenderam era bem diferente. Saldo nunca é lucro, é mesmo compromisso financeiro, sobretudo neste caso. Mas cá estaremos, no próximo ano, continuando exatamente a fazer o mesmo exercício e a confrontarmos agora, com aquela que é, também, a nossa herança. Se houve mais investimento, mais investimento com recursos próprios, pagamento de dívida, baixa de impostos, o que acontecia antes? Essa é a verdadeira pergunta que nós temos que fazer. E, infelizmente, sabemos hoje, e por várias razões, a resposta. Mais importante do que estarmos a conseguir superar o investimento, é sabermos que é este o caminho. Que leva tempo, mas dá resultados, também como sempre o afirmamos. Sem vender facilidades, sem fugir a questões complexas e sabendo que é muito mais o que nos falta fazer do que aquilo que já fizemos. E vamos fazê-lo. Muito obrigado.=====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente, eu gostaria de fazer um reparo prévio, porque senti alguma dificuldade, senti alguma dificuldade em ler as 400 páginas do relatório e permita-me fazer um enquadramento prévio de que, de facto, são 400 páginas. Eu sei que os prazos legais foram cumpridos. Mas de facto, parece-me, e relativamente a mim que não exerço funções executivas neste Município, foi com alguma dificuldade que li e analisei este relatório, aliás, em conjunto com os meus colegas de bancada. Eu acho que em situações futuras se devia, de facto, programar. Até porque nós estamos a votar neste momento quando já podíamos ter votado no final de abril. Portanto, havia aqui mais tempo. E se calhar era proveitoso disponibilizar este relatório,

relativamente a isso. Eu estive a ouvir com atenção e a ver com atenção os gráficos que foram apontados. E de facto, assim numa primeira análise, e numa análise, se calhar, superficial, vemos que em 2020 o investimento e a execução do investimento foi manifestamente superior em 2018 e 2019. Aguardaremos para que, analisando 2021, e analisaremos de facto aquilo que o Bruno Aragão referiu no ano de 2013. Tenho a certeza que chegaremos à mesma conclusão. E eu vou tentar explicar porquê. Outro aspeto que eu acharia importante era, de facto, além destes quadros que tem aqui, são números, eu não vou discutir - presumo, aliás, ali cita como fonte o relatório do próprio Município de Oliveira de Azeméis - gostaria também que se fizesse um quadro - e esse quadro é que era importante para nós - e eu penitencio-me por o não ter feito, mas vou tentar também com o meu conhecimento e com ajuda fazer esse quadro - que era a comparação dos recursos disponíveis e com o investimento em cada ano. Ou seja, nós assistimos, e ainda bem que assistimos porque neste particular o que nos une aqui é o engrandecimento do Município de Oliveira de Azeméis, nós estamos a viver uma situação particularmente desafogada do ponto de vista financeiro. Nós temos hoje recursos disponíveis que não tínhamos nos anos anteriores. E isso acontece de forma absolutamente clara. Não há aqui nenhuma dúvida, quanto a isso. A conjuntura é de facto uma conjuntura favorável. E isso é refletido também nos investimentos. Mas mesmo assim, nós entendemos aqui - e eu vou passar a elencar aqui alguns aspetos que nos merecem mais uma reflexão política e de investimento do que propriamente outro tipo de reflexão: Numa análise superficial destas contas, verificamos que existe um saldo de gerência de 19 milhões de euros. Ou seja, a Câmara Municipal, com os recursos disponíveis, gerou um saldo de gerência de 19 milhões de euros. Que em 2019 já tínhamos um saldo de gerência de 14 milhões. Eu aqui faço também uma pequena observação, que é para salientar o que é que são as receitas da Câmara: Evidentemente que, quase 80% das receitas da Câmara provêm de impostos diretos e indiretos, taxas e dotações orçamentais através do Orçamento Geral de Estado. Estamos a falar: - e isto é uma situação que já vem do passado e que de facto tem acontecido ano após ano; - o município apenas gera 20% das receitas próprias, ou seja, da atividade do próprio município apenas 20% serão receitas próprias. Portanto, estamos a falar de uma coisa que é aleatória de ano para ano. Os impostos de facto variam de ano para ano. As dotações orçamentais do Orçamento de Estado também variam de ano para ano. E nós temos também que ter essa preocupação. Esse sentido não foi invertido, mas terá que, necessariamente, nos municípios que se seguirão a este ou neste fim de mandato terá que, necessariamente, haver uma inversão dessa tendência no sentido de a Câmara Municipal proporcionar ou ter uma quota-parte na receita mais alargada do que a que tem visto. A primeira conclusão que temos é que, apesar dos 19 milhões de euros, este executivo não foi capaz, no nosso entendimento, de fazer um planeamento, uma execução e um investimento adequado às necessidades que o município exigia. Podemos dizer que seria estratégia eleitoral? Eu, não vou dizer exatamente isso. Há de facto algumas situações que nos levam a querer que há de facto um alavancar dos investimentos para estes últimos dois anos. Mas há outros fatores que também nos leva a tirar conclusões: E as conclusões são tiradas

exatamente por nós. No ano de 2020 - Nós já vimos através dos quadros. Não vou pedir a repetição porque toda a gente os esteve a ver - de facto há um investimento público que cresceu no ano de 2020, toda a conjuntura cresceu. Mas em 2021 nós vemos um acelerar completo de algumas obras públicas, requalificações. Há de facto em 2021, e assistimos em 2021, e em 2020 também, mas em 2021 um “acelerar” das obras públicas e das requalificações de obras públicas. Vemos diversas inaugurações. Ainda há pouco, a Casa Sequeira Monterroso. E diversas reinaugurações: o antigo Centro de Saúde, a Escola de Cucujães, o Bairro de Lações, etc.... Lançamentos de primeira pedra é evidente. Analisemos agora, e particularmente analisemos agora as diferenças de investimentos nas nossas redes viárias em 2021 quando comparadas com os anos anteriores: Vamos fazer este exercício, que também é salutar: Em 2021, embora nós não estejamos a analisar essas contas, serão, seguramente, pelos meus dados, investidos mais de 3 milhões de euros. Só os lotes que foram aprovados em reunião de Câmara Municipal - o senhor Presidente sabe- o lote 1, 2 e 3, estarão à volta e 1.3 milhões, 1.5 milhões. Portanto, eu, se falar em 3 milhões, não andarei longe da verdade. Em 2020, não foram investidos mais de 1.5 milhões em pavimentações e requalificações da rede viária. Temos aqui um indicador, cada um tira as conclusões que tirar, de que estes investimentos e requalificações na rede viária vão duplicar em 2021. Uma outra observação é que, a rede viária tem vindo a degradar-se. Há um conjunto de obras que foram feitas recentemente e que se verifica que foram feitas, não com as condições técnicas indispensáveis. E há diversos tipos de requalificações que não foram feitas. E que seria de facto primordial que este investimento já fosse feito nos anos anteriores e não concentrar tudo para 2020 e 2021. Certo que, fruto de um esforço efetuado por este Município - não temos nenhum problema em o reconhecer - e pelos anteriores, quando se fala qui em 40% de amortização da dívida tem que se esquecer que os outros municípios também amortizaram o restante. Mas não quero entrar por aí. A Câmara Municipal tem indicadores positivos. Temos uma dívida controlada, endividamento nulo, bons saldos de gerência. Assim sendo, nós exigíamos mais, que este município fizesse um outro tipo de intervenção, uma intervenção mais concreta. Dotar o concelho de investimento público, para que o concelho tivesse um desenvolvimento económico e social e até cultural permitindo a atratividade. Ora, segunda conclusão: Com um saldo de gerência de 19 milhões de euros, o executivo camarário apenas investiu, com recurso a capitais próprios, cerca de 4.5 milhões de euros. Isto é o que resulta, claramente, do relatório de gestão. O relatório agora em discussão permite-nos uma outra conclusão: o investimento do município com recurso a capitais próprios foi mesmo inferior ao realizado em 2019, cerca de 5 milhões. Esta informação está plasmada num quadro da página 25 do relatório. (Sensivelmente a meio para o caso de entenderem que estas informações não são verdadeiras.) Diga-se ainda que, este executivo tinha como objetivo um investimento em capitais próprios superior a 9.4 milhões de euros. Tendo efetivamente investido apenas cerca de 4.5 milhões de euros. Menos de metade do que o que estava previsto. O que falhou, Senhor Presidente, nesta previsão quando o seu discurso assenta numa base de rigor? Apelando a uma análise da taxa de execução do Plano Plurianual

de Investimentos, de que temos uma taxa de execução de 42%, verificando-se, como Senhor Presidente já referiu, um aumento relativo ao ano de 2019, que foi de 28%. Repare que, de 20 milhões investidos e previstos para 2020 no PPI, apenas se investiu cerca de 8.4 milhões de euros. Pensamos que, de facto, ficou muito longe da realidade. E não é, no nosso entendimento, uma política de rigor tão apregoada. No Plano Plurianual, em 2020, estavam previstos investimentos na ordem dos 2.7 milhões de euros nas nossas escolas, apenas foi executado 1.6 milhões de euros. Para as escolas de ensino básico foram executados, apenas, sensivelmente, 117.400,00€. Muito aquém das reais necessidades. E aqui vou-me permitir de não fazer referência à importância de dotar o Parque Municipal Escolar das condições dignas e adequadas para esse efeito. Da mesma forma, para a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro, estava previsto 124.300,00€ e o montante executado em 2020 foi de 8.000,00€. Sinalizamos igualmente o facto de que, para a requalificação da Zona Industrial de Oliveira de Azeméis o montante previsto eram de 200.000,00€ e o montante executado foi zero (0). Repito: nenhum. Igualmente o valor previsto para a Zona Pedonal e Ciclável no Centro da Cidade eram de 350.000,00€ e o montante executado foi zero (0). Repito: nenhum. Para as Zonas Industriais do Nordeste e de Pindelo/ Nogueira a dotação era de 450.000,00€, para 2020, e o montante executado foi zero (0). Nenhum. Também não podemos regozijar quando tivemos previstos no PPI 75.000,00€ para a Zona Industrial Costa Má/ S. Roque e agora percebemos que para já tudo vai continuar na mesma, certamente não será uma boa notícia para a Freguesia de S. Roque. Igualmente também podemos analisar que o montante previsto para as Piscianas de La-Salette era de 60.000,00€ e o montante foi zero (0). Repito: nenhum. Isto só para citar alguns investimentos que não foram efetuados/ protelados, o que para nós seriam de facto essenciais, inadiáveis para o desenvolvimento harmonioso do nosso concelho. Consideramos essencial o investimento nas infraestruturas industriais e no parque escolar, essencial para alcançarmos um grau de atratividade satisfatória no nosso concelho. Analisemos agora as transferências para as Juntas de Freguesia: as transferências correntes e as transferências de capital, em 2020, totalizaram 1.196 milhões de euros. As transferências de capital mais as transferências correntes, em 2019, foram de 1.359 milhões de euros. Este ano, assistiu-se a um decréscimo, a este nível. Certo que a bandeira deste executivo assentava em todos num reforço de apoios às Juntas de Freguesia. Analisemos os valores de 2016: 1.361 milhões de euros. Volto a recordar o valor de 2020: 1.196 milhões de euros. Parece-nos que, a política seguida por este executivo, não faz jus ao slogan: Concelho melhor para viver, trabalhar e investir. Muito mais, no nosso modesto entendimento, - isto é uma análise política -, poderia e deveria ter sido feito, com estas condições. Temos consciência que o ano de 2020 foi marcado por uma situação pandémica, aqui já amplamente referido, com implicações graves para o município e para as empresas. Obviamente, esta situação implicava privilegiar as pessoas e as empresas até porque tínhamos indicadores claros nesse sentido. O exemplo bem claro situava-se ao nível das taxas de desemprego. Fomos dos concelhos que mais viu aumentar a taxa de desemprego, em termos percentuais. Dados de novembro de 2020 face ao período homólogo do ano anterior:

assistiu-se a um aumento de 61%, tornando-se o vigésimo segundo município onde esse desemprego mais aumentou. A este nível, entendemos que a gestão deste município deixou muito a desejar, pelo menos na nossa opinião. Eu recorro que, apresentaram na altura um pacote de medidas que totalizava um valor de cerca de 3.3 milhões de euros, nos quais 1.1 milhões de euros dizia respeito a uma redução do IMI, que só se iria refletir no ano 2021. Na altura, alertamos que a redução do IMI não era uma medida Covid mas sim o cumprimento de uma promessa eleitoral, embora tenhamos conhecimento que isso se iria refletir nas condições das populações. Acrescentaram ainda mais 1.1 milhões de euros de beneficiação nas nossas zonas industriais, também como medida Covid. O que nada tem a ver com uma situação pandémica. E que manifestamente estas contas provam-no. Não aconteceu em 2020. De um pacote de 3.3 milhões de euros, na realidade o mesmo traduziu-se efetivamente em medidas de apoio económico e social em pouco mais de 1 milhão de euros dos quais, na realidade, foram executados 755.000,00€. Não assistimos a medidas de concreto apoio, pelo menos aquelas que a situação pandémica exigiria, pensadas para as pessoas, para as empresas, para as instituições que lhes permitissem enfrentar com algum conforto a situação pandémica. Eram importantes medidas que sustentassem a coesão social, a cultura, a economia, o emprego e bem-estar. Ao invés, assistimos a um aumento gigantesco e a uma frente de obra que não tem qualquer comparação com os anos anteriores do mandato deste executivo. Aliás, como resulta bem dos quadros a que nós já assistimos. O que fez este município - na nossa modesta opinião - foi amealhar saldos de gerência. A exiguidade do investimento público consta do relatório do Tribunal de Contas nº 7/2020, e já disponível no site deste Tribunal, em que Oliveira de Azeméis aparece sempre como um dos municípios com o mais baixo investimento per capita. É evidente, e antecipando até a réplica do Senhor Presidente, isto tem a ver com, apenas, alguns contratos feitos pela autarquia. Sabemos perfeitamente disso. E são esses contratos que foram analisados pelo Tribunal de Contas. Senhor Presidente os saldos de gerência consubstanciados nos impostos, taxas, dotações orçamentais do Estado central e em todas as receitas obtidas dos municípios oliveirenses. Entendemos que as opções políticas, as prioridades e a capacidade de gestão deveriam ter sido dirigidas diretamente para as pessoas de forma mais objetiva e concreta. Todos nós já percebemos que vivemos numa conjuntura desfavorável, a este nível. Mas a conjuntura global e financeira para a Câmara é bastante positiva. O que nos permitiu que a prestação de contas relativamente ao ano de 2020 apresentasse indicadores financeiros positivos com uma redução e controlo da dívida. Só que, estes indicadores em 2020, não se traduziram num correlativo meio para desenvolver e proporcionar melhores condições de investimento e desenvolvimento, isto, não obstante o que foi feito. Entendíamos que poderia ter sido feito outras coisas e muito melhor. No ano em que nos debatemos com uma pandemia que gerou a maior crise de saúde pública de que há memória, com a conseqüente crise social e económica, a Câmara optou por guardar dinheiro em vez de acorrer às necessidades urgentes. Ficaram por fazer as necessárias e urgentes intervenções nas escolas, nas redes viárias e nas zonas industriais. Como já referimos, a resposta à pandemia ficou muito aquém do que seria

exigível, mormente no apoio às empresas e instituições, ao comércio local, à restauração, às coletividades e às famílias. Tal como alguém já disse, a propósito do Orçamento para 2021, nesta prestação de contas falta humanismo, solidariedade, compaixão. A minha intervenção, relativamente às contas, acaba aqui. E só queria fazer aqui uma intervenção, relativamente a algumas coisas que o Bruno Aragão disse: que do executivo anterior não foi deixado nada, no fundo foi uma mão cheia de nada. Eu recordo que os fundos comunitários constituídos por este executivo eram de 9.5 milhões de euros. Esses 9.5 milhões de euros eram destinados à reabilitação urbana, à mobilidade e ao apoio das comunidades desfavorecidas. O que aconteceu foi uma reafecção deste dinheiro no edifício público. Por último, quero deixar aqui uma palavra de agradecimento ao professor Manuel Alberto, Presidente da Junta, de nos ter facultado. E é com muito prazer que estou aqui. Sabe que é com muito gosto que estou cá. Uma última palavra, não podia deixar de dizer isto, e isto é uma questão até sentimental, - eu não gostei nada da intervenção do senhor Amaro Simões. O senhor Amaro Simões é uma pessoa que eu tenho muita consideração e estima pessoal, mas eu acho que este tipo de intervenção não deveria ter sido feita aqui. Isto é uma questão de S. Roque. Era uma questão que o senhor poderia discutir isto, eventualmente, na assembleia de freguesia de S. Roque, não aqui, esta é a minha opinião. Não posso deixar de o dizer publicamente, não obstante todo o respeito que tenho por si, que o senhor sabe. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

===== Antes da minha intervenção, também gostaria de fazer aqui uma breve nota: Dizer que, no dia 13 de outubro do ano passado, nesta mesma sala, eu fiz aqui uma afirmação que passo a transcrever, também, sem qualquer receio: Disse, nessa data, que a grande diferença entre o Partido Socialista atual e o PSD do passado era menos uma letra. E após sermos aqui apresentados pelos gráficos apresentados pelo senhor deputado Bruno Aragão, fazendo a comparação de 2013, ano de gestão Hermínio Loureiro, para com 2020, ano de gestão de Joaquim Jorge, dissiparam-se todas e quaisquer dúvidas se ainda as houvesse relativamente a essa afirmação que foi feita, nessa época, aqui, com esse conteúdo. Terminado isso: Falando então das contas de 2020: Já se tinha dado conta que a receita do município atingiu valores recorde em 2019 e que, a Câmara, nesse mesmo ano, executou uns parcos 27.9% do Plano Plurianual de Investimentos. Para elaboração do Orçamento e Plano para 2020, como já se previa, o ano de 2020 continuaria a ser generoso para os cofres do Município com a manutenção em níveis elevados das receitas por cobrança de impostos e de transferência do Estado Central. Mas o que ainda não se sabia é que, logo no primeiro trimestre, estaríamos a entrar num ciclo de congelamento e retração da economia em resultado de uma pandemia. Ainda assim, foi notável que as receitas da Câmara continuaram a crescer em contraciclo com a retração de todas as

atividades económicas. Todo o país perdeu riqueza. Todas as atividades económicas foram afetadas, especialmente indústria e comércio. Mas a Câmara Municipal, em termos de receitas, foi completamente alheia à crise, isto é: continuou a crescer. Não nos podemos esquecer das propostas da Câmara para apoio de emergência Covid: Que planearam 1.1 milhões de euros para investimentos em estruturas nas zonas industriais. Mas só para gastar, só passado um ano, em 2021. E que também orçamentaram 1.1 milhões de euros para a redução da taxa de IMI. Mas também para gastar em 2021. Se, por ironia do destino, a Câmara já tinha terminado o ano de 2019 com o maior saldo de gerência visto na última década e com a pior taxa de investimento realizado. O ano de 2020, não foi ainda o ano de arrepiar caminho. A câmara volta a chegar ao fim do ano com mais um recorde de saldo de gerência que reflete a sua incapacidade para investir. Foi mais um ano de adiamento dos investimentos, naquilo que verdadeiramente são as obras que os oliveirenses precisam para melhorar a sua qualidade de vida e melhorar a qualidade patrimonial. Portanto, sem obra feita, assim se explica porque é que foi batido mais um recorde do saldo de gerência. Começou-se finalmente a ver alguma coisa daquilo a que se propuseram, com investimentos na educação, no abastecimento de água, na reabilitação urbana, rede rodoviária, iluminação e eficiência energética, postos da GNR. Mas na educação tivemos um arranque do ano letivo mal planeado, face às exigências sanitárias: com falhas de assistentes auxiliares para a receção ao novo ano letivo. Para citar apenas um exemplo. Mas no abastecimento de água, os oliveirenses servidos pela rede de água viram as suas faturas com aumentos exorbitantes, porque a Câmara adjudicou a rede de alargamento da rede de água e saneamento à Indáqua, mas fez refletir esse investimento nas faturas dos consumidores. Ou seja: São os consumidores que já são servidos que pagam a rede para os consumidores futuros. Mas ainda tivemos mais 4 anos de degradação do edifício da antiga Estalagem S. Miguel, que, se estava mal, pior ficou, ao abandono e sem qualquer resolução. O relatório de atividades reflete a estratégia, quanto ao plano de investimentos que o executivo oliveirense delineou para a modernização da cidade de Oliveira de Azeméis. Neste campo, não há novidades a assinalar. Por isso, seria fastidioso estar aqui a repetir os argumentos que apresentamos aquando da sua discussão e votação. Nos últimos 20 anos com muitos projetos, alguns de encher o olho: Biblioteca Ferreira de Castro, Praça da Cidade, Pavilhão e Piscinas Municipais, Centro Desportivo, Centro Escolar Soares Basto, Campus da Universidade de Aveiro, Avenida D. Maria I, etc... E muitos outros igualmente importantes, assim foi-se desenvolvendo a nossa cidade. No ano anterior, o Cineteatro Caracas finalmente viu o arranque das obras para a sua reabilitação. Este projeto é o último dos primeiros 20 anos deste milénio e o último herdado dos mandatos anteriores. Daqui para a frente é o que sabemos, temos: um centro Intermodal de Transportes, num sítio desadequado; um Fórum Municipal, num sítio desadequado; um Parque Urbano alternativo ao Parque de La-Salette. Repetimos o que vimos dizendo há anos: O traçado de ruas da nossa cidade vai continuar exatamente igual ao que temos hoje; nem uma só via ou artéria nova a ser construída, por exemplo. Não gostamos. E representamos os que não concordam com este plano

de investimentos previstos na cidade. Que espelham a visão do presente executivo municipal. Para o CDS, não seriam estas as opções. Tal tem sido manifesto publicamente e não temos razões para mudar de opinião. Muito obrigado.=====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Começando por dar resposta à intervenção do senhor deputado Fernando Pais, já que na intervenção do senhor deputado Bruno Aragão não vi nenhuma questão a ser colocada: A primeira explicação, em relação ao tempo que é disponibilizado para se analisar um documento, que é efetivamente um documento extenso que requer a nossa atenção: Esta prorrogação de prazo, que levou a que esta assembleia se verificasse só agora no mês de junho e não no mês de abril como é habitual, resulta precisamente da alteração do sistema de contabilidade do POCAL para o SNC-AP e, portanto, os nossos serviços precisaram de mais esse tempo para fazer toda essa adaptação. Portanto, só hoje é que é possível nós estarmos aqui a discutir o relatório de gestão e as contas do ano de 2020. Uma coisa que se vê claramente é, quando nós olhamos quer para o investimento quer para o Plano Plurianual de Investimentos, que efetivamente nós temos ali investimento que obedece a ciclos políticos. E é isso que tem condenado o Município. Aquilo que verificamos, quando olhamos para o ano que se compara com o ano de 2020 onde temos investimento comparável e é o ano de 2013, o que acontece, é que efetivamente de 2013 para 2014 há uma queda abrupta do investimento. Aquilo que vai acontecer nos próximos anos é precisamente o contrário. Nós vamos sucessivamente bater recordes de investimento no nosso concelho. As obras que estão a ser lançadas neste momento, as obras que estão em curso e as obras que vão ser ainda lançadas determinarão investimentos municipais avultadíssimos todos os anos e nos próximos anos. E, portanto, essa é uma tendência que é muito importante, porque esses investimentos são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento do nosso território. Senhor deputado, o senhor diz que fez uma análise superficial. Eu respeito essa análise superficial. Gostaria mais de estar a responder a uma análise mais profunda, mais rigorosa dos dados deste relatório. Porque, efetivamente, quando nós fazemos análises superficiais depois os comentários que fazemos são também comentários que não têm a profundidade que deviam ter. Porque, aquilo que acontece é que, nós não temos nenhuma conjuntura favorável, não houve rigorosamente nada que determinasse estes saldos de gerência, externalidades que determinassem este saldo de gerência. O que acontece, senhor deputado: os recursos financeiros, não acontecem de conjunturas, acontecem do modelo de gestão que foi implementado desde o primeiro dia que assumimos funções. Eu vou citar também alguns exemplos - porque seria fastidioso estar aqui a falar das reduções que nós tivemos nos mais variados domínios - Eu vou citar aqui três exemplos que são muito importantes: A diminuição de gastos com energia: por exemplo, no período de 2015 a 2017, gastamos 6.035.214,00€ com energia; no período de 2018 a 2020, gastamos 5.192.000,00€;

Estamos a falar de uma poupança de 842.113,00€. Outro exemplo simples: diminuição de gastos com fundos de maneiio: no período de 2015 a 2017, gastamos 398.479,00€ em fundos de maneiio; no período de 2018 a 2020, gastamos 83.633,00€; Estamos a falar de menos 314.846,00€. Gastos com publicidade, comunicação e imagem: 2015 a 2017, 656.534,00€, de 2018 a 2020, 155.440,00€; menos 491.094,00€. E a conjuntura está aqui. Porque, depois isto refere-se aos contratos de assistência, depois refere-se à redução nas rendas, depois isto refere-se ao cuidado com que nós fazemos as compras. E, portanto, tudo isto acaba por se traduzir numa conjuntura favorável, mas numa conjuntura favorável que dá imenso trabalho. Porque, conforme teve oportunidade de ver, nós tivemos neste exercício, inclusive, uma quebra nos nossos impostos. E, portanto, digamos, discordo em absoluto dessa visão de que isto acontece porque externalidades provocam esta situação. O senhor diz, que nós temos de reforçar substancialmente a nossa quota-parte na receita municipal. Senhor deputado, não é essa a estratégia que tem vindo a ser seguida. Quando nós eliminamos um conjunto de serviços municipalizados, como, por exemplo, aconteceu com o lixo ou com a concessão da rede de água e saneamento, aquilo que nós estamos a fazer é a perder possibilidades de gerar receita municipal. Esse foi o percurso que foi iniciado há vários anos. É esse o percurso que nós estamos a procurar inverter. E, portanto, nós só conseguimos ter gestão e geração de receita municipal se tivermos serviços municipais. Quando nós esvaziamos a autarquia dos serviços, naturalmente que deixamos de ter uma das componentes de geração de receita municipal. Deixe-me dizer-lhe que - referiu aqui um número de 1.5 milhões de euros - suponho - de investimentos na rede viária. Se consultar a página 168, facilmente chega a valores bastante superiores a esse em 2020. Se lhe juntar as verbas que foram feitas em intervenções na rede viária por administração direta, chega a um valor muito superior aos 2 milhões de euros. O senhor refere uma particularidade que tem a ver com este saldo de gerência acumulado. E transforma o saldo de gerência acumulado numa grande preocupação. Não existindo, porém, a preocupação mais importante que é perceber de onde é que este saldo de gerência acumulado aparece. Não perceber, por exemplo, de onde é que aparece as fontes de financiamento do investimento que nós temos hoje possibilidade de apresentar aos oliveirenses. E aparece de uma coisa muito simples: Acontece da poupança corrente que nós conseguimos gerar. Estamos a falar de mais de 13 milhões de euros de poupança corrente que nós conseguimos gerar. E é daqui que aparecem os recursos financeiros que permitem fazer este investimento. Estamos a falar de 13.725 milhões de euros de poupança corrente gerada, cerca de 45.56% da fonte de financiamento para este investimento municipal, para este saldo de gerência. Deixe-me dizer-lhe que: não houve, efetivamente, nenhuma lógica eleitoral, na gestão deste processo. Estes números que eu lhe apresentei, com estes três indicadores, - mas posso-lhe disponibilizar muito mais -, representam o percurso que foi sendo seguido e representam também uma forma diferente de olhar para a gestão municipal. O senhor facilmente compreende que neste mandato não tivemos um conjunto de eventos, que eram eventos absolutamente megalómanos, que consumiam recursos brutais. Portanto, esses eventos acabaram. Acabaram também verbas substanciais em despesas de

representação. Acabaram verbas substanciais, também, em contratos de assistência. Isso acontece ao mesmo tempo que aliviámos a receita fiscal. E não nos podemos esquecer que já temos uma reflexão, de cerca de 600 mil euros, já no ano de 2020, quando passamos o IMI de 0,375% para 0,35%. E vamos ter agora uma redução, no ano de 2021, quando passamos de 0,35% para a taxa mínima, que é também um fator de atratividade muito importante e é um fator que revela um grande humanismo para com as pessoas. O senhor refere aqui um conjunto de aspetos, nomeadamente o investimento com capitais próprios, que é de 4.5 milhões de euros, que é inferior ao investimento de 2019, em termos de capitais próprios. Senhor deputado, peço-lhe desculpa, mas com esse tipo de abordagens só gera confusão nos oliveirenses. Essa é uma das componentes do investimento. E a capacidade que o município tem para investir com capitais próprios, neste momento, é assustadora quando comparada com a capacidade que existia no passado. Nós reforçamos essa capacidade drasticamente. Agora, não pode é considerar que o investimento é investimento com capitais próprios. Porque existe a componente dos capitais alheios, os capitais que provêm de fundos comunitários que é absolutamente relevante para os municípios mas, não é para o município de Oliveira de Azeméis, é para todos os municípios do país. E, portanto, senhor deputado, dizer-lhe que, efetivamente, esse indicador dos capitais próprios não cumprimos. Assumimos aqui. Mas cumprimos a redução do endividamento municipal, superavit económico, da redução da dívida municipal. E, portanto, o senhor foi agarrar-se apenas e só ao único indicador onde efetivamente nós nos propúnhamos investir 9.4 milhões de euros com capitais próprios e investimos apenas os 4.5 milhões de euros, que referiu. Mas, deixe-me dizer-lhe: Aquilo que é realmente importante é que o senhor diga que nós investimos mais 19.6% do que em 2019, com capitais próprios e com dinheiro que veio de fundos comunitários. Isso é que é absolutamente relevante. O senhor refere aqui outros aspetos que são importantes, nomeadamente o investimento de 8.4 milhões de euros no nosso Plano Plurianual de Investimentos. E diz, apenas se investiu 8.4 milhões de euros. O senhor acabou de ver um gráfico onde diz que este apenas representa apenas e só o melhor ano de sempre em termos de investimento no Plano Plurianual de Investimentos, apenas e só. E, portanto, é isso que nós devemos sublinhar. É isso que nós devemos explicar às pessoas. De 2017 para 2018 cresceu 10.32%, o investimento PPI; de 2018 para 2019, cresceu 97.67%; e de 2019 para 2020, partindo daquele valor que ali está de 6.4 milhões de euros), cresceu 19.6%. E é esta tendência de crescimento que nós queremos continuar a manter e que precisamos de continuar a manter nos próximos anos. Eu lembro que nós iniciamos o mandato, conforme ali está referido, e conforme ali foi explicado, com PPI de 2.3 ou 2.8 milhões de euros - se quiser depois incorporar um conjunto de outros investimentos; as pessoas depois não percebem porque é temos valores díspares, mas há razões para termos valores díspares nesses gráficos. Mas o que é importante é que o ponto de partida foi 2 milhões de euros e neste momento o ponto, não é ponto de chegada porque o ponto de chegada vamos ver, conforme disse e bem, em abril de 2022, mas o ponto que analisamos hoje é um ponto que quase triplica o valor de investimento com que nós iniciamos este mandato. Este é que é um dado que eu considero absolutamente relevante.

As escolas: É evidente que, nós nunca podemos ficar satisfeitos com o investimento que fazemos na educação porque o investimento na educação é, como sabem, um investimento altamente reprodutivo. Mas, mais uma vez, senhor deputado, não é rigoroso dizer que apenas investimos 1.6 milhões de euros quando, não foi 1.6 milhões foi 1.655 milhões de euros, estavam previstos 2.7 milhões de euros. Efetivamente, nós prevíamos um investimento de 2.72 milhões de euros nas escolas e investimos 1.66 milhões. Ou seja, uma taxa de execução bem acima da taxa de execução do PPI que é de 42%, nós conseguimos aqui uma taxa de execução de 60%. Mas aquilo que importa dizer é que, em relação a 2019, crescemos 3400%. Senhor deputado, em relação a 2019, nós crescemos 3400%. Nós, em 2019, nas escolas, tínhamos investido 50 mil euros / 60 mil euros. E agora estamos a investir 1.6 milhões de euros. Queríamos ter investido os 2.7 milhões de euros. Mas, se quiser, eu vou-lhe buscar os números que nós apresentávamos, neste domínio, no passado. Eu dou-lhe, por exemplo, os números de 2016: Foi buscar esses números nos mandatos anteriores. Em 2016, nós investimos pouco mais de 485 mil euros. E em 2017 pouco mais de 200 mil euros. Nós estamos a falar de 1.6 milhões de euros, 4 vezes este valor de 2016. Com a Escola de Fajões, com a Escola de Cucujães e com todas as intervenções que estamos a fazer nas outras escolas. Mas, no passado, senhor deputado, os valores que eram apresentados também correspondiam às intervenções nas outras escolas. O que eu lhe estou a dizer é que o crescimento foi de 3400%. Isso é que é absolutamente relevante. Falou da Área de Acolhimento Empresarial - 124.300,00€ que estavam previstos, foram investidos 8.000,00€. Senhor deputado, nem são 124.300,00€ nem são 8.000,00€, neste momento estão a ser investidos na Área de Acolhimento Empresarial de Ul / Loureiro 550.000,00€. Isto é que é absolutamente relevante. E, portanto, neste momento estão a ser investidos nessa Área de Acolhimento Empresarial, conforme nos comprometemos, 550.000,00€. Zona Industrial de Oliveira de Azeméis / Santiago de Riba-Ul: Tínhamos previstos 200.000,00€ e efetivamente não investimos nada. Lançamos um concurso em março deste ano, ficou deserto. Voltamos a lançar o concurso com valor substancialmente superior em abril deste ano, temos uma proposta vencedora. Portanto, vamos investir na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis / Santiago de Riba-Ul cerca de 350.000,00€. E, portanto, temos aqui também um reforço que é praticamente o dobro daquilo que estava inicialmente previsto. Disse também que, não apostamos nas ciclovias. Efetivamente, no passado no plano estratégico estavam previstos 1.5 milhões de euros em ciclovias e nós retiramos esse valor. Retiramos esse valor, assumimos aqui sem qualquer problema. Diz que o montante executado foi zero. Quisemos deliberadamente que esse montante executado fosse zero. Porquê? Porque definimos outras prioridades. Percebe? Nós não podemos investir em ciclovias e ter, como aqui foi dito, e é verdade, estradas completamente esburacadas, quase que intransitáveis. Nós não podemos investir em ciclovias e termos as nossas Zonas Industriais no estado em que estão. E com os senhores a reclamarem, e bem, pela sua requalificação. Nós não podemos investir em ciclovias e termos escolas a chover no seu interior, como ainda hoje infelizmente acontece no nosso concelho. E, portanto, eu peço desculpa. Obviamente, corro o risco de alguém dizer que o presidente da câmara não acha as ciclovias e os

circuitos pedonais importantes e, portanto, não quer saber nada das ciclovias e dos circuitos pedonais. O Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis não é nada diferente dos outros presidentes de câmara que acham que as ciclovias e os circuitos pedonais são muito importantes. E, portanto, terão que haver investimentos substanciais, nesse domínio. Mas lá chegará o seu tempo. Neste momento existem outras prioridades às quais temos que atender. E, portanto, eu gostaria muito que entendessem que para nós era fundamental evitarmos continuar a pagar as rendas milionárias que pagávamos em alguns edifícios que estávamos a alugar. E, portanto, era muito importante que nós albergássemos serviços públicos nesses edifícios. E a seu tempo nós chegaremos às ciclovias e aos circuitos pedonais. Zona Industrial do Nordeste: Senhor deputado, tem toda a razão, não foi feito nenhum investimento digno desse nome. Foram feitos pequenos investimentos, mas isso não é significativo. Tínhamos previsto 450.000,00€. Começamos a desenhar essa rua que serve a Zona Industrial de Cesar / Carregosa / Pindelo desde a Rua das Matas e facilmente percebemos que aquilo que nós tínhamos previsto era curto. E, portanto, nós precisamos ali de um investimento muito sério na requalificação daquela zona industrial porque aquela zona industrial tem ainda um grande potencial de expansão e é muito importante nós afirmarmos aquela zona industrial no nordeste do nosso Concelho. E, portanto, estamos a falar de um investimento que está a ser concluído. O projeto foi encomendado externamente. Foi entregue. Estamos neste momento a preparar o lançamento da requalificação da Zona Industrial do Nordeste, como também a requalificação da Zona Industrial de Nogueira do Cravo / Pindelo. Estaremos a falar de um investimento nestas duas zonas industriais à volta de 1.4 milhões de euros. E, portanto, teremos aqui também estas duas zonas industriais devidamente requalificadas. Já aqui fiz o mea culpa, em relação à Zona Industrial de Costa Má / S. Roque. A Zona Industrial de Costa Má / S. Roque, não está esquecida. Nós não esquecemos assuntos estratégicos para o desenvolvimento do concelho. Nós conhecemos a realidade que quase caracteriza S. Roque como uma freguesia de mono indústria. E percebemos perfeitamente a importância estratégica desta Zona Industrial para S. Roque e para Oliveira de Azeméis. E, portanto, esta Zona Industrial está no radar da nossa atenção. Vamos avançar, seguramente, para a construção, faseada, como é evidente, desta Zona Industrial. Mas, naturalmente, teremos que, conforme eu já disse, atender primeiro a estes problemas que temos nas zonas industriais existentes. Muito sinceramente, seria muito difícil explicar aos nossos empresários essa opção. Também é verdade, não tenho nenhum argumento a dizer em relação às Piscinas de La-Salette. Não fizemos esse investimento ainda, para permitir o aceso a pessoas com mobilidade reduzida. Mas esse é um problema que existe desde que as Piscinas foram construídas. E, portanto, teremos necessariamente que o resolver. Estamos inteiramente de acordo, em relação a isso. Senhor deputado, eu não posso concordar consigo, quando diz que - E vai-me desculpar que eu aqui tenha que refutar aquilo que disse - as transferências para as Juntas de Freguesia caíram este ano. Isso, não é verdade. Não é verdade. E, portanto, peço-lhe desculpa. Consulte o documento e, no documento, ao consultá-lo com profundidade, vai perceber que, as receitas, as transferências para as Juntas de Freguesia em

2019, totalizaram 1.064.847,00€, em 2020, 1.159.977,00€, ou seja, aumentaram 131.000,00€. E, portanto, não é verdade a afirmação que proferiu. Deixe-me só dar mais uma ou outra observação, em relação á questão que colocou sobre as medidas Covid e sobre o humanismo deste executivo: Deixe-me só dizer-lhe uma coisa muito simples: Se este executivo tiver que optar entre betão e pessoas, não tenha dúvidas que optamos pelas pessoas. E só optaremos pelo betão, se esse betão for um betão que é fundamental para as pessoas. E, portanto, sobre isso, nós não recebemos lições de ninguém. E isso traduz-se naquilo que é a nossa prática. E esse humanismo, não é o humanismo que se traduz apenas nas medidas Covid, senhor deputado. Esse humanismo é o humanismo que se traduz, por exemplo, no Vale Educação onde nós já apoiamos 10742 alunos com mais de 322.000,00€. É o humanismo que se traduz numa viatura para o transporte das nossas crianças com deficiência que eram transportadas num veículo de 2 portas, um Aygo, sem nenhuma condição de dignidade, sem nenhum humanismo. E nós adquirimos uma viatura de 7 lugares com plataforma para o transporte das nossas crianças. Esse humanismo traduz-se no Programa Saúde +, onde temos 50.000,00€ para apoiar na compra de medicamentos para pessoas com doenças crónicas, para pessoas carenciadas e aos nossos seniores. Isso traduz-se também na compra de um ecógrafo, agora para o Hospital S. Miguel. Isso traduz-se também na influência que tivemos no investimento de 300.000,00€, no raio X, no Hospital S. Miguel. Isso traduz-se também no trabalho que fizemos para termos uma ambulância de Suporte Imediato de Vida no Hospital S. Miguel. Que era uma velha aspiração, uma aspiração com muitos anos. Isso traduz-se também na cadeira dentista que foi implementada no Hospital S. Miguel. Isso traduz-se no programa de apoio à redução do tarifário, que está a ser suportado pelos impostos dos oliveirenses e que permite que os oliveirenses com um passe de 30,00€ ou 40,00€ possam transitar entre concelhos ou na Área Metropolitana do Porto. Isso traduz-se no esforço que fazemos no Programa de Emergência Social, no programa de apoio ao arrendamento. Isso traduz-se no projeto que estamos a implementar, no novo regulamento que vamos fazer, para introduzir melhorias habitacionais nas famílias carenciadas. Isso traduz-se nas 10 bolsas de estudo que disponibilizamos para alunos carenciados que pretendem aceder ao ensino superior ou que pretendem continuar a frequentar o ensino superior, mais as 10 bolsas que nós conseguimos angariar com o extraordinário contributo dos nossos empresários. Portanto, senhor deputado, acusar-nos de falta de humanismo, peço-lhe desculpa, é algo que é profundamente errado a não ser que tenhamos noções completamente diversas daquilo que é o humanismo. Em relação às medidas Covid: Eu, enfim, sempre disse que o mais importante era não politizarmos este assunto. Há essa tentação. Há essa tentação, infelizmente. E eu., sinceramente, não gosto de brincar com assuntos de saúde. Os assuntos de saúde são demasiadamente sérios para nós os politizarmos. Sinceramente, senhor deputado, eu acho que nós temos razões de sobra para ficarmos orgulhosos do trabalho que esta Assembleia Municipal fez neste mandato. Agora, nós não podemos é introduzir aqui fatores que não correspondam aquilo que é verdade, nem credibilizem sequer a nossa ação política coletiva. E quando o senhor cita um relatório do Tribunal de Contas que vale

rigorosamente zero (0), rigorosamente zero (0), para o Município de Oliveira de Azeméis e também para uma boa parte dos municípios do país, felizmente, se o esforço dos municípios portugueses que foi reconhecidamente absolutamente extraordinário nesta pandemia, se resumisse aquilo que vem publicado neste relatório; O país estava desgraçado e os portugueses tinham sofrido muito mais com esta pandemia do que o que sofreram. Como sabe, eu não vou aqui explicar o que é esse relatório. Esse relatório julgo que é de setembro, tem apenas as publicações que foram feitas até setembro, o Município de Oliveira de Azeméis só tinha uma que foi em agosto, mas esse relatório não refere aquilo que é absolutamente determinante: Que são todos os investimentos que os municípios fizeram nos mais variados domínios. E nós, não temos aqui nesse relatório os 300 computadores que foram adquiridos, um investimento de mais de 100.000,00€. Não temos aqui os 51.600,00€ adicionais nos Vales Educação. Não temos aqui os 30.000,00€ pagos em refeições aos alunos do escalão B. Não temos aqui os 20.000,00€ que foram pagos ao abrigo do Programa de Emergência Social, que se somaram aos valores que já tínhamos e o reforço adicional de 70.000,00€ que foi feito. Não tem aqui as mensalidades dos CAF e dos AAEF, que foram oferecidas de março a julho, e que foram mais de 42.000,00€. Senhor deputado, como compreende, a redução do IMI, como eu disse, já se sentiu em 2020, vai-se sentir em 2021. Mas o mais importante, não é isso. É que vai-se sentir em 2022, 2023, 2024 e 2025. Assim como as zonas industriais, essa medida é absolutamente determinante. São muito mais importantes estas medidas de natureza estrutural, estas medidas que permanecem no tempo do que medidas casuísticas, do que medidas pontuais. E, portanto, foi essa a nossa estratégia e é isso que vai acontecer. E, portanto, o IMI vai ter um reflexo muito importante e vai ajudar muitas empresas, vai ajudar muitas famílias nos próximos anos. A suspensão do tarifário que tem um reflexo de 170.000,00€ em 2020 e tem um reflexo de 270.000,00€ em 2021. A isenção do pagamento da Derrama para os sujeitos passivos com volume de negócios inferiores a 150.000,00€ por ano que terá uma reflexão à volta dos 40.000,00€. A suspensão do estacionamento que originou uma perda de receitas na ordem dos 110.000,00€. As verbas de 19.000,00€ que foram atribuídas às Juntas de Freguesia. As verbas de 10.000,00€ em 2020 e 10.000,00€ em 2021 que foram disponibilizadas às nossas corporações de bombeiros. As verbas de apoio à nossa comunicação social que foram 2.500,00€ em 2020 e que, vão ser ainda, estão a ser aplicadas neste momento, de 10.000,00€ em 2021. Os 11.800,00€ que foram distribuídos em 2020 e os 125.000,00€ que estão a ser atribuídos ao movimento cultural e associativo em 2021. As verbas da conta solidária, que generosamente nos foram disponibilizadas por toda a comunidade oliveirense, os 108.000,00€ que foram utilizados, sobretudo na compra dos ventiladores. Os 13.000,00€ que foram utilizados para a compra de EPIs (Equipamento de Proteção Individual) e também das 40.000 máscaras adquiridas. Os 18.600,00€, que a Câmara Municipal pagou para também termos um ventilador no Centro Hospitalar, mais os 20.000,00€ no tal ecógrafo, que eu já falei. Os 130.000,00€, para o reforço, para a formação desportiva e musical. A redução de 50% das rendas dos estabelecimentos comerciais e de restauração, que eram naturalmente da responsabilidade da Câmara Municipal. A

aquisição no valor de 25.000,00€ de material didático para ser entregue aos nossos Agrupamentos de Escolas, material que tem que ser obrigatoriamente adquirido nas livrarias do Concelho. A isenção das taxas de explanada. Enfim. Uma série de aspetos que poderíamos estar aqui a equacionar que acabam por contrariar aquilo que foi a essência da sua intervenção. Portanto, esse relatório do Tribunal de Contas fica completamente esvaziado por aquilo que eu acabei de dizer. Mas deixe-me que lhe diga o que é que foi proposto, em termos de medidas de apoio, para 2021: Para as nossas associações, aquilo que os senhores propuseram, foi 100.000,00€. Aquilo que nós disponibilizamos foram 255.000,00€. Para as nossas IPSS, aquilo que os senhores propuseram, foram 100.000,00€. Nós disponibilizamos 80.000,00€. No Programa de Emergência Social de apoio às famílias, os senhores sugeriram que fossem disponibilizados 50.000,00€. Nós disponibilizamos 250.000,00€. Para os órgãos de comunicação social, os senhores sugeriram que nós disponibilizássemos 25.000,00€. Nós disponibilizamos 10.000,00€. Para o apoio ao comércio, aqui é um pouco difícil de quantificar, porque os senhores sugeriram que se adquirisse produtos alimentares, a feirantes, etc..., etc.... Nós atribuímos uma verba de 120.000,00€. Portanto, estamos aqui a falar, em traços gerais, das diferenças que nos caracterizam e a forma como nós interpretamos aquilo que deviam ser as respostas públicas municipais a um problema tão sério e a um problema tão grave como este problema da pandemia da Covid-19. Em relação à intervenção do senhor deputado Jorge Melo: Não tenho muito a dizer. Voltou a referir a diferença entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, portanto, é uma letra. Mas, pelos vistos, essa letra não impediu o seu partido de se coligar com o PSD: Mas o que é um facto é que, eu aqui acabei de lhe evidenciar um conjunto de diferenças que, na nossa opinião, são absolutamente substanciais. Já dei aqui a explicação. O senhor diz que, o ano de 2020 foi um ano generoso, o ano de 2019 foi um ano generoso. Não consegue explicar porquê. Eu não sei se para si ser generoso é olhar só para as receitas sem olhar para as despesas. Não faço ideia de como é que o senhor aborda estas questões. Mas aquilo que é importante perceber é que, o senhor diz que as receitas da Câmara Municipal foram alheias à crise e continuam a crescer. Aliás, como acontece na generalidade dos municípios. Como sabe, se as receitas municipais não crescerem todos os anos, nós não conseguimos fazer face aos aumentos naturais que há nas despesas municipais, nomeadamente a evolução da massa salarial, a evolução dos custos da matéria-prima, das inflações, dos aumentos nos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, enfim, nos aumentos das energias, é normal que as receitas aumentem. Mas, como sabe, os impostos diretos, os impostos que referiu, baixaram, foram arrecadados menos impostos diretos, aqueles que incorrem diretamente sobre os oliveirenses. Refere que, não há obra feita. Eu não vou aqui fazer esse tipo de considerações. Quem tem essa responsabilidade de fazer avaliação da obra que foi feita e da qualidade dessa obra, são os oliveirenses. Para mim o que é importante é ver o brilho nos olhos dos moradores do Bairro de Lações. Isso para mim é que é absolutamente determinante. É eu ter sido, conjuntamente com os meus colegas de executivo os responsáveis por criar condições de dignidade para aquelas pessoas. Isto, para nós, é suficientemente recompensador. É nos

percebermos que um edifício, como o antigo Centro de Saúde, que não tinha nenhuma função, confere melhores serviços públicos, permite que as pessoas que lá trabalham tenham melhores condições, permite que os utentes sejam recebidos com melhor dignidade, ao mesmo tempo que permite também que se poupe mais de 100.000,00€ em rendas anuais. Olhar para aquilo que era a Casa das Heras e perceber que aquele elemento que agredia o nosso parque está finalmente a ser resolvido. Olhar para a nossa casa da cultura e ver aquele edifício sem nenhuma condições de segurança, sem nenhuma condições de conforto e ver aquele edifício a ser requalificado. Termos a possibilidade, finalmente, de termos um edifício para albergar serviços municipais com condições para os trabalhadores. Os trabalhadores da Câmara Municipal trabalham em condições absolutamente desumanas, em condições absolutamente desumanas. E, portanto, nós estamos a procurar inverter isso, estamos a procurar criar condições de dignidade para os nossos trabalhadores, mas, sobretudo em criar condições de dignidade para as pessoas que justificam a existência dos nossos serviços municipais, que são os nossos munícipes, que são os nossos utentes. Portanto, eu não vou aqui estar a enunciar aquilo que foi a obra que foi feita ao longo destes anos. Não é isso que é relevante neste momento. Nós estamos a analisar umas contas que correspondem ao exercício de 2020. Sabemos que essas contas são contas rigorosas. Reconhecemos, senhor deputado, que não resolvemos o problema da Estalagem S. Miguel. Nós não escamoteamos as questões. Não resolvemos (ponto). Estamos empenhados em resolver? Sim. Não resolvemos, assumimos isso sem problema nenhum. Eu não vou aqui falar outra vez sobre o problema da rede de água e saneamento, seria fastidioso estar aqui outra vez a explicar esse processo. Mas tendencialmente o senhor procura dizer que nós transferimos essa responsabilidade para os munícipes. Já foi explicado detalhadamente que prevíamos um investimento de 10.3 milhões de euros que tinha uma componente de investimento municipal e uma componente de investimento da concessionária, que é aquela que a lei permite, e, portanto, a componente de investimento municipal foi chumbada pela entidade reguladora e só pode acontecer o investimento da concessionária. Trabalhamos imediatamente - foi também dito isso aqui de forma clara - para permitir que esses 6 milhões de euros que não foram possíveis de realizar pudessem ser realizados agora. Vão acontecer muito brevemente. Em relação ao Cineteatro Caracas, em relação ao Fórum, em relação ao Centro Coordenador de Transportes, os sítios desadequados, ...: Bem, nós respeitamos visões diferentes da nossa. Só faltava essa! Aliás, temos neste momento ..., convidamos a fazer uma visita a uma exposição que está a decorrer na nossa Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, uma exposição de trabalhos de vários grupos de alunos do 5º ano do Projeto Cinco de Mestrado Integrado da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto que correspondem a visões completamente diferentes da nossa sobre a intervenção que devemos fazer no espaço urbano. Visões absolutamente extraordinárias que nós devemos respeitar mesmo que não concordemos com elas. E, portanto, eu respeito a sua visão em relação à localização do Fórum e do Centro Coordenador de Transportes e, portanto, não vou naturalmente tecer mais nenhum comentário, em relação a isso. O Cineteatro Caracas, portanto, herdado dos mandatos anteriores:

Bem, nós não diabolizamos aquilo que se herda. O Cineteatro Caracas, se o senhor for ver a verba que está a ser investida no Cineteatro Caracas e a verba que estava prevista, percebe do que é que estamos a falar. E se o senhor tiver a preocupação de ir consultar o que foi gasto por este executivo em projetos para concluir os projetos do Cineteatro Caracas, percebe da realidade que nós estamos a falar. E, portanto, peço desculpa por me ter demorado nesta explicação, mas, efetivamente, nós estando a analisar um relatório de contas de 2020, vemos aqui introduzidas um conjunto vastíssimo de questões que objetivamente nos desviam daquilo que é importante, que é analisar a qualidade do documento e o que é que esse documento traduz daquilo que é a gestão municipal. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

===== Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, tudo aquilo que estivemos a ouvir aqui, se calhar, também, é um pouco fruto da hora, da demora, nós começamos todos, e eu admito também que comece a perder alguma lucidez. De qualquer forma há aqui afirmações que foram feitas e que entraram em contradição e eu não posso aceitá-las de maneira nenhuma, tenho que as rebater. Começo exatamente pelo Senhor Presidente, e não vou rebater grande coisa do que o senhor presidente disse, apenas: ainda agora falou - as prioridades são para alterar se assim o entendermos: E eu acho que isso é justo, é aceitável, é mais do que importante. Cada um tem as suas prioridades. Mas depois é preciso sermos coerentes no discurso. E aqui houve momentos em que se diz uma coisa e momentos antes se disse outra. Assim como, por exemplo: não vamos politizar este assunto das contas. Mas a politizar estivemos sempre nós. Se calhar não íamos partidizar, mas partidizado esteve ele sempre desde o início. Começando na intervenção do líder de bancada do Partido Socialista e acabando em todos os outros. Portanto, isto é uma intervenção política, todas as intervenções são políticas. E, portanto, o que acho aqui é que há algumas contradições. Na discussão política é logico que, há momentos em que nós dizemos uma coisa e logo a seguir contradizemo-nos sem nos apercebermos. Eu mesmo disse que poderia correr esse risco. Mas, vamos adiante. Uma delas, por exemplo, já foi aqui referida e se calhar não vou repeti-la muito, uma dela foi dizer a certa altura que, a execução em fundos comunitários, quando o Partido Socialista chegou ao poder, a execução era zero e logo a seguir vimos que não foi zero porque se receberam 9.5 milhões de euros de fundos contratualizados. É claro que os encaminharam para outras prioridades. Mas eles entraram. Entraram nas vossas prioridades. Portanto, não podemos dizer que a execução foi zero. Houve execução. Vocês mesmo a protagonizaram. Mas, mais concretamente eu queria referir-me ao senhor deputado Bruno Aragão porque ele tem, desde a primeira hora, umas intervenções bastantes saudosistas num tom sempre centrado no passado. Eu exagerei, logicamente, no saudosista. Porque ele parece que não tem saudades nenhuma. Eu também posso não ter saudades, mas tenho que ser correto. O senhor

deputado Bruno Aragão, na sua intervenção, teve constantes referências, que vem fazendo desde há 4 anos, ao passado, à dívida, ao peso da dívida. Mas temos que ser corretos também aqui. A narrativa focada no Plano de Saneamento Financeiro e na dívida, que apregoam ter pago 30% e ignoram sempre que os outros pagaram 70% e nunca se queixaram porque sabem da obra que a originou. Falou de obras efetivamente executadas, mas também não vou repetir, algumas não estão efetivamente executadas, estão previstas, algumas já foram lançadas, vão ser realizadas. Mas nos estamos a discutir a conta de gerência de 2020 e algumas delas nem sequer estavam lançadas, nem sequer estavam começadas. Estavam no plano. Estavam previstas. Se calhar os concursos já estavam em andamento. Acho que não é correto dizer que, portanto, na conta de 2020 estão realizadas estas obras. Também nessas contradições, o senhor deputado começa as suas intervenções dizendo que não se desculpa nas condições que o partido encontrou no passado. Mas está sempre a recorrer a elas. Para não me alongar muito, eu vou terminar. E vou referir, com todo o rigor que o senhor deputado costuma usar, como gosta de ser rigoroso nas consultas às atas desta assembleia, eu também gosto, e na sua transcrição: Eu queria remetê-lo para a Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2017, realizada aqui mesmo neste local, em que o Senhor deputado Bruno Aragão dizia a certa altura, e está transcrito na página 81 da ata dessa reunião: “(...) em 2007 passámos de uma dívida de 16 milhões para 55 milhões (...)” - e logo a seguir: [página 82] Se nos disserem onde é que estão as obras que geraram aquela dívida, o Partido Socialista não voltará a colocar essa questão - fica aqui o meu compromisso.” Senhor deputado, penso que será a minha última participação ou penúltima, e eu não queria perder esta oportunidade de dar essa possibilidade ao senhor deputado de cumprir esse compromisso, assumiu esse compromisso, e levá-lo até ao fim. E por isso, eu vou ter o gosto de lhe oferecer uma obra publicada que relata as obras executadas e gastaram esse dinheiro. Aliás, esse dinheiro que referiu na ata são 55 milhões. Esta obra sem ser exaustiva, porque é lógico que passe alguma coisa ao lado e eu não tenho conhecimento de tudo, algumas coisas escapam e não estão aqui, portanto, é por baixo, e, o valor que consegui contabilizar foi 80 milhões. Não são 50 milhões. Portanto, a partir de agora, o senhor deputado, faça favor, mantenha o compromisso que assumiu connosco. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== Só para deixar aqui claro determinadas situações. Eu pareceu-me, Senhor Presidente, mas se calhar isto é incapacidade minha, que a sua intervenção se baseou claramente num autoelogio. O que nós estamos aqui a dizer-lhe, Senhor Presidente, é que: não é aquilo que foi feito. Evidentemente tudo aquilo que o senhor referiu como tendo sido feito, todos nós estamos de acordo, não há nenhuma situação, relativamente a isso. Eu acho que nós poderíamos ter feito muito mais. Ido muito mais além. E muito antes. Esta é a primeira questão. A segunda questão:

Olhe, eu não sabia. Não sabia. O Senhor Presidente acabou por dizer: que em 2019, mesmo com essas contingências todas, só foram feitos investimentos de 50.000,00€ nas escolas. Eu, não sabia. Olhe, lamento. Ainda para mais, aquilo que o senhor referiu, que havia escolas que chovia lá dentro. Portanto, o Senhor Presidente tem que respeitar. Esta foi a nossa análise que fizemos do documento. Evidentemente que muitas das opções não seriam as nossas. Mas, não podia deixar de dizer isto. Relativamente ao ranking de Oliveira de Azeméis retirado desse relatório do Tribunal de Contas, é um elemento, é um elemento. É uma base de análise como qualquer outra. E o Senhor Presidente pode ter a humildade suficiente, sei que a tem, de reconhecer que, neste aspeto nós estivemos mal, como em outros estaremos bem. Como no ranking municipal que, por acaso, estamos na posição 50 que, para mim, é uma posição já bastante confortável. Aliás, o primeiro degrau é do 1 ao 66. Portanto, nós temos que assumir também que de facto há aqui algumas coisas que poderiam ter sido feitas e de forma melhor. Portanto, isso é também um reconhecimento de humildade e de competência. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Eu sei que a hora é longa, mas faz parte destes momentos. Queria, em primeiro lugar, agradecer o livro que me entregaram. E dizer que, eu vinha preparado de facto para uma assembleia espantosa, diferente, extraordinária. É exatamente isso que está a acontecer. Eu tinha feito esse compromisso. Aliás, isso foi a renovação de um compromisso que eu já havia feito várias vezes. Se me disserem o que é que explica aquela dívida, fica o meu compromisso de não falar mais sobre ela. Mas não é isto que explica, e o senhor sabe perfeitamente. E dou-lhe só um exemplo simples e claro: Todas as obras que têm participação comunitária têm de facto uma componente de esforço próprio. A componente comunitária só é paga e validada se o senhor fizer prova do pagamento da componente própria. Não é isso que gera dívida. E o senhor sabe perfeitamente. E por isso é que o senhor demorou 4 anos a tentar explicar esse compromisso ou matar esse compromisso. Um compromisso que eu já havia feito e assumido várias vezes. É porque de facto é muito difícil 12 anos depois explicar de onde é que vem aquela dívida. Mas há mais uma vez, rigor que devemos ter sempre, eu disse, e mantenho, está escrito, ficará na ata: que o Município de Oliveira de Azeméis, em 2017, era o único da Área Metropolitana do Porto que tinha 0% de execução nos fundos PEDU. - Disse isto. Claro. Claríssimo, não há contradição nenhuma com nenhum gráfico que tenha feito. Agora, há uma coisa que eu acho muito, muito, interessante: o PS é de facto um partido igual - foi a expressão que utilizei na tomada de posse deste mandato. Não nos vão ver duas caras. Não é a nós que vão ver duas caras. O que eu acho espantoso é a dificuldade tremenda não só em lidar com o passado dos outros, mas até com o nosso. É melhor evitar o nosso passado e o anterior ao nosso. Nós não temos problema em falar de nenhum. Foi exatamente isso que fizemos. É isto uma apreciação de contas. É exatamente isso

o passado. Senhor professor, mais uma vez, cometeu um erro. Eu na minha intervenção sobre as contas, não falei em nenhuma das obras do futuro. Isso fiz no Período de Antes da Ordem do Dia, no que é um balanço de mandato. Não há contradição nenhuma nas minhas intervenções. Agora, há uma coisa que eu percebo, levantar pó, fazer poeira é a melhor forma de evitar uma coisa simples que é, num ano em que pagamos dívida como em todos os anteriores, em que conseguimos reduzir impostos, explicar porque é que temos a maior execução do PPI da última década. E a dificuldade em lidar com isso é que nos devia deixar tristes. Por uma coisa simples: Podemos achar que é pouco. E nós continuamos a achar isso. Mas já achávamos no passado. Portanto, é legítimo que os senhores achem pouco, mesmo não tendo achado no passado. Aquilo que não faz sentido nenhum é acharmos que, estando com maior capacidade do que nos últimos anos, tendo conseguido finalmente recuperar isso, dizer: Epá, desta vez, como são os senhores que estão aí desse lado, isso é muito mau. Isso é aquilo que nós não podemos fazer. Porque de facto, os indicadores e os números são claros. Porque de facto, tivemos mesmo o peso da dívida como tivemos nos anos anteriores. Porque de facto, as condições que se geraram foram pelas opções de gestão que nós sempre dissemos que iríamos trazer. Mas continuamos a dizer: Senhor Presidente, para o Partido Socialista, os valores que apresentamos, e sobretudo, quando vistos per capita, são ainda poucos. Não vamos ter uma análise diferente por estarmos agora com responsabilidades no executivo ou por sermos nós os responsáveis por esse mandato. Mas há uma coisa que nós sabemos: 2020 não foi ano eleitoral, 2020 foi um ano de uma das maiores crises dos últimos anos todos. E mesmo assim temos o maior investimento do Plano Plurianual da década. E sabemos mais: Com o que está previsto - e até aproveitando a intervenção do senhor deputado Fernando Pais que aproveitou sobretudo para falar de 2021, - afinal vinham aí as obras todas; Se vem aí as obras todas, então não vai acontecer o que o senhor deputado Jorge Melo tanto insiste desde essa assembleia de outubro. Não vai acontecer em 2021 o que aconteceu em 2014. Nem em 2022 porque, como os senhores já sabem, se temos candidaturas - por exemplo - para o saneamento que se completam em 2022, até aí já haverá esse investimento. Essa é que é a principal diferença. E não devia haver pudor nenhum em reconhecer quando finalmente as coisas começam a endireitar. Não é pelo Partido Socialista. É por Oliveira de Azeméis. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Não tenho muito a dizer. Eu quando estava há pouco a abanar a cabeça, eu disse que: não devíamos politizar a pandemia, a Covid, não é a discussão política, a discussão política claro que devemos politizar. É isso que estamos aqui a fazer. Somos agentes políticos. Senhor deputado Fernando Pais, não foi nenhum autoelogio, é pura e simplesmente referir os factos. Eu aproveito para lhe mostrar o gráfico que refere os investimentos rodoviários e, portanto, tem aqui o valor sem os investimentos por administração direta: 1.948.255,00€. O gráfico que refere os investimentos na educação (executado): 135.000,00€, em 2017; 23.000,00€, em 2018; 55.000,00€,

em 2019; 1.651.000,00€, em 2020. Isto para dizer o quê: se quiser também tem aqui o gráfico dos apoios às famílias, dos apoios sociais que comparam aquilo que foi feito nos últimos anos com aquilo que foi feito nestes anos e vê uma diferença de apoio de 395.000,00€; Outro Gráfico importante: é nós percebermos o que é que está em candidaturas de fundos comunitários: no período de 2018/2020 temos 26 milhões de euros de candidaturas a fundos comunitários que exigem um investimento municipal de 9.3 milhões de euros. E para 2021 temos 5 milhões de euros de candidaturas a fundos comunitários que exigem um investimento quase integral da Câmara Municipal, ou seja, um investimento de 3.6 milhões de euros. É evidente, senhor deputado, que, não reconheço que estivemos mal naquilo que diz o Tribunal de Contas. Não reconheço. Reconheço que estivemos mal em muita coisa, mas não reconheço que estivemos mal naquilo que diz o Tribunal de Contas porque, conforme disse, aquilo vale rigorosamente zero (0). Aquilo não mede, de todo, aquilo que foi o trabalho, o esforço que os diferentes municípios do país fizeram para dar respostas a esta pandemia. É evidente que o senhor diz: que podíamos ter feito melhor. Podíamos fazer sempre melhor. E nós não esquecemos essa condição humana. Nós não fazemos aqui esse exercício de autoelogio, não fazemos aqui o exercício de dizer que o nosso trabalho é irrepreensível, que o nosso trabalho não é criticável e tudo o que fizemos que é absolutamente extraordinário e que aquilo que fizemos foi tudo bem feito, não. Nem é possível. Agora, aquilo que importa é o caminho que vem sendo seguido. E o caminho que vem sendo seguido, não tenham a menor dúvida, é o caminho que, vai permitir que nós tenhamos, nos próximos anos, um ciclo de investimento muito importante para que o Município de Oliveira de Azeméis se transforme efetivamente num dos melhores concelhos do país para viver, investir e trabalhar. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação (...).=====

===== Entrou a senhora deputada **Raquel Marília Tavares Faria**, do PS e o senhor deputados **Carlos Manuel Costa Gomes**, do PSD. =====

===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque - **Bernardo Amaro Moreira Simões**.=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS, para uma interpelação à Mesa.=====

===== Senhora Presidente, da parte do Partido Socialista, não havendo nenhum problema Regimental, não nos opomos à repetição desta votação, porque algumas pessoas tiveram de sair por questões específicas e estão a regressar, pela importância do ponto percebo que pode ser complicado, e, portanto, da nossa parte existe essa disponibilidade para repetir a votação.=====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

=====
 ===== *Atendendo às circunstâncias específicas de que, houve dois deputados que ausentaram-se para fazer a vacinação - e está-me aqui a chegar a indicação de que as pessoas já estão a regressar e um dos senhores deputados não se sentiu muito bem mas está a recuperar - não me parece haver nenhum problema em repetir a votação e termos em conta a votação das pessoas que entretanto já regressaram. Alguém se opõe? Uma vez que ninguém se opõe, podemos repetir a votação.* =====

=====
 ===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação tendo sido **apreciado e deliberado por maioria aprovar os documentos de Prestação de Contas ano de 2020, com a seguinte votação: Votos a favor: dezanove (19) do PS, dois (2) do CDS/PP e um (1) do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Contra: seis (6) do PSD [Carlos Manuel Costa Gomes, Albino Valente Martins, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Bruno Moreira Rodrigues], um (1) do CDS/PP [Jorge Paulo de Melo Pereira]; - Abstenções: quatro (4) do PSD [José Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, José Queirós - Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, Florbela Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes e António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira].*** =====

=====
 ===== **Ponto cinco:** - *Contrato de Subconcessão de Uso Privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães e Terreno Envolvente, entre os Kms 28,500 e 28,707 do LD da Linha do Vouga - (I/24774/2021) - Ratificação de despacho, bem como a convalidação de todos os atos entretanto praticados;* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A aprovação da minuta do contrato de Subconcessão - Edifício de Passageiros da Estação Ferroviária do Couto - Cucujães em reunião de Câmara Municipal de 21.01.2021 e em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24.02.2021, pelos encargos plurianuais; - Que foi enviado pela IP Património o contrato para assinatura, contudo do mesmo constam, ligeiras alterações de texto, que se transcrevem: a) n.º 8 e 9 da cláusula 8.ª: **Versão aprovada pelo Moa em reunião de CM de 21.01.2021 e AM de 24.02.2021:** “8 - Com exceção das apólices de seguro da responsabilidade do empreiteiro, as apólices de seguros referentes ao presente contrato e respetivas franquias constituem encargo único do MUNICÍPIO, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidades legalmente autorizadas. 9 - Se o MUNICÍPIO não tiver contratado, pago ou atualizado os seguros referidos nos números anteriores, com exceção das apólices de seguro da responsabilidade do empreiteiro, poderá a IP PATRIMÓNIO dar imediatamente por finda a presente subconcessão, sem que por isso o MUNICÍPIO tenha direito a qualquer indemnização, ou proceder à celebração ou manutenção do citado seguro, pagando os prémios que forem devidos, assistindo-lhe o direito de regresso, e vencendo-se a correspondente obrigação*

de pagamento, pelo MUNICÍPIO, no prazo de 2 (dois) dias úteis após interpelação pela IP PATRIMÓNIO.” **Versão agora enviada pela IP Património:** “8 - As apólices de seguros referentes ao presente contrato e respetivas franquias constituem encargo único do MUNICÍPIO, ou do seu Empreiteiro no caso da Apólice CAR/EAR referida no n.º 3, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidades legalmente autorizadas. 9 - Se o MUNICÍPIO, ou o seu Empreiteiro no caso da Apólice CAR/EAR, não tiver contratado, pago ou atualizado os seguros referidos nos números anteriores, poderá a IP PATRIMÓNIO dar imediatamente por finda a presente subconcessão, sem que por isso o MUNICÍPIO tenha direito a qualquer indemnização, ou proceder à celebração ou manutenção do citado seguro, pagando os prémios que forem devidos, assistindo-lhe o direito de regresso, e vencendo-se a correspondente obrigação de pagamento, pelo MUNICÍPIO, no prazo de 2 (dois) dias úteis após interpelação pela IP PATRIMÓNIO.” b) **foi retirado o ponto 11 da mesma cláusula**, da qual constava: “Adicionalmente, a IP PATRIMÓNIO informa que dispõe presentemente de uma solução protocolada para a subscrição de seguros do tipo CAR/EAR e Multirriscos em condições preferenciais no mercado, que, caso seja do interesse do MUNICÍPIO, coloca à disposição a possibilidade de adesão.” c) **Deixou de constar na cláusula 17.º** “com o número de compromisso de fundo disponível ___/2021”; - *Que sobre esta alteração foram solicitados esclarecimentos à IP Património, tendo sido informado: “Conforme exposto telefonicamente, as diferenças encontradas na redação da Cláusula Oitava (Seguro) abaixo assinaladas, prendem-se com o fato de termos, no decorrer do processo de validação das versões da minuta deste contrato, recebido o parecer final da CL_SG (órgão interno, pertencente às Infraestruturas de Portugal), que valida estas condições. Por se tratarem de alterações de forma e não de conteúdo, não vos alertámos para o facto, pelo que, apresentamos desde já as nossas desculpas...”*; - *Que o contrato tem o CFD n.º 761/2021*; - *Que na verdade se trata de mera alteração da redação, de forma e não de conteúdo, que não alteram substancialmente os termos das referidas cláusulas*; - *A aprovação em reunião de Câmara Municipal de 23.07.2020, e em sessão da Assembleia Municipal de 19.09.2020, da revisão ao Plano Plurianual de investimentos - inscrição no PPI 2020-2030 do projeto “Albergue de Peregrinos em Cucujães - Classificação Económica 007010302-Edifícios recreativos, Culturais e Desportivos*; - *A urgência da assinatura do contrato de Subconcessão, tendo em conta a aprovação da candidatura à ADRITEM, a assinatura do contrato de financiamento em 14 de abril do ano corrente e a publicação no Diário da República n.º 84, em 30 de abril corrente, do Anúncio do procedimento n.º 5709/2021- Concurso Público Empreitada de Obras públicas (trabalhos necessários para recuperar e adaptar o antigo apeadeiro de comboios em Cucujães, visando a recuperação de património local, com a revitalização funcional do imóvel, adaptando-o a novas funcionalidades)*; - *Que, em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática sob pena de anulabilidade (art.º 35.º*

n.º 3 do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de setembro); - Que nos termos, ao abrigo e pelos fundamentos expostos, procedi em 03/05/2021 à assinatura do Contrato de Subconcessão; **Determino:** - que se submeta o presente despacho e documentação anexa (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas) a ratificação na próxima reunião da câmara municipal e assembleia municipal nos termos supra referidos e ainda para os efeitos do art.º 35.º n.º 3 do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como a convalidação de todos os atos entretanto praticados, com efeitos à data em que os mesmos respeitam ou foram praticados.” ==

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhores deputados, de forma muito rápida: nós já tínhamos aprovado quer na reunião de câmara em janeiro quer na assembleia municipal de fevereiro a minuta deste contrato de subconcessão da estação de caminhos-de-ferro de Cucujães onde pretendemos instalar um Albergue de Peregrinos. O que acontece foi que: a minuta de contrato acordada e que foi aprovada quer no órgão executivo quer no órgão deliberativo foi depois enviada para as Infraestruturas de Portugal. E as Infraestruturas de Portugal dizem que têm de ser feitas alterações porque um órgão interno emitiu um parecer e como o parecer desse órgão previa a eliminação de duas cláusulas e introduzia alterações, sobretudo ao nível dos seguros, entenderam que era uma alteração da forma e não de conteúdo e, portanto, não nos comunicaram essa alteração. E, portanto, nós estamos aqui a ratificar essa situação. Estamos aqui a alterar a minuta do contrato que havia sido acordado com eles, introduzindo a eliminação dessas duas cláusulas e essas alterações ao nível da contratação de seguros. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido **deliberado por unanimidade ratificar o referido despacho, bem como a convalidação de todos os atos entretanto praticados, com efeitos à data em que os mesmos respeitam ou foram praticados.** =====

===== **Ponto seis: - Retificação da escritura de compra e venda dos Estaleiros Municipais - (I/22250/2021) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Na sequência da deliberação de Câmara Municipal de 10.12.2018 e da Assembleia Municipal de 15.12.2018, e visto concedido pelo Tribunal de Contas em 01.03.2019 (Proc. n.º 106/2019), foi em 08.03.2019, adquirido por escritura pública a Álvaro Barbosa Figueiredo e mulher Maria

Manuela Valente da Silva o prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 5119 da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, sito no lugar de Tabuaças, Lações de Baixo, Estrada Nacional n.º 1, à Rua Frei Caetano Brandão e Rua Joaquim da Silva Landeau em Oliveira de Azeméis, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis sob o n.º 2752/freguesia de Oliveira de Azeméis, com o CFD n.º 1906/2018, pelo preço de quatrocentos mil euros, liquidado em 7 de março de 2019, para armazenamento de máquinas, viaturas e materiais, abastecimento de combustível integrado na zona administrativa, logística e operacional, de conservação e manutenção, imóvel de que o Município era arrendatário, reconhecido o interesse público desta aquisição; - Que este prédio está atualmente registado a favor do Município sob o n.º 4286/20190311 da C.R.P.; - Efetuado levantamento topográfico dos Estaleiros Municipais, constatou-se que a área útil ocupada pelos mesmos é superior à área constante da escritura, mais concretamente de 4.105 m² (correspondendo à área vedada/murada), que se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Ora, era intenção dos vendedores vender e era intenção do Município, comprar, pelo preço de quatrocentos mil euros, já pagos, o denominado “Campo do Lameiro”, situado em Tabuaças, Lações de Baixo, Estrada Nacional número um, à Rua Frei Caetano Brandão e Rua Joaquim da Silva Landeau, Oliveira de Azeméis, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl, integrando a parte rústica (os artigos 1073 e 1077) descrita sob o n.º 2752/freguesia Oliveira de Azeméis e a parte urbana (art.º 5119), sendo um único prédio, que foi objeto de venda, na sua totalidade; - Se mantêm os restantes termos e fundamentos da aquisição constantes da deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de 10.12.2018 e sessão da Assembleia Municipal de 15.12.2018, sendo que: a) ao art.º 5119, corresponde o valor de 302. 336,25€; b) ao art.º 1073, corresponde o valor de 66.263,00€; c) ao art.º 1077, corresponde o valor de 31.400,75€ - nos termos da Informação da Comissão de Avaliação, que se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - O Município possui atribuições no domínio do património e promoção do desenvolvimento (artigo 23º, nº 2 alíneas c) e m), do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro); - Os encargos resultantes das aquisições estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 1906/2018, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações, não ocorrendo alteração do valor do negócio; Propõe-se nos termos, com os fundamentos e ao abrigo das disposições legais citadas que: A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal delibere aprovar/autorizar a retificação da escritura pública outorgada em 08.03.2019, nos termos da minuta que se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), incluindo a aquisição dos prédios inscritos na matriz sob o art.º 1073 e 1077 rústicos, atrás identificados, aos citados proprietários, reconhecendo-se que os mesmos englobam e integram o denominado “Campo do Lameiro (atuais Estaleiros Municipais), objeto da citada venda, pelo valor total já pago de quatrocentos mil euros, distribuídos pelo conjunto predial constituído pelo art.º

5119, 5119, art.º 1073 e 1077, nos termos atrás referidos, respetivamente e demais procedimentos legais necessários.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Os Estaleiros Municipais foram adquiridos em 2018, por 400.000,00€. A escritura dos Estaleiros foi feita em março de 2019. Entretanto, foi escriturado apenas um artigo Urbano com uma área de 1.065 metros quadrados e não foram incluídos dois artigos Rústicos que correspondem à totalidade da área que o vendedor queria vender e que o comprador queria comprar. Portanto, estamos a falar de uma área total de 4.105 metros quadrados e não de 1.065 metros quadrados. E estamos a corrigir este lapso que ocorreu por parte dos serviços. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada**. =====

===== **Ponto sete: - Atribuição de Apoio à Junta de Freguesia da Vila de Cucujães - (I/28310/2021) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alíneas a) e i), do n.º 2, e 3, do artigo 7.º e na alínea a), e) e m), do n.º 2, do artigo 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; - Que as Autarquias Locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do email enviado pela Freguesia de Cucujães, com o assunto “Pedido de Participação - Busto da Condessa de Penha Longa”, em que solicita apoio financeiro para execução do busto da Condessa de Penha Longa, sendo que o valor ascende aos 7.800€, sendo este para colocar no mesmo local de onde foi furtado, e desta forma celebrar o centenário do seu falecimento, dada a importância do seu legado e reconhecimento por toda a comunidade; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º, números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública,

aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e com sucessivas e posteriores alterações; Pelos fundamentos de interesse municipal acima referenciados e tendo em conta os princípios gerais da atividade administrativa, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar: - Um apoio financeiro à Freguesia da Vila de Cucujães no valor de 2.900€ (dois mil e novecentos euros), para a aquisição do busto da Condessa de Penha Longa, ao abrigo das normas retrocitadas e ainda dos artºs 2º, 4º, e alínea j), do nº 1, do art.º 25º, e alíneas o) e ccc), do nº 1, do artº 33º, do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações. - Que o pagamento do valor mencionado seja disponibilizado durante o mês de junho, após entrega da cópia do documento justificativo da realização de despesa aplicável na finalidade em apreço, sendo os encargos resultantes da presente deliberação suportados nas respetivas classificações e rubricas orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível nº 928 de 2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados.” =====

===== Entrou a senhora deputada **Helga Alexandra Freire Correia** (PSD). =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Como sabem, tivemos uma altura onde uma série de monumentos escultóricos foram furtados. O busto da Condessa de Penha Longa foi um desses monumentos que foi furtado. A Junta de Freguesia (Cucujães) entendeu repor o busto, porque em 17 de setembro comemora-se o centenário do falecimento da Senhora Condessa. O valor do busto são 7.800,00€. Ele vai ser feito por um artista oliveirense, senhor António Mota. A família da Senhora Condessa comparticipa com 2.000,00€ e a Câmara assegura metade do custo do busto. E, portanto, dispense-me aqui, todos conhecem sobejamente a importância desta figura da Senhora Condessa, o seu altruísmo, a forma como ao longo de toda a sua vida soube estar disponível para ajudar a comunidade. E, portanto, acho que é uma homenagem inteiramente merecida e, portanto, queremos associarmo-nos a essa homenagem correspondendo ao pedido que nos foi feito pela Junta de Freguesia de Cucujães. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Ana Neves. ==

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Ana Neves**, do PSD. =====

===== Bom dia, Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Dado o adiantado da hora, sintam-se todos cumprimentados, na pessoa da Senhora Presidente. Um cumprimento especial ao

Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail - professor Manuel Alberto, muito obrigada. Eu não podia deixar de vir aqui fazer uma breve referência à Condessa de Penha Longa, até porque eu devo muito da minha formação como pessoa ao asilo da Gandarinha, atualmente Fundação Condessa de Penha Longa. Clementina Libânia Pinto Leite, conhecida como Condessa de Penha Longa, dotada de esmerada educação, fundadora do Asilo da Gandarinha, atual Fundação Condessa Penha Longa, alcançou estima e admiração de todas as classes sociais no largo círculo das suas relações. Os seus conterrâneos também souberam apreciar a bondade de coração e admirar a dedicação da estimada Condessa. No corrente ano comemora-se o centenário sobre o falecimento da Condessa de Penha Longa, sendo mais que merecida a reposição do busto no mesmo local de onde foi furtado - no Jardim do Largo da Condessa de Penha Longa, em Cucujães, e que o mesmo seja requalificado - e deste modo celebrar o centenário do seu falecimento (17 de Setembro de 1921), dada a importância do seu legado e reconhecimento por toda a comunidade, sobretudo em Cucujães. É assim que há cinco gerações, o então Asilo da Gandarinha, hoje Fundação Condessa de Penha Longa, continua a desempenhar a sua missão de educar e formar crianças tal como a fundadora o concebera, mantendo vivo o espírito e a tradição da solidariedade, inculcando a ética nos comportamentos. Deve ser aproveitada a efeméride para reabilitar o jardim que está completamente ao abandono. Na mesma altura do desaparecimento do busto da Condessa de Penha Longa muitos outros pelo concelho levaram o mesmo destino, saindo empobrecido o nosso património. Felizmente a reposição dessas peças tem vindo a acontecer como no caso presente. Porém, algumas outras continuam no esquecimento. É o caso das peças de homenagem do ilustre filho de S. Martinho da Gândara Dr. António Luís Gomes e do autarca madaílense Joaquim Bastos, que aqui identifico, sem prejuízo de outras que não refiro por desconhecimento. No primeiro caso trata-se do filantropo que ergueu a primitiva Obra Social de S. Martinho da Gândara, pioneira na ação social escolar no país e a quem os seus conterrâneos ergueram o desaparecido busto junto à igreja paroquial. Também junto à igreja, mas em Madaíl, estava a estátua de Joaquim Bastos, antigo presidente da Junta, cuja ação em prol do progresso local granjeou grande simpatia entre a população que o quis perpetuar. Para estes dois casos (e para outros igualmente relevantes que não sejam do meu conhecimento) quero aqui deixar o desafio à Câmara Municipal e às respetivas Juntas de Freguesia para que sigam o exemplo dado por Cucujães. Muito obrigada. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====*

*===== **Ponto oito:** - **Minutas de Contratos Interadministrativos de Apoio Financeiro a celebrar com as freguesias de Carregosa; Fajões; Ossela e União de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca - (I/28694/2021) - Autorização;** =====*

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - Que as Juntas de Freguesia de Carregosa, Fajões, Ossela e a União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, têm candidaturas aprovadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Operação 10.2.1.6 - Renovação de Aldeias PDR2020 - 10216, sendo a entidade gestora a ADRITEM; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do Eng.º Rogério Ribeiro como Gestor dos Contratos; Propõe-se: - A aprovação das minutas dos Contratos Interadministrativos de apoio financeiro a celebrar com as Freguesias de Carregosa, Fajões, Ossela e a União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz para a realização de obras no âmbito das candidaturas ao PDR2020 - 10216, de acordo com o mapa em anexo (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), com os compromissos de fundo disponível indicados no mesmo, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.*=====

===== *Estamos a falar da aprovação das minutas de contrato interadministrativos de apoio financeiro a celebrar com um conjunto de Juntas de Freguesia que, no âmbito de candidaturas ao Programa Desenvolvimento Rural PDR2020 - “ Projeto de Renovação de Aldeias ”, cuja entidade gestora, como sabem, é a ADRITEM, precisam de apoio financeiro para a componente que corresponde à contrapartida nacional das candidaturas. E a Câmara Municipal assumiu com as nossas Juntas, assumiu assumir, integralmente, aquilo que é o esforço da contrapartida nacional. Portanto, aquilo que nós estamos aqui a fazer é disponibilizar 180.000,00€: 59.000,00€, - para o projeto Carregosa Viva; 40.000,00€ - para a requalificação do Monte de S. Marcos, em Fajões, e para o processo da sua promoção; 40.000,00€ - para o Centro Interpretativo Ferreira de Castro, em Ossela; 40.000,00€ - para a renovação da Aldeia de Vilarinho de S. Luis, em Palmaz, da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. Eu queria aproveitar esta oportunidade para agradecer à ADRITEM a oportunidade que nos deu para selecionarmos um conjunto de candidaturas, no âmbito deste projeto de renovação de aldeia, que são absolutamente fundamentais para a promoção da nossa ruralidade e que são absolutamente fundamentais para o nosso desenvolvimento social, cultural e turístico. Estamos a falar de uma dúzia de candidaturas, um investimento de 2.1 milhões de euros, que serão apoiados em cerca de meio milhão de euros (525.000,00€) pela Câmara Municipal. E é importante percebermos a dimensão e amplitude deste projeto: Museu do Atletismo, em Cucujães, do NAC; requalificação do parque Bento Carqueja, em Palmaz; dois projetos em Cesar: Casa da Gastronomia do Nordeste e o Núcleo das Ruralidades; o Albergue de Peregrinos, em Cucujães, que já aqui hoje foi referido; projeto de Percursos com História da Associação Figueiredo de Rey; requalificação do Núcleo Molinológico na parte de Travanca; um projeto da Associação Recreativa e Cultural de Loureiro; um projeto da Banda de Musica de Fajões. Enfim, uma série de projetos muito importantes. E, portanto, eu queria aproveitar esta oportunidade para agradecer a extraordinária e profícua relação que a ADRITEM tem mantido com o município de Oliveira de Azeméis. E agradecer também a todos os profissionais da ADRITEM e à sua responsável, engenheira Teresa Pouzada, que tem sido incedível na promoção do desenvolvimento do mundo rural, mas que o tem feito com um entusiasmo, com uma paixão e com um profissionalismo, que eu acho que faz sentido hoje assinalarmos. E agradecer também às juntas de freguesia e a todas as associações que estão envolvidas nesta candidatura toda a colaboração que nos tem dado, porque sem essa colaboração não era possível concretizarmos essas candidaturas e, portanto, muito obrigado a todos. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Amaro Simões e Helena Moreira. =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões - Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====*

===== *Eu queria aqui aproveitar para manifestar a minha incompreensão porque S. Roque é a única freguesia (não contando a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis) que não pertence à ADRITEM. Não percebo porquê. Ainda hoje não percebi. Reclamamos em devido tempo. Nós também fomos beneficiados com dois projetos na freguesia e cumprimos sempre. Não percebi. Eu gostava de ter uma boa explicação porque a explicação que nos passou é de que, a culpa foi nossa, nós é que quisemos sair. Isso foi uma fraude que nos fizeram. Peço desculpa, mas não posso entender as coisas de outra maneira. E já que aqui estou aproveitado - não queria usar essa figura da defesa da honra - porque, em 28 anos que ando nestas lides, nunca ninguém teve a ousadia de se manifestar contra uma intervenção do presidente da junta por falar da sua Junta de Freguesia, dos anseios da sua Junta de Freguesia e até, se calhar, por ter feito um bocadinho de pedagogia, sobre aquilo que não gosta que aconteça na Freguesia. Não percebi o que é que não foi percebido para dizer que não gostou da minha intervenção. Eu também não gosto às vezes de muita coisa. Agora, acho que não veio a propósito dirigir-se ao presidente da junta de freguesia e dizer não gostei da sua intervenção. Porque, a minha intervenção tentou ser pedagógica, sem ter ofendido ninguém. Acho que não ofendi ninguém. Mas, não gostei, não gostei que me tivessem dito que não gostaram da intervenção. Bom dia, a todos.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à senhora **Helena Moreira** - Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa.* =====

===== *Boa tarde, a todos. Endereço os meus cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia, aos membros da Mesa, Senhor Presidente, senhores vereadores, senhores deputados, senhores presidentes de junta, público, comunicação social, colaboradores, e a todos os que nos ouvem lá em casa. Eu neste momento também não sei, enquanto presidente de junta, se devia vir aqui falar sobre a minha Junta de Freguesia e sobre o projeto que estou a implementar, que acompanhei, projetei junto com o meu executivo para a Junta de Freguesia, que foi apelidado de “Carregosa Viva”. Tem um senhor vereador que está aqui connosco - eu por acaso acompanhei, estive um bocadinho de tempo a acompanhar a reunião de câmara - e perguntou: O que é isso de “Carregosa Viva”? Só pelo facto de falar Carregosa, já deve dizer alguma coisa. Só pelo facto de dizer Carregosa; Podia-se chamar Maria, Manuel, António, Joaquim, mas chamamos-lhe Carregosa. Vamos então saber o que é o projeto “Carregosa Viva” porque, entretanto, também já vi na página do PSD ou alguém do PSD, parece que o executivo atual anda a tentar matar sonhos. Porque damos nomes às coisas que apresentamos e damos o nome de Carregosa Viva. Carregosa é uma freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis. Plantada num ameno e fértil vale, abrigado de Norte e Nordeste pela ossatura montanhosa das serras de Perrinho e Codal, e regada pelo rio Antuã, que percorre a freguesia no sentido Nordeste-Sudoeste, Carregosa entesta com freguesias dos concelhos de Arouca e Vale de Cambra. Apesar e para além da riqueza patrimonial, o que distingue e credencia esta freguesia é sem dúvida o seu original Santuário de*

Nossa Senhora de Lurdes e o panorâmico Miradouro das Sete Cidades no cume da serra do Perrinho, a 500 metros de altitude; o denominado Penedo da Pedra Má, banhado por uma belíssima cascata do Rio Antuã que serpenteia a freguesia de Carregosa a montante. Esta freguesia até finais do século XX baseava a sua economia na agricultura. Entretanto, a exploração agrícola resignou-se à subsistência, crescendo exponencialmente a indústria. É uma freguesia que valoriza as festividades religiosas e onde o associativismo tem grande expressão na dinâmica cultural e social da freguesia. Como já referi, uma das credenciais da freguesia é o seu património natural, onde se destaca a bacia hidrográfica do Rio Antuã. O Rio Antuã tem a sua origem em dois arroios que se juntam no lugar de Carregosa de Baixo. Ambos nascem em lugares diferentes na freguesia de Escariz. Um deles tem origem em Alagoas e o outro na Venda da Serra; juntam-se os dois, como referido, em Carregosa de Baixo. Corre depois de Carregosa por, Pindelo, S. Roque, Oliveira de Azeméis, Ul, Estarreja, Salreu e tem a sua foz na Ria de Aveiro. A importância do Rio Antuã do ponto de vista histórico data dos princípios do século XII, que estabeleceram definitivamente os limites das dioceses do Porto e de Coimbra. Serviu este rio de delimitação territorial e eclesiástico das duas dioceses. Sendo que as freguesias situadas à direita do Antuã faziam parte da diocese do Porto e as da esquerda da diocese de Coimbra, como é o caso de Carregosa. Tendo o ilustre Carregosense, D. Manuel Bastos Pina, dono da Quinta da Costeira e mentor do Santuário de Nossa Senhora de Lurdes, sido Bispo de Coimbra. A bacia do rio que serpenteia pela freguesia é fundamentalmente constituída por xistos e granitos. Declive pouco acentuado. As águas têm um curso lento, mais ou menos pujante em função dos diversos açudes realizados para a retenção de água para fins de rega e aproveitamento de energia hidráulica para o funcionamento dos muitos moinhos que foram outrora construídos. O Rio Antuã despede-se da freguesia de Carregosa em cascata banhando o sopé do Penedo da Pedra Má. Miradouro que permite avistar as Sete Cidades que se entrepõem daqui até ao atlântico, lugar místico e bucólico retratado historicamente através de algumas lendas que vão passando através dos tempos. Neste enquadramento, a potenciação da freguesia através do projeto Carregosa Viva, é uma forma simples de valorizar o seu povo e as suas tradições. Tem o principal enquadramento o rio, que atravessa esta freguesia e que nos liga a todos neste concelho. Pretende-se com este projeto estender a faixa de paisagem protegida do Antuã para montante em direção à sua nascente. Neste particular, Carregosa está estrategicamente posicionada, pois é a freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis mais próxima da nascente de um dos arroios do Rio Antuã, no concelho vizinho de Arouca, concretamente no lugar de Currais. Este projeto terá início em Ínsua num conjunto de terrenos da propriedade da freguesia denominado Parque Verde. Ninguém muda o nome, é o Parque Verde. Uma zona à beira Rio que se estende por 6 hectares de terreno, a maior parte situada na margem esquerda do Rio Antuã, até ao conhecido açude do Morgado, onde se encontra instalado o Parque Desportivo da JDC. Pretende-se a potenciação do local, seja na vertente do complexo desportivo, seja da implantação de um edificado destinado a balneários e salão polivalente, com cozinhas, um parque de autocaravanas, uma área de lazer com mobiliário

urbano, área recreativa para atividades ao ar livre e criação de trilhos pelas margens do Antuã, a montante, nos dois braços que serpenteiam a freguesia. Ou seja, desde o açude do Morgado até à Ponte das Matas onde confrontamos com a freguesia vizinha de Fajões e, no braço noroeste, desde o açude do Morgado até ao lugar das Azenhas e posteriormente até à nascente em Currais. Neste percurso, concretamente entre Ínsua e as Azenhas, em Azagães, o rio é povoado com pelo menos 17 moinhos de água, vários açudes e pontes, com a particularidade de no lugar das Azenhas concentrar-se um conjunto de pelo menos 11 moinhos de água abastecidos por extensas levadas de água em plena simbiose com a diversidade de espécies, habitats e ecossistemas locais. Posso-vos dizer que é um lugar paradisíaco. Sendo um rio de pesca, os terrenos marginais estão administrativamente limitados com servidão de passagem, o que permite, dentro dos limites legalmente estabelecidos, a beneficiação das margens e criação de trilhos; o que também sai beneficiado pelo facto de a agricultura intensiva ter dado lugar a uma agricultura de subsistência e a locais prazerosos em que a fauna, o carvalho, o salgueiro e outras espécies galgou, transformando a paisagem de outrora. As pontes, os açudes, os moinhos, as levadas e os tanques de lavar roupa são uma constante ao longo deste percurso. Um itinerário rico em património natural, etnográfico, cultural e arquitetónico. A zona a intervir configurará uma extensa zona de reserva ecológica, que importa preservar. Destacando-se a melhoria das margens do rio e a recuperação de pontes e açudes com a criação de percursos pedonais, áreas de lazer com a instalação de mobiliário urbano, sinalética, estações de informação ambiental, cultural e etnográfica. O objetivo deste projeto não é alimentar um sonho e muito menos matar um sonho, mas valorizar a história de um povo que há muito estava adormecido. O objetivo é valorizar o nordeste do concelho e intervir na zona marginal do Rio Antuã a montante, dentro dos limites da freguesia de Carregosa, potenciando esta vasta mancha de património natural e criar espaços onde se possa recriar e interpretar e conhecer as tradições do nordeste do concelho com enfoque na história, cultura e tradições do povo carregosense, com recurso ao património natural existente, espólio etnográfico, lendas, gastronomia, hábitos, tradições, e edificado histórico da freguesia. O Parque Verde, tal como projetado, aproxima-se de um parque temático, onde o tema é Carregosa, que alia as tradições de um povo à valorização do património natural envolvente. Com este equipamento pretende-se criar condições para atrair atividades turísticas para o nordeste do concelho que complementem as atividades a desenvolver no local. Carregosa Viva complementa-se com o desenvolvimento do Museu de Artes e Ofícios de Carregosa, sempre na lógica da divisa, “mais que os lugares, o povo e as tradições”. É um projeto que não é o fim em si mesmo, mas o princípio de muito trabalho e possibilidades. Este projeto tem tido o contributo fundamental da Associação Carregosense de Melhoramentos do Ambiente e Património (ACMAP), que desde 2018 tem promovido a limpeza do Rio, das margens, desde a Ponte das Matas até às Azenhas e desde as Azenhas até ao açude do Morgado, junto ao Parque Verde. Neste momento também estão a promover a recuperação de pontes, margens e açudes. Este projeto e a sua materialização só foi possível com o apoio do doutor Tiago Nunes, da Azleba, do arquiteto

Rui, da ADRITEM, onde destaco o apoio incondicional do senhor Grifo, da engenheira Teresa Pouzada e do doutor André Pinho, e o apoio incondicional da Câmara Municipal onde destaco o apoio do engenheiro Castanheira, engenheiro Vieira, doutora Ana Sofia, engenheiro Rogério Ribeiro, senhor vereador Hélder Simões e do Senhor Presidente da Câmara. Em nome de todos os carregosenses, apresento-vos o nosso agradecimento. A obra já está em andamento. Esperamos que prossiga de forma regular, para que todos possamos usufruir da mesma e o nosso território continue a ser valorizado. Muito obrigada. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Não tenho nada a acrescentar. Não faço a menor ideia porque é que S. Roque não consta das freguesias que sejam abrangidas pela ação da ADRITEM. Não faço a menor ideia. Mas vou procurar saber, naturalmente. Mas se a responsabilidade é da Junta de S. Roque é mau, não é? Mas eu julgo que não. Julgo que não será da responsabilidade da Junta de S. Roque. Mas vamos procurar que no próximo quadro S. Roque passe a estar incluída também nessas freguesias. Agradecer, naturalmente, as palavras da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa e os agradecimentos que fez a todas as pessoas que colaboraram neste projeto Carregosa Viva. =

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração de minutas de contratos interadministrativos de apoio financeiro com as freguesias de Carregosa; Fajões; Ossela e União de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca.** =====*

*===== **Ponto nove: - Cedência do Direito de Superfície ao Município de Oliveira de Azeméis de prédio urbano sito na Rua Castro Calvo, Lugar de Vilarinho, Freguesia de Cesar (I/28766/2021) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As deliberações da Junta e da Assembleia de Freguesia de Cesar, em anexo, de cedência do direito de superfície a favor do Município de Oliveira de Azeméis, do prédio urbano sito na Rua Castro Calvo, Lugar de Vilarinho, Freguesia de Cesar, sob o art.º 1908, da mesma Freguesia, atualmente descrito a favor da mesma com o n.º 2468/20210510 (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), para o domínio privado municipal e nele ser construída a Cantina do Jardim de Infância de Cesar; - Decorre do art.º 1524º e seguintes do Código Civil “O direito de superfície consiste na faculdade de construir ou manter, perpétua ou temporariamente, uma obra em terreno alheio, ou de nele fazer ou manter plantações”; Propõe-se: Ao abrigo do art.º 1524º do Código Civil conjugado com o artigo 33, n.º 1 alínea g) do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12

de setembro na redação atual, que a Câmara Municipal delibere nos termos e pelos fundamentos expostos: - Aceitar a cedência gratuita do direito de superfície do prédio atrás identificado, inscrito na matriz predial urbana sob o art.º 1908, a favor do Município de Oliveira de Azeméis para o domínio privado e nele ser construída a Cantina do Jardim de Infância de Cesar, sendo atribuído a esse direito, para efeitos de escritura, o valor de 9.900,00 € (valor patrimonial); - O direito seja constituído pelo período de quinze (15) anos, renovável por igual período de tempo, salvo denúncia por escrito da Freguesia, a comunicar com antecedência de vinte e quatro (24) meses relativamente ao final do prazo inicial ou da sua renovação; - Pela cedência não seja devido qualquer pagamento de renda ou preço; - Que se autorize e proceda, nos termos e condições expostas, à celebração da escritura pública; Se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A Junta de Freguesia de Cesar está a ceder o direito de superfície de um prédio, para que possamos construir a cantina de Vilarinho. Que é uma velha aspiração dos cesarenses. É um edifício em madeira, sem condições de dignidade, sem condições de segurança para as nossas crianças. E, portanto, iremos investir 150.000,00€, julgo eu, na construção de uma nova cantina.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*** =====

===== **Ponto dez: - Aquisição de serviços de Fornecimento de Refeições e Fornecimento de Fruta para os alunos do 1º ciclo e jardins-de-infância, do concelho de Oliveira de Azeméis (Proc. 38/21 - PI/2954/2021) (I/29430/2021) - repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que, decorrente da pandemia Covid-19, o contrato atualmente vigente - Prestação de serviços de fornecimento de refeições e Fornecimento de fruta para alunos do 1º ciclo e JI do Concelho, ano letivo 2020/2021 (Proc. 54/20 - PI/2665/2020) - foi suspenso parcialmente, foi prorrogado, no que respeita à componente de serviço de fornecimento de refeições (em regime “normal” e “take-away”), pelo período de 24 dias úteis produzindo efeitos a partir de 1 de setembro de 2021, e no que concerne à componente de fornecimento de fruta escolar, pelo período de 28 dias úteis*

produzindo efeitos a partir de 20 de setembro de 2021. 2. Que se torna necessário assegurar as necessidades após esse período (a partir de 4 de outubro para as refeições, e a partir de 28 de outubro para a fruta) até ao final do ano letivo 2021/2022 (agosto de 2022), nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º 1891 (I/28058/2021). 3. Que, decorrente do atual contexto da pandemia Covid-19, irá manter-se, no presente procedimento, o modelo de fornecimento de refeições, tendo em conta o previsto nas **Orientações da DGEstE e da DGS para o ano letivo 2020/2021** - “(...) 10. Definir procedimentos para utilização dos refeitórios, designadamente com as seguintes normas de funcionamento: a. (...) b. Prever a possibilidade de recurso a refeição na modalidade de take-away; (...)” 4. Que o presente procedimento apenas prevê um ano letivo, dado que, tudo indica que, a partir do ano letivo 2022/2023, haverá a passagem das escolas do 2.º, 3.º ciclos e secundárias para o domínio da Câmara Municipal, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto (procede à última alteração do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), sendo intenção do Município de Oliveira de Azeméis, na sequência dessa descentralização, englobar num único procedimento todas as escolas (JI, EBI, 2.º, 3.º ciclos e secundária) com o objetivo de ter 5 unidades de produção, nas sedes dos agrupamentos, e as refeições a transportar para as escolas saírem dos seus próprios agrupamentos. 5. A referida descentralização resulta do disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e posteriores alterações, que tem por objeto a transferência das competências para as autarquias locais no domínio da educação, de acordo com o regime previsto na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações. São nomeadamente transferidas para os municípios atribuições ao nível do fornecimento de refeições escolares. Ainda a este respeito deverá ser tido em conta o disposto no Contrato n.º 559/2015 - 28 de julho de 2015 (contrato interadministrativo de delegação de competências, vulgo Programa Aproximar Educação - PAE), nomeadamente na sua cláusula 32.ª, no Anexo II - Matriz de responsabilidades - Ação Social Escolar e no Anexo V - transferência de verbas ASE. Pretende-se a abertura de procedimento para: 1. contratar serviços de fornecimento de refeições, convenientemente confeccionadas e distribuídas, em concordância com o Regulamento da Higiene dos Géneros Alimentícios, nos termos do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 223/2008, de 18 de novembro e o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004 com as respetivas alterações e demais legislação em vigor, a entregar nos refeitórios escolares, de modo a assegurar uma alimentação completa, equilibrada e adequada às necessidades da população escolar do pré-escolar e 1.º ciclo do Ensino Básico, segundo princípios preconizados nas normas de alimentação definidas pelo Ministério da Educação e na observância das normas gerais de higiene alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios; 2. contratar o fornecimento de fruta escolar, tendo por base a Estratégia Nacional do Regime de Fruta Escolar, com vista a promover hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis. Decorre do previsto na Portaria n.º 1242/2009, de 12 de outubro (alterada pela

Portaria n.º 206/2012, de 5 de julho e pela Portaria n.º 375/2015, de 20 de outubro e Portaria n.º 113/2018, de 30 de abril), que regulamenta a aplicação das medidas previstas no Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro, no Regulamento (CE) n.º 288/2009, da Comissão, de 7 de abril, no Regulamento (UE) n.º 1308/2013, da Comissão e respetivas alterações. Assim, e considerando: 1. que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de 454.618,00€ (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e dezoito euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. 2. que se prevê a distribuição do referido montante global do seguinte modo:

Ano	serviço de fornecimento de refeições	N.º refeições	Preço unitário (s/ IVA)	Valor (s/ IVA)	total (s/ IVA)
2021	regime “normal”	66000	1,65 €	108 900,00 €	132 990,00 €
	regime “take-away”	8760	2,75€	24.090,00€	
2022	regime “normal”	152500	1,65 €	251.625,00€	309 100,00 €
	regime “take-away”	20900	2,75 €	57 475,00 €	
		248160		442.090,00€	

fornecimento de fruta escolar	N.º peças de fruta	Preço unitário (s/ IVA)	Valor (s/ IVA)
ano 2021	26100	0,16 €	4 176,00 €
ano 2022	52200	0,16 €	8.352,00 €
		78300	12.528,00€

3. - que, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 73.º, da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE 2021), verifica-se que os serviços a prestar (componente serviço de fornecimento de refeições) mostram-se equivalentes em termos de objeto de contrato vigente em 2020, não sendo, no entanto, ultrapassados os preços unitários então praticados (Proc. 54/20 - PI/2665/2020); 4. - O valor referente ao ano 2021 encontra-se cabimentado na rubrica 020105, pela Proposta de Cabimento n.º 831, possuindo o Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1741 e 1742/2021; 56 e 57/2022; 5. - que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. 6. - que a autorização prévia para este compromisso plurianual encontra-se assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2020, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2021, encontrando-se previsto

no Plano de Atividades mais Relevantes 2021, na rubrica 020105 - Alimentação - Refeições Confeccionadas, cujo valor máximo para 2022 é de 710.300,00€. 7. - que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Propõe-se que Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados acima indicados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Estamos a falar de 248160 de refeições, em regime normal e em regime de take-away, que totalizam 402.090,00€; e de 78300 peças de fruta, que corresponde a 12.528,00€. Sendo o montante global de 454.618,00€ mais IVA e, repartindo-se este encargo por mais do que um ano económico, temos que submeter à vossa aprovação este procedimento. =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico**. =====

=====
 ===== **Ponto onze: - Pedido de desclassificação do caminho 315 - apresentado por Mónica Isabel Guimarães Correia de Oliveira - (I/22406/2021) - Aprovação;** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “A D. Mónica Isabel Guimarães Correia de Oliveira dirigiu à Câmara Municipal um pedido de desclassificação do caminho 315, com os fundamentos constantes da informação que se anexa - doc.1, 1a),1b), 1c) e doc. 2; Após deslocação ao local, verifica-se que tal caminho atravessa o terreno da Requerente terminando na casa do Sr. António Valente Gomes - doc.1b); Encontra-se em terra batida, não tendo sequer piso regular, não reunindo por isso condições para ser utilizado para acesso por carro- doc.1c); Pela forma como se apresenta nunca teve qualquer intervenção pública; Tem dois postes de eletricidade, um com luminária; O acesso principal à propriedade do Sr. António Valente Gomes faz-se pelo Caminho do Fundo do Lugar que se encontra devidamente alcatroado e infraestruturado; Nesta entrada o Sr. António colocou o número de polícia e a caixa de correio.

Termos em que deve deliberar a camara municipal se propõe à Assembleia Municipal a desclassificação deste caminho como público.” =====

===== **Retirado.** Remeter ao Grupo trabalho - Caminhos públicos / Caminhos privados, para elaborar relatório. =====

===== **Ponto doze:** - **Proposta de colocação de Sinais de Trânsito em diversas ruas - Freguesia da Vila Cucujães (I/30414/2021) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal”, (art. 33.º, n.º 1, alínea qq); - Evitar acidentes com a colocação de sinalização que se encontra em falta em algumas ruas; - Os pedidos registados nos E/6664/2021; E/7440/2021 e E/8342/2021 e E/15296/2021 da Junta de Freguesia de Cucujães que pede estes sinais em falta. Propõe-se: 1. Que seja aprovada a colocação de dois (2) sinais B1 - “Cedência de passagem em cruzamentos ou entroncamentos” nas Ruas: - na rua da Quinta no entroncamento com a rua Dom Mauro da Silva; - no Largo do Cruzeiro, no entroncamento com a Rua Clube Desportivo de Cucujães 2. Que seja aprovada a colocação de dezanove (19) sinais B2 - “Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos” nas seguintes ruas: - na Rua Caminho das Aléns, no entroncamento com a Rua do Couto; - na Rua José da Manta, no entroncamento com a Rua do Município; - na rua de Fermil, no entroncamento com a rua da Bela Vista; - nas ruas: rua 10 de Junho, rua de Macau, rua Manuel Ferreira e rua Eça de Queirós, no entroncamento com a rua da Bela Vista; - na rua Eça de Queirós, no entroncamento com a rua Dr. Arlindo Marques Leal; - na rua José Aleixo, no entroncamento com a rua Padre José Manuel Soares de Albergaria; - nas ruas: rua Guiné Bissau, rua Irmã Conceição, rua da Índia e Tv. António Costa, no entroncamento com a rua António Costa; - nas ruas: Tv. António Costa e rua António Costa, no cruzamento com a rua Prof.º Leão; - nas Ruas: rua 25 de Abril e na rua do Teso, no entroncamento com a Rua Clube Desportivo de Cucujães; - na rua Comunidade Europeia, no entroncamento com a rua do Merouço; - na Rua N.ª S.ª dos Bem-casados, no entroncamento norte com a Rua Dr. Ferreira da Silva. 3. Que seja aprovada a colocação de dois (2) sinais C1 - “Sentido proibido” na rua Combatentes da Grande Guerra, antes do entroncamento com a rua Manuel da Silva Brandão e na Rua N.ª S.ª dos Bem-casados, no entroncamento norte com a Rua Dr. Ferreira da Silva. 4. Que seja aprovada a colocação de dois (2) sinais C8 - Trânsito Proibido a Veículos de Largura Superior a 2m: - na Rua Agostinho Lopes da Costa, sendo um com a placa adicional mod. 1c “a 50m” no entroncamento com a Rua Prof.º Leão e o outro, com a placa adicional mod. 1c “a 200m”, no entroncamento com a Travessa Agostinho Lopes da Costa; 5. Que seja aprovada a*

colocação do sinal D1a - Sentido Obrigatório à Direita, no Largo do Cruzeiro, no entroncamento com a rua Clube Desportivo de Cucujães; 6. Que seja aprovada a colocação do sinal D1b - Sentido Obrigatório à Esquerda, na Rua da Quinta, no entroncamento com a Rua Dom Mauro da Silva; 7. Que seja aprovada a colocação do sinal D3b - Obrigação de contornar a placa ou obstáculo, no separador proposto em marcação horizontal, no entroncamento da rua Comunidade Europeia com a rua do Merouço; 8. Que seja aprovada a colocação de três (4) sinais H3 - Trânsito de Sentido Único, nas seguintes ruas: - na Rua Dom Mauro da Silva, um a seguir ao entroncamento com a Rua Frei Esteves da Cruz e outro a seguir ao Largo dos Leões; - na Rua Combatentes da 1ª Grande Guerra, no entroncamento com a Rua Padre António Rocha; - na Rua N.ª S.ª dos Bem-Casados, no entroncamento sul com a Rua Dr. Ferreira da Silva. 9. Que seja aprovada a colocação de cinco sinais H4 - Via Pública sem Saída, nas ruas: - na Rua de Fermil, no entroncamento com a Rua da Bela Vista; - na Rua José Aleixo, no entroncamento com a Rua Padre José Manuel Soares Albergaria; - na Rua Guiné Bissau e na Rua Irmã Conceição, no entroncamento com a Rua José Manta, - no Beco Condessa de Penha Longa, no entroncamento com a Rua António Costa; - na Rua Agostinho Lopes da Costa, no entroncamento com a Rua António José Godinho. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos aqui a falar da colocação de um conjunto de sinais num conjunto de ruas: cedência de passagem em cruzamentos ou entroncamentos; paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos. Está aí uma relação. Julgo que não oferece grande dúvida. Portanto, se houver algum pedido de esclarecimento, cá estaremos para dar a informação que for necessária.=

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada**. =====

===== **Ponto treze: - Proposta de colocação de Sinalização vertical para o largo existente no entroncamento da Rua do Serrado com a Rua Dom Manuel II - Freguesia de Carregosa (I/27856/2021) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º 1, alínea rr); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art. 33.º, n.º 1, alínea qq); - Retirar o estacionamento de veículos de um local onde interfere com a entrada em um estabelecimento comercial; - Evitar acidentes no entroncamento da Rua do Serrado com a Rua Dom Manuel II por falta de visibilidade; Proponho: 1. Que seja aprovada a colocação de um sinal C15 - Estacionamento proibido no referido largo. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É um sinal de estacionamento proibido neste local, em Carregosa. E, portanto, é apenas e só isso.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*** =====

===== **Ponto catorze: - Segunda Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis - Nomeação de elemento representante da Assembleia Municipal para acompanhamento - Ratificação;** =====

===== *Pela Assembleia Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a deliberação da Assembleia Municipal de 22 de novembro de 2019 que designou representante do mesmo órgão no processo de revisão do PDM; o Sr. Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha; - o ofício S/7976/2021, de 28 de maio de 2021 da Câmara Municipal, na pessoa da Vereadora Dra. Ana de Jesus, em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - a pronúncia sobre o assunto solicitada aos membros da Assembleia Municipal; - o meu e-mail/resposta dirigido à Vereadora do Órgão Executivo, Dra. Ana de Jesus, em anexo (documento esse que fica igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas); Propõe-se - A ratificação da*

designação do representante da assembleia Municipal para acompanhamento da Segunda Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis, Sr. Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha.” ==

=====*Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

=====*Neste ponto, foi solicitado a nomeação de um elemento, atendendo aos prazos que foram colocados; eu entrei em contacto com os líderes municipais e com o elemento que já estava nomeado anteriormente, senhor deputado Rui Jorge Rocha, e todos foram unânimes em que continuasse o mesmo elemento e, portanto, eu enviei esse nome. E agora vem aqui para ratificar pela Assembleia esta nomeação.* =====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade ratificar a designação de Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha.*** =====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

=====*Sem intervenções.* =====

=====*Antes de terminar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.* =====

=====*Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse:* ==

=====*Desejo a todos umas boas férias, porque vem aí o período de férias. Desejo também uma boa campanha eleitoral, porque vamos entrar em período de campanha para eleições. Espero que seja esclarecedora, animosa e que leve a bom porto os destinos democráticos desta terra. Julgo que podemos ainda ter uma assembleia em setembro. Não é absolutamente certo de que não vamos ter, vai depender do calendário das eleições. Já falamos sobre esta questão e se as eleições forem no final de setembro é possível fazermos a sessão de setembro no início de setembro. Mas isso vai depender dessas datas. Portanto, vamos vendo o que é que vai acontecer. Despeço-me então, com simpatia e amizade por todos. Fiquem bem. Bom fim-de-semana e até à próxima Sessão.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 14 horas e 35 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.*==